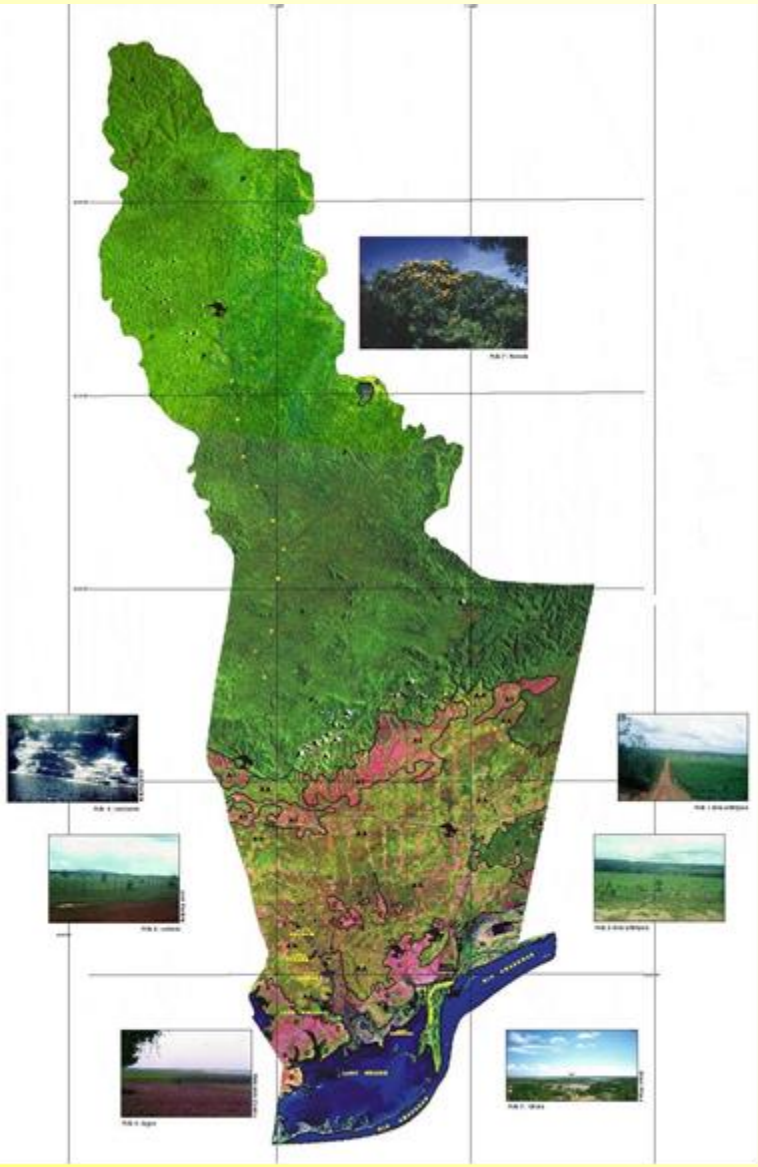
Prefeitura de Monte Alegre
Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Terras Públicas
Comissão Executiva Municipal de Revisão do PDMP

PROGRAMA ESTADUAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

GOVERNO DO PARÁ



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO

DE MONTE ALEGRE – PARÁ

Produto da II Etapa do

Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal

Monte Alegre – Setembro de 2017

Praça Tiradentes, 100 – Cidade Baixa – CEP. 68.200-000 – Monte Alegre - Pará

PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

Jardel Vasconcelos Carmo

VICE-PREFEITO

Matheus Almeida dos Santos

COMISSÃO MUNICIPAL DO
PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO

Coordenadora Geral do PROCESSO DE Revisão do PDMP

Wianna Bandeira Friaes

Comissão Executiva de Planejamento

Rubens Lourenço Cardoso Vieira

Layre Porto de Oliveira

Elisiane Freitas Gomes

Maria Dalila Alves de Souza

Laureno Francisco Lins de Carvalho

Comissão Técnica

Josefina Aleluia de Aquino Carmo – Secr. Mun. de Trabalho e Inclusão Social

José Tertuliano Barbosa de Almeida Lins – Engenheiro

Adison Vicente de Araújo Leão – Secr. Mun. Obras, Urbanismo e Terras Públicas

João Evangelista Souza da Fonseca – Administrador

Glaudia Valena Almeida dos Santos – Enfermeira

Ana Marília da Conceição Cruz Barbosa – Assistente Social

Clivis Luiz da Silva Freiras – Pedagogo

Rafael Cunha dos Santos – Engenheiro Agrônomo

Cleucivan Viana de Carvalho – Técnico em Gestão Ambiental

Irlene Barbosa Pinto – Assistente Social

Leomar Araújo Oliveira – Coordenador da Defesa Civil

Laudenir Huet Bacelar – Diretor do Demutran

Marlete Firmino Gomes – Gestão Pública

Jorge Antônio Lins Brasil – Tecnólogo da Informação

Jucinei Luz de Lima – Portal da Transparência

Antonio Ribeiro de Meireles – Agente de Desenvolvimento

Grupo de Acompanhamento

Horto Florestal de Monte Alegre – Itajury Kishi

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – Abraão Mário

Emater/PA – Alain Giorgio Baia Xavier

Sindicato dos Servidores Públicos de Monte Alegre – Erasmo Barbosa

Paróquia de São Francisco de Assis – Frei Gregório OFM

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Terras Públicas – Adison V. de Araújo Leão

Ministério Público Estadual

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – Sintepp/Monte Alegre – Jesiel Batista de Andrade

Sind. Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Monte Alegre – Vilma Araújo de Souza

APOIO TÉCNICO

Governo do Estado do Pará

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP

Noêmia de Sousa Jacob

Diretora de Logística e Integração Territorial – DLITE

Ingrid Souza

Coordenadoria de Planejamento Urbano e Territorial – CPLUT

Semírames Silva da Silva

Diretoria de Desenvolvimento Metropolitano – DDMET

Helena Tourinho Zagut

Coordenação de Planejamento e Gestão Metropolitana

Leonardo Bello

Diretoria de Descentralização Administrativa e Relações Comunitárias
Bernadete Cruz

Coordenação de Articulação Municipal
Luciana Corrêa

APOIO OPERACIONAL

CONCIDADES

Associações e Consórcio Municipal
AMAM, AMAT, AMUT, AMUNEP, AMUCAN, AMBEL, COINP e CODESEI

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

1. APRESENTAÇÃO

O Munícipio de Monte Alegre, através da Comissão Técnica Municipal formalizada através do Decreto nº 478/2017, em parceria com o Governo do Estado do Pará, no âmbito do Programa Estadual de Ordenamento Territorial – PROTURB, elaborou este relatório técnico, com o objetivo de apresentar a realidade atual municipal, com vistas a subsidiar a avaliação da Lei nº 4.664/2006, denominada Plano Diretor Municipal de Monte Alegre. Este relatório, portanto, corresponde ao segundo produto da fase de execução da revisão do Plano Diretor Municipal Participativo, conforme proposta metodológica apresentada no Plano de Ação.

Nesse sentido, o diagnóstico da realidade atual foi elaborado através da realização da leitura técnica, comunitária e compartilhada, no qual foram criados e/ou atualizados mapas temáticos, tabelas, quadros e textos de análises, com as suas devidas sistematizações e cruzamento de dados.

Tais leituras ocorreram quando da realização das reuniões técnicas e comunitárias (nas áreas urbanas e rurais) para a apresentação, complementação e/ou construção de dados importantes para a consolidação deste relatório, que, *a posteriori*, será um anexo da minuta de lei encaminhada para aprovação na Câmara Municipal.

O presente relatório é o resultado de um intenso e difícil trabalho de garimpagem de informações sobre o Município de Monte Alegre. A coleta se deu junto a órgãos da União, do Estado e do próprio Município, além de empresas públicas e privadas de prestação de serviços públicos. Também organizações não governamentais (ONG's) locais participaram na coleta e repasse de informações, principalmente aquelas do setor produtivo e de proteção do meio ambiente.

A coleta não foi um processo simples, principalmente pelo fato de as informações estarem dispersas em vários endereços eletrônicos, com dados nem sempre atualizados e harmônicos entre si. A coleta de mapas foi especialmente uma tarefa complicada, pois a maioria deles estava em programas que não permitiam alterações. Em outros casos, como aconteceu com alguns órgãos do governo do Estado, eles chegaram sem os dados solicitadas, como no caso do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – Ideflor-Bio. Em outros casos, como aconteceu com a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e a concessionária Celpa, os mapas e outras informações simplesmente nunca chegaram, exatamente como há onze anos. Mesmo alguns órgãos municipais atrasaram, ou não enviaram, os dados solicitados. Com alguns órgãos federais a dificuldade também se repetiu. O escritório local do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) repassou apenas parcialmente as informações solicitadas.

As dificuldades de coleta de informações municipais também aconteceram com os próprios órgãos públicos locais, não exatamente por má vontade ou negligência, mas pelo fato de a maioria das secretarias municipais não executar suas ações com base em planejamento setorial e, por conseguinte, não dispor de relatórios de resultados e avaliações elaborados periodicamente. Nestas, os dados disponíveis ainda não estão organizados em

sistemas informatizados, o que torna ainda mais difícil a precisão destes e a coleta. Apesar de todas essas dificuldades, elas chegaram, sendo a principal fonte de informações sobre a infraestrutura de serviços públicos.

Outra enorme dificuldade foi a interrupção no processo de revisão do PDM. Iniciado em dezembro de 2015 com a adesão ao Programa Estadual de Ordenamento Territorial Urbano (Proturb), o processo foi interrompido em março do ano passado, por conta dos conflitos provocados pelas disputas associadas ao calendário eleitoral.

Contudo, é importante ressaltar que este documento foi validado e aprovado, na 2ª Conferência Pública Municipal, ocorrida no dia 29 de setembro de 2017, realizada no auditório da Escola Municipal Prefeito Carim Melém, no horário de 8h as 13h, com a presença de aproximadamente 350 participantes, conforme ata e frequência em anexo.

Monte Alegre, setembro de 2017.

Comissão Executiva Municipal do

Plano Diretor de Monte Alegre

SUMÁRIO

Apresentação 5

Lista de figuras 10
Lista de quadros 11
Lista de tabelas 12
Lista de siglas 13

Parte I – Realidade atual do Município – 2017
1. ASPAECTOS HISTÓRICOS 14

2. INSERÇÃO REGIONAL 19
2.1. LOCALIZAÇÃO 19
2.2. ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE 20

3. ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS 21
3.1. MEIO NATURAL 21
3.1.1. Aspectos Geofísicos 21
3.1.1.1. Geologia Regional 21
3.1.1.2. Geologia Local 21
3.1.1.3. Geomorfologia 23
3.1.1.4. Solos 23
3.1.1.5. Características Climáticas 24
3.1.1.6. Uso e Cobertura Vegetal 25
3.1.1.7. Hidrologia 26
3.1.1.8. Os Espaços Legalmente Protegidos 26
3.2. TERRITÓRIO MUNICIPAL 27
3.2.1. Utilização da Terra 27
3.2.2. Estrutura Fundiária 27
3.2.3. Número de Assentamentos e de Famílias Assentadas pelo Incra 28
3.3. ESTRUTURA URBANA 28
3.3.1 Formação da Área Urbana 28
3.3.1.2 Estrutura Viária 32
3.3.1.3. Espaços Públicos e Privados de Uso Público 35
3.3.1.4. Cheios e Vazios Urbanos 36
3.3.1.5 Usos e Ocupação do Solo Urbano 36
3.3.1.6 Tipologia Arquitetônica 37
3.3.2. Habitação 37
3.3.3. Patrimônio Histórico-Cultural 40
3.3.4. Distritos e Povoados 41
3.4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 41
3.4.1. Transporte e Mobilidade Urbana 41
3.4.2. Comunicações 42
3.4.3. Energia Elétrica e Iluminação Pública 43
3.4.4. Saneamento Ambiental 44
3.4.4.1. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 44
3.4.4.2. Drenagem Pluvial 46
3.4.4.3. Limpeza Pública e Resíduos Sólidos 46

4. ASPECTOS SOCIAIS 48
4.1. ASPECTOS GERAIS 48
4.2. DINÂMICA POPULACIONAL 48

4.3. CULTURA 49
4.4. EDUCAÇÃO 51
4.5. ESPORTE E LAZER 53
4.6. JUSTIÇA E SEGUANÇA PÚBLICA 54
4.7. SAÚDE 55

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS 57
5.1. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL 57
5.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO 58
5.3. FINANÇAS MUNICIPAIS 59
5.3.1. Análise de Receita 59
5.3.2. Análise de Despesa 60
5.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL 60

6. DINÂMICA ECONÔMICA 60
6.1. ASPECTOS GERAIS 60
6.2. AGRICULTURA E PECUÁRIA 61
6.2.1. Assistência Técnica e Financeira Existente 64
6.3. ATIVIDADES EXTRATIVAS 64
6.4. PESCA 69
6.5. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS 71
6.6. POTENCIALIDADE TURÍSTICA 71

PARTE II – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
1. CENÁRIOS ALTERNATIVOS 81
1.1. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS 81
1.2. CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO 81

PARTE III – PROPOSTAS
1. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 83
2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO 83
2.1. POLÍTICA HABITACIONAL 83
2.2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 83
2.3. POLÍTICA DE SANEAMENTO B´SICO E AMBIENTAL 84
2.4. TRANSPORTE, MOBILIDADE E TRÂNSITO 84
2.5. EDUCAÇÃO 85
2.6. SAÚDE 85
2.7. ASSISTÊNCIA 86
2.8. ECONÔMICA 86
3. LINHAS ESTRATÉGICAS (LE) 87
3.1. LE 1 – DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS
3.2. LE 2 – RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL
3.3. LE 3 – CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILIDADE PARA TODOS
3.4. LE 4 – ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO OU REQUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS
3.5. LE 5 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
3.6. LE 6 – PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS
3.7. LE 7 – SERVIÇOS DE QUALIDADE UNIVERSALIZADOS COM QUALIDADE

3.8. LE 8 – ACESSO A OPORTUNIDADES DE CULTURA, ESPORTE, ENTRETENIMENTO E LAZER PARA TODOS
3.9. LE 9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL
3.10. LE 10 – FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL – PARTICIPAÇÃO POPULAR
4. PROGRAMAS DE AÇÃO 88
PA 01 – Implantar o Sistema de Planejamento e Gestão
PA 02 – Apoiar a regulamentação, funcionamento ou mesmo criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal para a implantação do Plano Diretor
PA 03 – Adequar a estrutura administrativa e o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal ao Sistema de Planejamento e Gestão proposto
PA 04 – Promover a capacitação continuada das equipes da Administração Municipal para o cumprimento das funções propostas pelo Sistema de Planejamento e Gestão
PA 05 – Estruturar e manter atualizado o Sistema Municipal de Informações
PA 06 – Manter cadastros atualizados para facilitar a fiscalização
PA 07 – Definir unidades de planejamento territorial e ambiental do Município, com base nas microbacias hidrográficas
PA 08 – Fortalecer e integrar as diferentes áreas da fiscalização municipal
PA 09 – Ampliar a capacidade de arrecadação do Município
PA 10 – Fomentar a regularização fundiária urbana plena e edilícia dos imóveis
PA 11 – Fomentar a melhoria da infraestrutura e a capacitação do sistema policial
PA 12 – Fomentar o fortalecimento da sociedade civil organizada em associação de moradores, de produtores, cooperativas, associações, etc. e sua participação no processo decisório por meio da prática do planejamento participativo
PA 13 – Promover a descentralização da Administração Municipal, para os diferentes núcleos urbanos
PA 14 – Promover condições para o fortalecimento da atuação dos diversos Conselhos Municipais instituídos e regulamentados
PA 15 – Estabelecer parcerias com os municípios vizinhos para o desenvolvimento conjunto de ações de interesse comum
PA 16 – Garantir transparência na divulgação das ações da gestão municipal
5. ORDENAMENTO TERRITORIAL 89
5.1. MACRIZONEAMENTO DO MUNICÍPIO 89
5.1.1. Macrozonas Urbanas
5.1.2. Macrozona Rural
5.1.3. Macrozona de Povos e Comunidades Tradicionais
5.1.4. Macrozona Ambiental
5.2. PROPOSTA URBANÍSTICA PARA A CIDADE DESEJADA 90
5.3. SISTEMA VIÁRIO URBANO 90
5.4. DIRETRIZES PARA O PARCELAMENTO, O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO 90
5.5. IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE A SEREM UTILIZADOS 90

LISTA DE FIGURAS:

1. Capitão português Pedro Teixeira
2. Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado
3. Localização regional do Município de Monte Alegre
4. Rodovia estadual PA-255, asfaltada e sinalizada

5. Mapa Geológico de Monte Alegre
6. Mapa de cobertura vegetal de Monte Alegre
7. Mosaico de unidades de conservação em Monte Alegre
8. Mapa de Monte Alegre no início do século XX
9. Sistema viário de Monte Alegre
10. Caos no transporte viário nas proximidades do Bosque Dionísio Bentes
11. Estação Hidroviária Municipal, equipamento do sistema viário municipal
12. Mapa de uso e ocupação do solo de Monte Alegre
13. Habitações precárias em área inundável na cidade de Monte Alegre
14. Pinturas rupestres no Parque Estadual Monte Alegre
15. Linha de transmissão de sinal de Internet
16. Linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Tucuruí
17. Reservatório da Cosanpa
18. Construção de rede de drenagem de águas pluviais
19. Caixas de coleta do lixo doméstico
20. Imagem aérea do bairro Planalto
21. Carnalegre do Monte, o Carnaval de Monte Alegre
22. Escola da rede municipal de ensino
23. Escola Estadual de Ensino Médio
24. Cachoeira das Pedras
25. Hospital Municipal de Monte Alegre
26. Unidade básica de Saúde no bairro Planalto
27. Mapa do zoneamento urbano de Monte Alegre
28. Produção de farinha
29. Rebanho bovino de Monte Alegre
30. Unidade de manejo florestal na Flota Paru
31. Produção de brita de calcário
32. Aquífero Alter do Chão
33. Produção de pescado
34. Período de defeso do pescado
35. Pinturas rupestres no Pema atraem turistas
36. Caverna Itatupaoca, no Pema
37. Pedra do Pilão
38. Cachoeira do igarapé Ipixuna
39. Região do Desterro
40. Expedição Maicuru

LISTA DE QUADROS:

1. Distritos administrativos e suas principais comunidades
2. Resultados da educação pública em Monte Alegre
3. Leitos por habitantes – 2007 a 2015
4. Receitas municipais – 2011 a 2015
5. Receitas municipais (IPTU) – 2000 a 2004

6. Produto Interno Bruto (PIB) – 2002 a 2014
7. Produto Interno Bruto Per Capita – 2011 a 2015
8. Lavouras temporárias – Principais produtos
9. Culturas permanentes – principais produtos
10. Principais rebanhos

LISTA DE TABELAS:

1. Evolução da população de Monte Alegre
2. Estatística de habitação em Monte Alegre

LISTA DE SIGLAS:

1. DOU – Diário Oficial da União
2. CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
3. Primaz – Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia
4. Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
5. Inmet – Instituto Nacional de Meteorologia
6. Flota – Floresta Estadual

7. Ideflor-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade
8. POAF – Plano Anual de Outorga Florestal
9. UMF – Unidade de Manejo Florestal
10. Flona – Floresta Nacional
11. Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
12. APA – Área de Proteção Ambiental
13. Pema – Parque Estadual Monte Alegre
14. Rebio – Reserva Biológica
15. Esec – Estação Ecológica
16. PDM – Plano Diretor Municipal
17. MZEE – Macrozoneamento Ecológico-Econômico
18. Canp – Colônia Agrícola Nacional do Pará
19. Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
20. PA – Projeto de Assentamento
21. PAE – Projeto de Assentamento Extrativista
22. PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
23. Cosanpa – Companhia de Saneamento do Pará
24. Fundef – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
25. Fundeb – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico
26. Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
27. PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
28. Eetepa – Escola Estadual de Ensino Técnico
29. Datasus – Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde
30. HMMA – Hospital Municipal de Monte Alegre
31. UBS – Unidade Básica de Saúde
32. PSF – Programa Saúde da Família
33. PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde
34. LOM – Lei Orgânica do Município
35. PPA – Plano Plurianual
36. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
37. LDO – Lei do Orçamento Anual
38. Fapespa – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
39. Sinpruma – Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre
40. Expofama – Exposição Feira Agropecuária de Monte Alegre
41. Adepará – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
42. Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
43. Comara – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
44. Ibama – Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
45. DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

I PARTE – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO – 2017

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

De acordo com o historiador Arthur César Ferreira Reis (1942), Monte Alegre representa uma das mais antigas fundações urbanas da Amazônia, cuja origem antecede à própria ocupação da região pelos colonizadores lusitanos.

Segundo os relatos históricos, o primeiro navegador estrangeiro que explorou a região do Médio-Baixo Amazonas foi o espanhol Francisco Orellana, em 1540, durante a sua viagem ao longo do Grande Rio, percorrendo-o de sua nascente até sua foz. Essa viagem deu origem a muitas lendas, como a da tribo das índias Amazonas, que deu nome à região, ao principal rio e ao maior Estado, o Amazonas.

No início do século XVII, preocupado com a constante presença de invasores estrangeiros, o governo português enviou várias expedições à Amazônia, a fim de combatê-los. Uma dessas expedições, comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, fundou a atual cidade de Belém, capital do estado do Pará, no ano de 1616. A partir de Belém, foram organizadas várias outras expedições, que subiram o rio Amazonas com a finalidade de expulsar os invasores das terras sob o domínio lusitano.

O Início da Colonização

Os primeiros colonizadores portugueses chegaram à região do Médio-Baixo Amazonas em 1639, integrando a expedição comandada pelo capitão Pedro Teixeira. O primeiro local visitado foi o aldeamento Gurupatuba, localizado na margem esquerda do paraná homônimo, cuja denominação foi herdada dos índios Gurupatuba, antigos habitantes da região.

No início da colonização portuguesa, coube aos religiosos Capuchos da Piedade grande parte das terras da margem esquerda do rio Amazonas, para fundarem "missões" que tinham como principal objetivo a catequese dos índios daquela região. Segundo alguns historiadores, essa catequese teria sido iniciada no começo do século XVIII, antes de 1710, considerando que uma Carta Régia datada de 2 de julho daquele ano entregava a região do rio Jari aos padres da Companhia de Jesus, excluindo os religiosos das ordens das Mercês e da Piedade, os quais, no entendimento daqueles historiadores, já se encontravam em serviço de catequese, na margem esquerda do Amazonas.

O capitão português Pedro Teixeira comandou as primeiras expedições ao Médio-Baixo Amazonas, a partir de 1639. O primeiro local visitado foi o aldeamento Gurupatuba, hoje Monte Alegre

Embora não exista uma definição com relação à época de fundação do núcleo originário da atual cidade de Monte Alegre, é aceito que os Capuchos da Piedade teriam iniciado a colonização do município a partir da criação de uma missão, na aldeia dos Gurupatuba, às margens do paraná homônimo; posteriormente, a mesma teria sido transferida para o local onde está erigida, atualmente, a sede municipal.

Existem, todavia, controvérsias entre os historiadores com relação à ordem religiosa que estabeleceu a primeira "missão" na aldeia de Gurupatuba. Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, um dos mais brilhantes estudiosos da história de Monte Alegre, o primeiro posto de catequese na aldeia foi estabelecido por religiosos da Companhia de Jesus, jesuítas, ainda no século XVII. De acordo com o mesmo autor, o jesuíta missionário João Felipe de Bettendorf, nascido em Luxemburgo, visitou a aldeia de Gurupatuba em 1661, tendo ali erguido uma cruz. A partir de 1681, a aldeia passou a contar com a presença permanente dos religiosos Inacianos, responsáveis pela edificação de uma igreja a Nossa Senhora da Conceição. Nesse

período, Gurupatuba experimentou uma fase de grande desenvolvimento, chegando a representar, pela sua importância, o papel de uma verdadeira capital das missões do Baixo Amazonas. Com a chegada dos frades da Piedade à região, Gurupatuba passou para o domínio dos mesmos, que ali se estabeleceram por mais de meio século, edificando, entre outras obras, um grande templo em homenagem a São Francisco de Assis – hoje, padroeiro local.

Durante a administração dos frades da Piedade, a posição de destaque que era ocupada por Gurupatuba foi transferida para Gurupá, onde aqueles religiosos construíram uma estrutura maior. Por sua posição geográfica, Gurupatuba representava o núcleo populacional amazônico mais ocidental sob o domínio português. O estabelecimento das missões religiosas na Amazônia obedecia a um critério geográfico, uma vez que as mesmas se situavam, geralmente, em pontos estratégicos. Assim, além do religioso, existia o cunho político, pois, a pretexto de guarnecer as missões estabelecidas, o governo de Portugal instalava fortificações militares em pontos estratégicos, estendendo o seu domínio através de uma região que, por força do Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha.

O Período Pombalino

Com a morte de D. João V, rei de Portugal, subiu ao trono seu filho D. José, que nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo – o marquês de Pombal – para a Secretaria de Negócios Estrangeiros, em 1750. Pombal logo se transformou em um influente estadista do governo português e, durante sua administração, foram tomadas importantes medidas relacionadas ao Brasil, como a extinção do Estado do Maranhão, o fim do regime de capitanias hereditárias e a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, destinada ao fomento da produção e da exportação.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, primeiro governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, criou a vila de Monte Alegre, em 1758

Ao proclamar a libertação dos indígenas brasileiros, em 1755, Pombal entrou em atrito com os religiosos da Companhia de Jesus, resultando na revolta dos Jesuítas. O agravamento da crise, em Portugal, culminou com a expulsão dos jesuítas, tanto da nação portuguesa como de suas colônias, o que ocorreu em 1757. Para governar o Estado do Grão-Pará e Maranhão, Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que chegou à região amazônica em 1757. O novo governador realizou uma excelente administração, adotando, entre outras medidas, a criação de vilas em substituição às missões religiosas instaladas na região.

Em 1758, durante uma viagem à Mariuá, no rio Negro, onde se encontraria com representantes do governo espanhol, para de tratar da demarcação dos limites entre as terras das coroas Lusitana e Espanhola, Mendonça Furtado aportou em Gurupatuba, no dia 27 de fevereiro; nessa mesma data, a antiga missão foi elevada à categoria de vila, recebendo a denominação de Monte Alegre, em alusão a uma vila situada ao norte de Portugal, e, também, à beleza que o local proporcionava aos visitantes.

Como vila, Monte Alegre alternou épocas de grande progresso com épocas de dificuldades, durante todo o período colonial. Sua economia baseava-se na produção agrícola – notadamente no plantio do cacau, um dos principais produtos de exportação, cuja cultura fora introduzida, em 1802, por D. Marcos de Noronha Brito, o Conde dos Arcos –, na pesca e

na pecuária, esta última incentivada pelo Capitão-General Manoel Bernardo, encantado com as belas campinas existentes no território montealegrense. Além disso, a vila de Monte Alegre tornou-se famosa pela produção de cuias pintadas, responsável, até hoje, pela denominação de "pinta-cuias" dada aos montealegrenses.

O Fim do Período Colonial

Encerrado o Período Pombalino, a ascensão de D. Maria I ao trono de Portugal, devido ao falecimento de D. José, não trouxe, de imediato, qualquer mudança significativa para as vilas instaladas na região amazônica.

Em Monte Alegre, como em todo o restante da Amazônia sob o domínio português, nas últimas décadas do Período Colonial, o quadro social era extremamente desfavorável ao primitivo habitante da região – o índio –, do qual dependia qualquer ação executada pelo poder constituído, ou pelos colonos. Sem a presença do índio, o Estado não teria mão-de-obra para a colheita, para a construção de obras públicas e para os contingentes militares; os colonos não teriam como desenvolver suas atividades.

Todavia, mesmo sendo reconhecida a sua importância para o desenvolvimento da região, o índio era vítima da voracidade do Estado, através das ações de diretores de vilas que os exploravam e os hostilizavam, num flagrante descumprimento às instruções legais de proteção aos silvícolas. Esses desmandos só foram minimizados a partir do governo de D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, que também foi o responsável pela instalação, em Monte Alegre, de uma serraria para beneficiamento de madeiras nobres – principalmente o cedro –, cujos troncos eram carregados pelo rio Amazonas, em direção ao Atlântico. A serraria Real, inaugurada no final do século XVIII, beneficiava as toras de cedro, transformando-as em pranchas, que eram comercializadas com Belém, e, desta, exportadas para Lisboa, a fim de atender às grandes construções que eram realizadas em Portugal.

A pesca e o posterior beneficiamento de toras de madeiras de lei se transformaram em um próspero negócio para os montealegrenses, que se tornaram grandes fornecedores de matéria-prima para a construção naval, notadamente em Belém, onde eram construídos navios para a frota lusitana.

Na segunda década do século XIX, devido à escassez de matéria-prima e à má administração exercida pelo governo do Estado, a serraria Real encerrou suas atividades, em Monte Alegre, transferindo-as para o vizinho município do Óbidos. Essa transferência representou mais uma perda para Monte Alegre, que, ao final do período colonial, via diminuir sua importância econômica.

Os ideais que nortearam a Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – se espalharam pelo Novo Mundo e chegaram à Amazônia, no início da terceira década do século XIX (1821), encontrando um clima propício para sua disseminação. Em Belém, as diferenças eram marcantes entre os reinóis (pessoas naturais do reino) e os paraenses; enquanto os primeiros representavam o poder e a opulência, aos nativos restavam o mal estar, a fome e as demais dificuldades que sempre são impostas às classes menos favorecidas. Dessa maneira, as ideias de democracia dos filósofos europeus passaram a constituir a aspiração maior da gente da região.

O inevitável choque entre esses dois grupos sociais ecoou por todo o interior do Estado. Em Monte Alegre, a elite social e econômica era representada pelos fazendeiros de gado, os proprietários das plantações de cacau, os exploradores do setor madeireiro, enfim, os senhores da terra. A grande maioria da população, representada por descendentes de

índios, vivia à margem das mais elementares conquistas sociais e, naturalmente, sonhava com mudanças nesse tão injusto quadro social.

Assim, a sonhada Independência foi recebida com grande entusiasmo pelos montealegrenses e, a 12 de outubro de 1822, Monte Alegre declarava sua adesão ao novo sistema liberal. Por ocasião da Independência do Brasil, Monte Alegre ainda detinha status de vila, o que foi mantido, mesmo após a nova divisão administrativa da Amazônia, estabelecida pelo Conselho Provincial, depois de decretado o Código do Processo Criminal do Império.

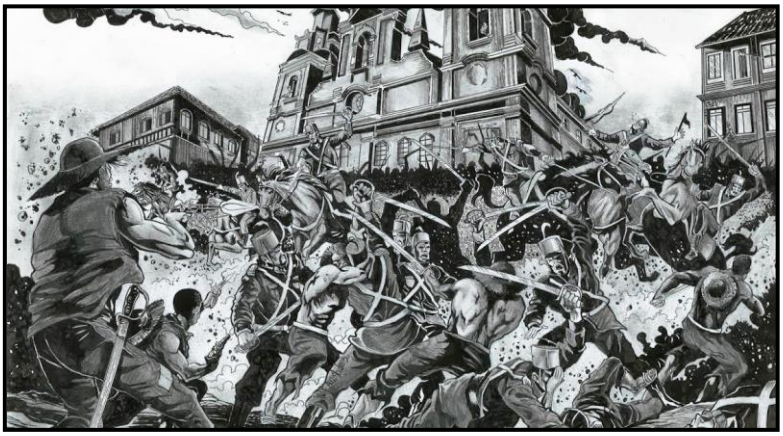
A Cabanagem em Monte Alegre

A cabanagem, o único movimento revolucionário através do qual o povo brasileiro chegou efetivamente ao poder, foi desencadeada na Província do Grão-Pará, no período de 1833 a 1840.

Àquela época, embora o Brasil já estivesse independente há mais de uma década, no norte do País, mais precisamente no Pará, os portugueses agiam como se a Nação Brasileira ainda fosse colônia de Portugal, causando profundo mal estar e descontentamento na população nativa, notadamente nos mais pobres, que residiam nas periferias da capital e nas regiões ribeirinhas.

Estes, via de regra, viviam em habitações extremamente modestas, cobertas de palhas e denominadas "cabanas". Assim, a principal causa da revolta era o antagonismo entre portugueses e brasileiros, fomentador de um crescente sentimento de ódio aos dominadores, aliado a um forte sentimento nacionalista.

Com a explosão do movimento revolucionário na capital da Província, precipitado pela morte prematura do cônego Batista Campos – mentor intelectual da Cabanagem –, Monte Alegre passou a viver dias de agitação, assumindo a segurança da vila o capitão-mor Antônio Clemente Malcher (ironicamente, primo do primeiro presidente cabano, Félix Antônio Clemente Malcher, um montealegrense), que comandava a Terceira Companhia da Guarda Nacional.



A Cabanagem explodiu em 1835, em Belém. Os cabanos tomaram a vila de Monte Alegre em fevereiro de 1836, dominando-a durante cinco meses. Nesse período, Eduardo Angelim era o governador do Pará

Sob o comando de António Malcher, Monte Alegre preparou-se para a luta armada, guarnecendo a vila para enfrentar um possível ataque dos rebeldes cabanos, além de enviar uma expedição a Belém para apoiar as forças "legalistas". A seguir, aliou-se a Santarém, onde funcionava a Comarca do Baixo Amazonas, cujo juiz de direito, Dr. Joaquim Rodrigues de Souza, assumiu a defesa da região, promovendo as ações necessárias à manutenção "da ordem e da legalidade", em todo o Baixo Amazonas.

O clima de tensão perdurou por todo o ano de 1835. Todavia, o esperado ataque a Monte Alegre não aconteceu, apesar das ondas de boatos que davam conta da presença cabana às proximidades. O estado de tensão atingiu o clímax no final daquele ano, quando foi descoberto o plano cabano para tomar de assalto a vila, na noite de Natal. Com a prisão dos mentores da pretensa invasão – Hilário Inácio Pereira, José Pires, Alexandre Sanches de

Brito, Isidro Antônio Raiol e Teodoro Ruiz Vieira –, imaginaram os montealegrenses que o perigo havia passado. Todavia, na madrugada de 28 de fevereiro de 1836, depois de ocuparem Breves e Gurupá, os cabanos finalmente atacaram Monte Alegre. A primeira vítima foi o capitão-mor António Clemente Malcher, seguindo-se a execução de inúmeros moradores. Monte Alegre, da mesma forma que as demais vilas do Alto e Baixo Amazonas, passou ao domínio cabano.

Durante a ocupação de Monte Alegre, o governo da Província era exercido por Eduardo Angelim, que foi o terceiro presidente cabano. Os rebeldes de Monte Alegre, circunstancialmente no poder, reuniram a câmara local e impuseram o reconhecimento de Angelim como presidente da Província. A vitória cabana, àquela altura, estava consumada. A partir de Monte Alegre, os rebeldes, cada vez mais fortalecidos com a chegada de novos adeptos da causa, desencadeavam expedições aos núcleos que ainda opunham alguma resistência à dominação cabana.

Entretanto, na capital, aumentava cada vez mais a resistência à revolução cabana. Em abril de 1836, à frente de um forte aparato militar, o general Francisco José Soares Andréa conseguia depor Eduardo Angelim e retomar o governo da Província. Da mesma maneira, o Alto e o Baixo Amazonas também iniciavam sua reação, na tentativa de restaurar a "legalidade" em toda a região. Em Monte Alegre, à frente da resistência estavam o presidente da Câmara, Francisco José Nunes, o vigário Antônio Macário Alves da Costa, o juiz municipal Tomaz Ferreira e o juiz de órfãos, Vitório de Assunção. E, a 22 de julho de 1836, tinha fim a dominação em Monte Alegre, muito embora os cabanos tenham realizado outras tentativas de retomada do poder.

Finalmente, em outubro do mesmo ano, aportou em Santarém uma grande expedição enviada pelo general Soares Andréa, com o objetivo de expulsar definitivamente os cabanos e pacificar a região, contando com o apoio de Monte Alegre, que enviou um contingente para reforçar a tropa legalista. Ao final do movimento cabano. Monte Alegre havia pago um alto preço: além das centenas de vidas ceifadas, de ambos os lados conflitantes, os caçoais, sua principal fonte de riqueza, estavam destruídos ou abandonados.

Depois da Guerra Civil

A partir de 1840, a recuperação da economia do município passou a ser a maior preocupação em Monte Alegre. Essa recuperação foi iniciada na região dos lagos e às margens dos principais rios da região, o Amazonas, o Maicuru e o Gurupatuba.

Tradicional sociedade de agricultores e pastores, os montealegrenses se dedicaram, novamente, a lavrar a terra, abrindo novos cacoais e implantando novas fazendas de criação de gado. E o esforço não foi em vão, haja vista que, em menos de duas décadas, o município já estava produzindo café, algodão e cacau.

Na vila, à época habitada por apenas 4.000 moradores, a Câmara concedia terrenos nas partes alta e baixa da cidade, além de incentivar a abertura de novos comércios, visando aumentar a renda local.

Uma significativa mudança, na vida do município, começou a ocorrer a partir de 1860, quando, atraída pelas vantagens oferecidas para a exploração dos seringais, a mão-de-obra montealegrense foi abandonando a lavoura do cacau e a criação do gado, migrando para os vales dos rios Tapajós, Xingu e Madeira. Assim como outros milhares de brasileiros, os agricultores de Monte Alegre também foram seduzidos pela possibilidade de auferir maiores ganhos com a extração da seiva da *Hevea brasiliensis* (seringueira), atividade que influenciou, de maneira definitiva, a história econômica da Amazônia.

Após a proclamação da República, ocorreu uma ampla reorganização da administração pública brasileira, sendo extintas as Câmaras Municipais e criados os Conselhos Municipais. Em Monte Alegre, a extinção da Câmara ocorreu no dia 3 de fevereiro de 1890 (Decreto n° 27), sendo criado, no mesmo dia, o Conselho de Intendência Municipal (Decreto n° 28), com a imediata nomeação de todos os seus membros. No ano seguinte, foi realizado o primeiro pleito municipal, sob o regime republicano, sendo eleito o Presidente do Conselho (e, consequentemente, o Intendente Municipal), Augusto Teodorico Nunes, além dos vogais Pedro Paulo de Macedo, Miguel Maria A. Lopes, João Antônio Dias de Lima e Veríssimo Ferreira de Moraes (texto editado de Primaz Monte Alegre – CPRM, 1998).

Parte das áreas que hoje constituem os bairros da Cidade Baixa, na sua orla fluvial e no leito formado entre as serras Oriental e Ocidental, e da Cidade Alta, onde se localizam a Igreja Matriz de São Francisco de Assis e parte da Praça Fernando Guilhon, formam o núcleo inicial da área urbana da cidade de Monte Alegre, palco onde se desenrolaram a maioria dos fatos acima narrados.

2. INSERÇÃO REGIONAL:

2.1. LOCALIZAÇÃO

O município de Monte Alegre está localizado na porção noroeste do Estado do Pará, na mesorregião do Baixo-Amazonas, entre as coordenadas de 00°22'51"de latitude Norte e 02°25'35" de latitude Sul e 53°41'11" e 54°54'12" de longitude Oeste. De acordo com os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área total do município é de 21.172km², conforme estabelecido na Resolução PR N° 0064, de 12 de setembro de 1994, que aprovou os valores para as áreas dos estados e municípios do Brasil (IBGE, 1994).

Monte Alegre está localizado na mesorregião do Baixo-Amazonas, no Oeste do Pará, tendo como vizinhos os municípios de Alenquer, Almeirim, Prainha e Santarém

A cidade de Monte Alegre, sede municipal, está situada na porção sudeste do município, na margem esquerda do paraná Gurupatuba, próximo à ligação deste com o rio Amazonas, tendo como coordenadas centrais 02°02'27S e 54°04'08"W, que correspondem à sede da Prefeitura Municipal.

Os principais limites geográficos do município são, ao sul, o rio Amazonas e, ao norte, a serra de Tumucumaque. De acordo com a lei n° 158, de 31 de dezembro de 1948 (DOU de 16.02.49), os limites do município com os demais vizinhos são os seguintes:

- **Com o Município de Alenquer**, os limites começam na boca do lago Paracari, no rio Amazonas, atravessa aquele lago para a foz do rio Jaraquituba, pelo álveo do qual vai até às suas nascentes, e destas segue pela linha do divisor de águas entre os rios Maicuru e Curuá do Norte até a linha de cota máxima da vertente direita do rio Paru de Leste;

- **Com o Município de Almeirim**, os limites começam no ponto em que o divisor de águas entre os rios Curuá do Norte e Maicuru encontra a linha da cota máxima da vertente direita do rio Paru de Leste e segue por esta linha de cota máxima até a nascente do rio Urucurituba, afluente direito do rio Paru de Leste;

- **Com o Município de Prainha**, os limites começam nas nascentes do rio Urucurituba e seguem por uma reta até a boca do furo Sapucaia, no rio Amazonas, seguindo pelo rio Amazonas, passando entre as linhas Flechal e B. Lima, até confrontar com a boca de baixo do furo do Ituqui;
- **Com o Município de Santarém**, começam no rio Amazonas, confronte a boca de baixo do furo de Ituqui, atravessando o Amazonas fora do lugar, donde, na sua margem esquerda, segue por uma linha deixando para Santarém as ilhas de Tapará e outras no percurso, bem como a costa do Tapará.

O município pertence à mesorregião do Baixo Amazonas, integrando a microrregião de Santarém. A sede do município está há 621 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. A distância para a capital do Amazonas é de 653 km; para Santarém, 85 km, e para Macapá, 346 km.

2.2. ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE

Nos últimos dez anos, houve melhora visível quanto à quantidade e qualidade dos transportes rodoviários e fluviais intra e intermunicipal, o que representou avanço na acessibilidade regional, mas regrediu no transporte aéreo, com a saída da única empresa que fazia essa modalidade de transporte no Município.

São cinco as rodovias estaduais que cruzam o território de Monte Alegre. A PA-255, ligando o Município a Santarém, é a única asfaltada e sinalizada, o que melhorou muito a acessibilidade e as condições de transporte naquela rodovia

No transporte fluvial, a melhoria é mais notável com a entrada de lanchas velozes na linha entre as cidades de Monte Alegre e Santarém, assim como entre Santarém e o porto de Santana do Tapará. Melhorias também são observadas nas linhas entre Monte Alegre e as cidades de Monte Dourado, Manaus, Belém e Macapá, com a participação de barcos/navios de ferro e mais velozes. Infelizmente, a negligência de órgãos fiscalizadores ainda permite a ocorrência de acidentes que poderiam ser evitados e a inobservância, pelas empresas, de vários direitos dos consumidores.

O asfaltamento e sinalização da rodovia PA-255, em 2016, que liga a cidade de Monte Alegre ao porto de Santana do Tapará, em Santarém, representa a maior conquista local em transporte rodoviário. É por ela que escoa grande parte da produção agropecuária de Monte Alegre e Alenquer aos mercados regionais, principalmente com Santarém. O mesmo não se vê com as demais rodovias estaduais que cruzam o território pinta-cuia: todas passam sem manutenção praticamente todos os 365 dias do ano, no inverno e no verão, o que representa perda de parte da produção e enormes dificuldades à parte que os agricultores e criadores locais conseguem salvar. O mesmo grau de dificuldades e prejuízos aos agricultores se vê na malha rodoviária municipal. Nesta, são quase 400 quilômetros de vicinais igualmente abandonados durante a maior parte do ano.

Também na sede do Município, a acessibilidade, concebida como a articulação e integração dos componentes estruturantes da mobilidade (trânsito, transporte, sistema viário, educação de trânsito), deixa muito a desejar. Assim, o direito de ir e vir com sustentabilidade e segurança está comprometido na cidade de Monte Alegre. O Município, mesmo depois da criação de seu Plano Diretor Municipal, há onze anos, ainda não conseguiu criar e fazer funcionar um sistema de transporte público urbano – o que existe é um serviço precário de transporte de passageiros e cargas entre suas regiões rurais e a cidade e vice-versa. Na ausência de um órgão local de fiscalização e gestão do trânsito, as ruas da cidade são tomadas por motocicletas, muitas irregulares, conduzidas por condutores que mais parecem pilotos. O número de acidentes e de vítimas incrementam as estatísticas de ocorrências da polícia e do hospital locais.

3. ASPÉCTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

3.1. MEIO NATURAL

3.1.1. Aspéctos geofísicos

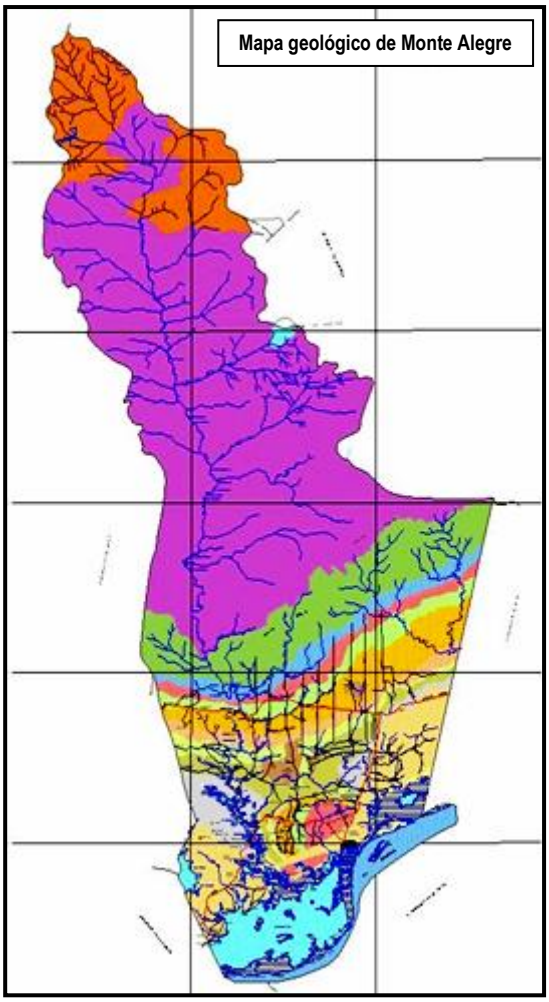
Com 20,2 mil/km² de extensão, o território de Monte Alegre apresenta características físicas muito diversas. A topografia municipal é muito variada, crescente a partir da calha do rio Amazonas, com suas áreas inundáveis, até atingir cotas de 400m a 450m em sua posição mais setentrional.

A sede municipal acha-se sobre áreas colinosas e serranas, com a parte mais elevada atingindo 200m, e a mais baixa com 110m, permitindo, com isso, que o sítio urbano possua cidades alta e baixa.

3.1.1.1. Geologia regional:

Regionalmente, o relevo insere-se nas seguintes unidades morfo-estruturais:

- **Planície Amazônica:** é uma área alongada, estendendo-se na direção Este-Oeste, tendo o rio Amazonas em seu eixo. A vegetação predominante é a de campo, aparecendo também os parques e a floresta equatorial subperenifólia de várzea. Pertencem a esta unidade geomorfológica as áreas submetidas diretamente ao controle do rio Amazonas, que foram divididas em alagadas e inundáveis. A planície fluvial alagada corresponde aos trechos que, mesmo no período de menor volume das águas do rio, estão submersas, ainda que a lâmina d'água que as recubra seja de alguns centímetros, ganhando aspectos de áreas brejadas. Ocorrem nas várzeas cursos d'água que retornam ao mesmo rio de onde se originaram: são os paranás. Excepcionalmente, esses canais de drenagem apresentam em uma de suas margens litologias diferentes da aluvial. O Gurupatuba é um dos mais importantes do município;



• **Planalto Rebaixado do Médio Amazonas:** esta unidade de relevo estende-se pelos dois lados da Sinéclise do Amazonas, com altimetria de aproximadamente 100m. Sua denominação mereceu adjetivação de Baixo e Médio Amazonas, de acordo com seu posicionamento dentro da bacia hidrográfica. Ocupando trecho menor do que a unidade da parte sul, o planalto rebaixado da Amazônia (Médio Amazonas), lado norte, limita-se ao norte com os relevos residuais da borda norte da Sinéclise do Amazonas, a exemplo do que acontece com a Serra Azul. A litologia dessa unidade é predominantemente sedimentar, e formações paleozóicas, ocorrendo também, sedimentos terciários da Formação Alter-do-Chão. Os solos encontrados nesta unidade são os Latossolos Amarelos, cobertos por floresta densa e aberta. A altitude da unidade está na cota dos 100m. Nos relevos residuais do Alto Estrutural de Monte Alegre registram-se altitudes superiores a 200m. Nesta unidade é constante a identificação de diques de diabásio, mapeados como cristas. A superfície de aplainamento conservada predomina em toda a unidade, notando-se apenas a incidência do entalhamento dos talvegues. O domo esvaziado existente a sudeste do Município, em sua parte central, está aplainado sobre rochas básicas, que favorece o desenvolvimento de agricultura na área;

• **Planalto da Bacia Sedimentar do Amazonas:** esta unidade de relevo tem forma alongada e semicircular, com direção Oeste-Este, representada por relevos residuais elevados pertencentes a um setor da borda norte da Sinéclise do Amazonas. Em sua parte mais ocidental, localiza-se a Serra Azul, com relevos em forma tabular. Possui litologia sedimentar paleozóica e solos do tipo Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo e, principalmente, os Solos Litólicos, cobertos por vegetação de floresta densa. A partir do rio Maicuru, em direção leste, a unidade é dissecada por drenagem pouco densa, originando interflúvios tabulares, incluindo alguns relevos cuestiformes, com muitas dessas formas apresentando-se com encostas ravinadas;

• **Depressão Periférica do Norte:** trata-se de área baixa altimetricamente, que acompanha a borda norte da Sinéclise do Amazonas. Elaborada sobre litologias pré-cambrianas do Complexo Guianense, a Depressão é coberta por floresta densa e solos dos tipos Podzólico Vermelho-Amarelo e Latossolo Vermelho-Amarelo. Informações radar-altimétricas forneceram altitudes inferiores a 200m. Geomorfologicamente, predomina uma superfície de aplainamento conservado sobre áreas onde grande densidade de drenagem promoveu a dissecação, originando formas de relevo mapeadas como colinas e interflúvios tabulares densamente drenados. Marginais ao rio Maicuru, observam-se áreas aplainadas, conservadas, mais rebaixadas que o restante da unidade e que nela foram incluídas em seu prolongamento para norte;

- **Planalto Dissecado Norte da Amazônia:** de modo geral, a altitude deste planalto oscila entre 400 e 500m. As formas de relevo são talhadas em rochas pré-cambrianas de origens vulcânica, sub-vulcânica e metamórfica, representadas por riolitos, granitos, granodioritos, gnaisses e arenitos arcosianos. O Latossolo Vermelho-Amarelo é predominante, coberto por vegetação de floresta densa. Quando visualizadas em conjunto, as feições de relevo que compõem esta unidade apresentam, em certos trechos, variações morfológicas e de altimetria relativa. Esses trechos mais rebaixados penetram entre os relevos mais elevados, isolando-os e dando-lhes aspecto de resíduos de uma superfície de aplainamento.

3.1.1.2. Geologia local

De acordo com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia, que realizou estudos no município, no final da década de 90, como parte do Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (Primaz), a geologia do Município é representada por formações geológicas que indicam uma grande variação temporal dos processos geológicos atuantes.

Assim, apresenta unidades do Quaternário Antigo, que constituem as faixas arenosas em seu território e áreas de material recente nas várzeas dos principais cursos d'água. Apresenta terrenos mesozóicos, como os sedimentos da Formação Itauajuri (arenitos e conglomerados) e rochas vulcânicas básicas (diabásios). Obedecendo à seqüência geológica, apresenta sedimentos da idade paleozóica, que correspondem ao empilhamento da sinéclise do Amazonas, representados pelas formações de idade Siluriana (Formação Trombetas), Devonianas (Maicuru, Ererê e Curuá) e Carboníferas (Monte Alegre, Itaituba e Nova Olinda). Complementando o quadro geológico, na porção Norte do Complexo Guianense, Supergrupo Uatumã e rochas alcalinas.

3.1.1.3. Geomorfologia

O relevo do território se respalda essencialmente na geologia, onde os terrenos cenozóicos (Quaternário antigo e recente) são formados por áreas de várzeas e terraços, enquanto que, no Terciário (Formação Barreirinha), correspondem áreas de baixos platôs amazônicos. Os setores mesozóicos e paleozóicos apresentam pequenas chapadas e colinas, ou áreas mais expressivas, representadas pela serra do Itauajuri (360m) e pela chapada do Ererê (284m), que revelam relevos cuestiformes, com escarpas voltadas para o lado Sul, e suas declividades, para o Norte.

3.1.1.4. Solos

O Podzólico Vermelho-Amarelo é o solo dominante, ocupando cerca de 50% da área total. Os outros solos que ocorrem dentro dos limites do município são o Latossolo Amarelo, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Escuro, Areias Quartzosas, Cambissolo, Glei Pouco Húmico, Solo Aluvial, Solos Litólicos e Afloramentos de Rocha.

Os resultados mostram que, de modo generalizado, os solos da região são quimicamente pobres, isto é, distróficos, com elevada acidez e pouca disponibilidade de nutrientes necessários ao desenvolvimento das plantas cultivadas. A exceção se faz por conta dos solos eutróficos, ricos em nutrientes, como a Terra Roxa Estruturada Eutrófica, o Latossolo Roxo Eutrófico, o Cambissolo e algumas unidades de Solos Litólicos, que ocorrem em associação com outras classes de solo, ocupando percentual relativamente muito pequeno da área total.

Com base na interpretação dos resultados apresentados no mapa de solos, conclui-se que cerca de 70% da área total possui aptidão moderada para o desenvolvimento de programas agrícolas na região. A baixa fertilidade natural, a acidez elevada, a alta saturação com alumínio, a salinidade e a drenagem deficiente, a deficiência hídrica, a susceptibilidade à erosão e o impedimento à mecanização são fatores limitantes que condicionam a utilização desses solos.

Com essas informações, a CPRM elaborou, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), um zoneamento agroecológico. Este constata que cerca de 50% da área total deve, preferencialmente, ser destinada à pecuária. Essa área é identificada no mapa com o símbolo P1 e P2 – Zona de produção pecuária. Além disso, são indicadas, também, as zonas de produção agrícola intensiva, identificadas com os símbolos L1, L2, L3 e L4; a zona de manejo florestal, identificada no mapa com o símbolo MF; a zona de conservação, identificada pelo símbolo C e, finalmente, a zona de preservação, identificada pelo símbolo PR. Como principais recomendações, sugere-se a aplicação de fertilizantes e corretivos, utilização de práticas simples de controle à erosão e de irrigação, no caso de plantas sensíveis a déficit hídricos acentuados.

3.1.1.5. Características climáticas

De acordo com a classificação de Köppen, o clima dominante no município de Monte Alegre é do tipo tropical chuvoso. Neste, as temperaturas médias mensais nunca atingem valores inferiores a 18°C e a precipitação do mês menos chuvoso alcança menos de 60 mm. O período seco é bem definido, deixando vestígios na vegetação e não apresentando variações de estações, com amplitude térmica inferior a 5°C. A caracterização climática tem como base a série de dados, coletados durante 11 anos na estação meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), localizada no próprio município. Ocorre, também, o clima tipo tropical úmido de monção, com precipitação excessiva durante alguns meses, o que compensa a ocorrência de dois a três meses, às vezes quatro meses, com precipitação inferior a 60 mm.

As temperaturas médias mensais variam de 25,7 a 27°C, enquanto que a média das máximas varia de 30,0 a 32,5°C, e a média das mínimas de 21,0 a 22,0°C. O período mais chuvoso vai de fevereiro a maio, com precipitações pluviométricas médias mensais superiores a 200 mm, destacando-se o mês de abril como o auge desse período invernoso (317,2mm), contribuindo com 18% do total anual de chuva. O período menos chuvoso compreende os meses de setembro, outubro e novembro, com médias mensais inferiores a 50 mm, sendo que os dois últimos contribuem, individualmente, com apenas 2% do total anual de chuva. Este é o ápice do período seco, o verão. A insolação média mensal, durante o verão, é sempre superior a 225,00 horas.

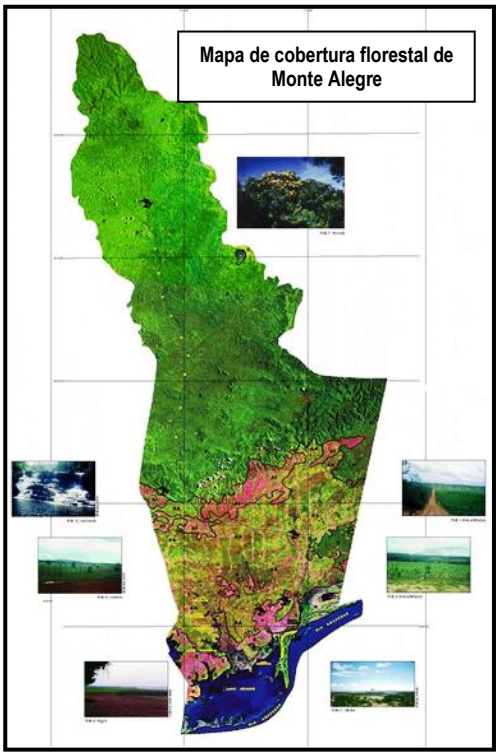
O tipo tropical chuvoso é o que determina o regime pluviométrico da região. O valor médio para o total anual é de 1.780,5mm, com totais mensais inferiores a 50 mm, nos meses de setembro a novembro, e totais superiores a 200 mm, nos meses de fevereiro a maio. Analisando a série de dados de chuva de Monte Alegre, no período de 1984 a 1994, verifica-se que o mês mais chuvoso para a região é abril, e que a maior diferença entre os totais mensais ocorre entre o mês de abril e os meses de outubro e novembro. O trimestre mais chuvoso é o compreendido entre os meses de março a maio, enquanto o trimestre mais seco se situa entre os meses de setembro e novembro.

A caracterização climática do Município de Monte Alegre teve como base a série de dados da estação meteorológica localizada no Município, de responsabilidade do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, a qual possui as coordenadas de 02º 01' de latitude Sul e 54º 05' de longitude Oeste.

3.1.1.6. Uso e cobertura vegetal

A cobertura vegetal é representada por espécies que acompanham, de forma generalizada, as condições do relevo do território.

Nas áreas de terra firme, encontra-se a floresta equatorial subperenifólia, caracterizada por uma vegetação exuberante, o que, à primeira vista, poderia evidenciar a existência de solos férteis, mas, no entanto, repousa sobre solos de baixa fertilidade natural. A manutenção desta vegetação se dá por meio de ciclo biológico solo-planta-solo, devido à acumulação, decomposição e incorporação ao mesmo de detritos orgânicos, fornecendo os elementos nutritivos necessários às plantas, assim como regula a conservação dos mesmos, não permitindo a sua lavagem. Na derrubada e queima dessas matas, para utilização do solo na exploração agrícola, há perda dos nutrientes que são lixiviados, devido à quebra do equilíbrio no ecossistema. As espécies florestais de maior ocorrência são o Angelim-pedra (*Dinizia excelsa*), Matá-matá (*Eschweiler sp*), Louro Vermelho (*Ocotea rubra*), Itaúba (*Sílvia duckei*), Aquariquara (*Minquartia guianensis*), Maçaranduba (*Manikara huberi*) e Cupiúba (*Goupia glabra*).



Nesta área de floresta predominantemente equatorial, o Governo do Estado criou, em 2006, a Floresta Estadual (Flota) Paru, uma unidade de conservação de uso sustentável que soma 3,6 milhões de hectares – esta unidade inclui terras dos municípios de Almeirim, Alenquer e Óbidos, além de Monte Alegre. Dessa área total, 720 mil/ha estão em território de Monte Alegre.

Nas áreas alagáveis, há a floresta equatorial higrófila de várzea, que ocupa a planície aluvial dos principais sistemas hidrológicos da região. Nas porções planas, há campos de cerrado, com a presença de gramíneas, espécies arbustivas, assemelhando-se a campos abertos. Estão presentes também, como vegetação campestre, os campos altos, mais ricos que os campos de relevo plano, com gramíneas e árvores dispersas. Os indivíduos lenhosos aí existentes apresentam-se tortuosos, com xilopódios e folhas coriáceas. As espécies identificadas fazendo parte deste ecossistema são: lixeira (*Curatella americana*), muruci do campo (*Byrsonima spicata*) e mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*). Na vegetação graminóide, encontra-se o capim barba de bode (*Aristida sp*).

Nas porções mais elevadas das serras e chapadas, está presente a campinarana florestada, constituindo uma formação intermediária, onde se encontra associada a elementos florísticos de campos, campinas e matas.

Na parte oeste da Flota Paru, o Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (Ideflor-Bio), lançou edital de licitação do tipo concorrência (nº 01/2013) disponibilizando 108,5 mil hectares para a exploração sustentável de madeira, distribuídos em três unidades de manejo florestal (UMF's), todas em Monte Alegre, conforme previsão contida no Plano Anual de Outorga Florestal (POAF). Dois anos antes (2011), também através de licitação do tipo concorrência, outras quatro UMF's já haviam sido contratadas com a mesma finalidade, de acordo com informações fornecidas pelo Ideflor. Ao todo, em território de Monte Alegre, sete UMF's estão liberadas para exploração florestal sustentável, totalizando 244,7 mil hectares.

Mas o Município não está satisfeito com esse processo de exploração sustentável de recursos florestais da Flota Paru, principalmente pelo fato de a madeira extraída ter saído de Monte Alegre sem qualquer beneficiamento. Milhares de toras de madeira de alto valor comercial saíram do Município sem qualquer beneficiamento, indo gerar em emprego, renda e receita nos municípios para onde foram levadas. Os valores repassados ao Município por conta do ICMS Verde estão longe de representar uma compensação justa pelos recursos explorados em seu território. O Município se sente excluído das discussões sobre este assunto e deseja ter mais espaço para ser proativo nesse tema.

Hoje, das três empresas madeireiras que se instalaram em Monte Alegre para explorar UMF's, apenas uma continua em atividade, também segundo o Ideflor-Bio.

3.1.1.7. Hidrologia

A bacia hidrográfica do Município de Monte Alegre é composta pela bacia do rio Maicuru, com seus afluentes Cauçu e Paytuna, além do rio Amazonas. Estes três rios somente são navegáveis na época das cheias, por embarcações de pequeno porte. Merecem destaque, também, os igarapés Água Azul, afluente pela margem direita do rio Maicuru, e Ambrósio, afluente da margem esquerda. O rio Gurupatuba – na verdade, um paraná –, percorrendo a cidade de Monte Alegre pelo lado sul, é desaguadouro do lago do mesmo nome, já pouco piscoso, mas ainda utilizado pela população local, oferecendo navegação em toda época do ano para embarcações de pequeno e médio portes. O furo do Ituqui, servindo como parte dos limites entre os municípios de Santarém, Prainha e Monte Alegre, é outro importante meio hidrográfico da região. Convém mencionar, ainda, o alto curso do rio Jauarí, na porção centro-oeste do Município.

Barcos e navios que sobem e descem o rio Amazonas, rumo às cidades de Manaus, Belém, Macapá e Monte Dourado, usam o paraná Gurupatuba para acessar a hidroviária de cargas e passageiros da cidade de Monte Alegre.

3.1.1.10 Espaços Legalmente Protegidos

Mais da metade do território de Monte Alegre está fora da gestão municipal, entregues à administração de órgãos estaduais ou federais, formando um conjunto de unidades de conservação e de terras indígenas, todas protegidas.

Áreas sob gestão federal são as Florestas Nacionais (Flona's) Mulata I e Mulata II, que somam 212,6 mil/ha, criadas como objeto de compensação de áreas de Reserva Legal dos projetos agroextrativistas de assentamento e colonização criados pelo Incra na região, segundo a lei 4.771 de 15/09/1965; e duas áreas indígenas no extremo norte do território municipal.

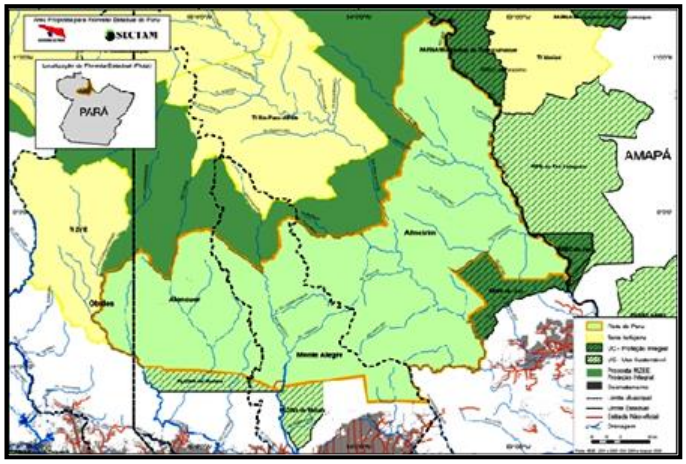
Sob gestão direta de órgãos estaduais estão a Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna, com 58,2 mil/ha, e, dentro desta, o Parque Estadual Monte Alegre (Pema), criados em 2001. Depois, em 2006, o governo estadual criou um mosaico de unidades de conservação que se estende do município de Almeirim ao município de Faro, com área total de 12,8 milhões de hectares. Em Monte Alegre estão partes da Flota Paru (3,6 milhões/ha), da Reserva Biológica (Rebio) Maicuru (1,1 milhão/ha) e a Estação Ecológica (Esec) Grão-Pará (4,2 milhões/ha).

O Plano Diretor de Monte Alegre previu a criação de uma área de proteção ambiental na margem direita da estrada que dá acesso à vida de Pariçó, próximo ao perímetro urbano, mas esta não foi efetivada.

3.2. TERRITÓRIO MUNICIPAL

3.2.1. Utilização da terra

A lei 6.745, de 6 de maio de 2005, instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MZEE) do Estado do Pará, “com base em dados e mapas de geologia, geomorfologia, solos, hidrologia, climatologia, vulnerabilidade natural, potencialidade socioeconômica, ecossistemas vegetais, ecorregiões, corredores ecológicos, antropização e definição de áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade e de uso sustentável dos recursos naturais”.



Criado no final de 2006, um mosaico de unidades estaduais de conservação cobrem grande parte do território de Monte Alegre, além de áreas federais

Nos termos desta lei, do total da área territorial do estado do Pará, “65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, destinados a áreas especialmente protegidas” e “35% (trinta e cinco por cento), no máximo, para consolidação e expansão de atividades produtivas, áreas de recuperação e áreas alteradas”. Na área do território de Monte Alegre, essa proporção é parecida: 39% das terras estão definidas como áreas de consolidação e expansão das atividades produtivas. O restante do território municipal está destinado a unidades de conservação de uso sustentável, ou de proteção integral, e terras indígenas.

As áreas de consolidadas e expansão estão ocupadas, há muitas décadas, por pequenos e médios agricultores, a maioria com perfil familiar, assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O mais antigo de todos os assentamentos é a Colônia Agrícola Nacional do Pará (Canp), cuja sede dista 15 quilômetros da sede do Município. Já as unidades de conservação ocupam a maior parte das terras municipais, restando, ainda, uma parcela pequena a terras indígenas (veja o item 3.1.1.10).

3.2.2. Estrutura Fundiária

O Incra é a única instituição pública responsável pela execução da política fundiária em Monte Alegre. O órgão está no Município há mais de 60 anos, quando ainda se chamava Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Seu mais antigo projeto de assentamento e colonização remonta à primeira metade do século passado, quando deu início à implantação

da Colônia Agrícola Nacional do Pará (Canp), cuja sede se encontra a 15 quilômetros da sede do Município.

3.2.3. Número de Assentamentos e de Famílias Assentadas pelo Incra

Desde que aqui se instalou, o Incra já criou 25 projetos de assentamento no Município, com mais de 4 mil famílias assentadas, segundo o próprio órgão, como mostra o quadro abaixo:

Projetos de Assentamento do INCRA em Monte Alegre

Nome do Projeto	Área (Ha)	Capac. De famílias	Nº Famílias assentadas			Número	
			Titulados	Não Titulados	Total	Vagas	Excedentes
PIC Monte Alegre	509.753,000	3.649	-	87	87	3.562	-
PA Campos do Popó	7.994,5317	185	11	170	181	4	-
PDS Serra Azul	78.496,6243	274	-	261	261	13	-
PA Maripá	12.6669472	650	-	591	591	59	-
PA Baixão	6.600,1441	110	-	106	106	4	-
PA Muriçoca	871,8841	100	-	68	68	32	-
PA Vai Quem Quer	1.584,8566	150	-	150	150	-	-
PA Terra Preta/Olho D'Água	3.471,0650	150	-	116	116	34	-
PA Cristo Rei	6.239,8245	115	-	93	93	22	-
PAE Cuçaru	2.360,0000	220	-	219	219	1	-
PAE Nazaré	2.060,0000	180	-	169	169	11	-
PAE Curralinho	400,0000	40	-	37	37	3	-
PAE Cuieiras	600,0000	120	-	92	92	28	-
PAE Costa do Amazonas	4.800,0000	160	-	151	151	9	-
PAE Piapó	400,0000	42	-	40	40	2	-
PAE São Diogo	1.060,0000	220	-	220	220	-	-
PAE Nova Altamira	2.908,2229	80	-	79	79	1	-
PAE Cauçu B e Balança	3.662,1718	80	-	79	79	1	-
PAE Paytuna	2.878.3079	180	-	138	138	42	-
PAE Região dos Lagos	1.332,4848	220	-	197	197	23	-
PAE Jacarecapá	1.540,0000	280	-	210	210	70	-
PAE Jaquara	1.845,0000	200	-	200	200	-	-
PAE Aldeia	2.917,0000	300	-	300	300	-	-
	656.442,0649	**7.705**	**11**	**3.773**	**3.784**	**3.921**	**-**

Fonte: Incra/Monte Alegre

Os dados fornecidos pelo órgão demonstram que, apesar da presença já longa no Município, ainda é enorme a necessidade de regularização fundiária, especialmente nos projetos de assentamento (PA's) e projetos de assentamento agroextrativista (PAE's) – estes, mais recentes.

3.3. ESTRUTURA URBANA

3.3.1. Formação da Área Urbana

O perímetro urbano histórico de Monte Alegre é formado pela área delimitada, na parte baixa da cidade, pelo rio Gurupatuba e pelas duas principais serras (Oriental e Ocidental) e, na Cidade Alta, pela Praça Fernando Guilhon. É nessa área que ainda estão antigos prédios construídos na cidade, inclusive a igreja matriz de São Francisco de Assis, o padroeiro local.

Levantamentos feitos por historiadores locais e regionais apontam que o crescimento da cidade se deu, com o fim da Cabanagem (1833-1840), para a parte alta da cidade. Naquela época, segundo dados levantados pelo historiador Arthur Cézar Reis, a população da vila era de cerca de 4 mil habitantes. Depois, esse movimento urbanístico se deslocou

para os rumos Oeste, para a área que hoje forma o bairro da Serra Ocidental, e Leste, na área que atualmente constitui parte dos bairros de Serra Oriental, Papagaio e Curaxi. Esse quadro foi se formando lentamente, com mudanças pouco significativas, até o início do século XX. Em meados daquele século, o núcleo urbano não havia crescido tanto, mas o meio rural ganhara um fluxo maior de presença humana, principalmente com a vinda de migrantes do Nordeste do País, atraídos pela distribuição de terras públicas a pequenos agricultores. Em 1960, a população do município era de pouco mais de 19 mil habitantes.

O rio Gurupatuba pode ser considerado, a rigor, o único obstáculo natural ao crescimento da cidade de Monte Alegre, pelo seu limite sul. Ao norte, oeste e leste, inexistem obstáculos que impeçam sua expansão. Na sua parte sudoeste, em área logo próxima ao limite urbano da cidade, um manancial de águas impede esse crescimento, pois é nele que a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) capta a água que é distribuída à população urbana.

Mapa da cidade de Monte Alegre, no início da primeira metade do século XX

O poder público municipal determinou, através da Lei nº 1.574/1973, os limites do perímetro urbano, mas este não foi atualizado pelos governos desde então, uma omissão que hoje custa caro ao município, principalmente pela inexistência de zoneamento urbano e planejamento, erros que foram corrigidos com a aprovação do Plano Diretor Municipal (2006). De acordo com o atual perímetro urbano, estão fora dele os bairros de Pajuçara, Planalto, Curitanfã e partes do Surubeju e Curaxi II.

Apesar disso, há áreas no entorno da cidade que podem ser consideradas apropriadas à expansão da cidade. A área delimitada pelas rodovias estaduais PA-254 e PA-255, e também aquelas localizadas em suas margens opostas apresentam relevo de poucos acidentes, sem registro de obstáculos físicos maiores que impeçam esse processo. O mesmo se pode dizer em ralação à área da margem esquerda da estrada que leva à vila de Pariçó.

A população de Monte Alegre tem evoluído de forma crescente nos últimos anos, mas em índices cada vez menores. As maiores médias de crescimento anual se deram nas décadas de 70 e 80 do século passado (veja tabela abaixo), coincidindo com a implantação de projetos de assentamento de milhares de famílias de agricultores, a maioria deles vinda de outros estados da federação. Esses movimentos migratórios causaram impactos na população local: em vinte anos, esta quase dobrou.

Apesar do forte crescimento da população, a taxa média anual continuou diminuindo até meados dos anos 90, quando chegou a 1%. Mas voltou a subir na segunda metade daquela década – ela chegou a 4,75% -, provavelmente motivada pelo deslocamento de moradores do município vizinho de Prainha. A expansão repentina e sem qualquer planejamento urbano de bairros como Pajuçara, Curaxi e Terra Amarela aconteceu justamente a partir de 1997.

Os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o município não ficou imune ao processo mundial de urbanização da população. Apesar disso, Monte Alegre ainda mantém a grande maioria de sua população no meio rural. Nos anos 70, a população da sede do município era de pouco mais de 20%, o que dava uma proporção de um morador urbano para cada quatro do meio rural. Com o passar

dos anos, parcelas significativas da população rural passaram a se deslocar para a cidade. O Censo de 2000 (IBGE) registrou essa tendência urbanizante: naquele ano, 34% da população municipal já estavam morando na cidade, diminuindo a proporção entre as duas populações. O último censo registrou um morador urbano para cada dois rurais. Até a primeira metade da década de 90, no entanto, essa proporção era ainda menor: em 1996, 38% da população municipal já estavam morando na cidade de Monte Alegre. Mas esse índice logo caiu para 34%, em 2000.

Os números parecem contraditórios, por causa de mudanças expressivas na média anual de crescimento da população, assim como a proporção percentual entre as populações da cidade e do meio rural. Na verdade, os números são explicáveis. A elevação da média de crescimento anual verificada na segunda metade dos anos 90, e constatada pelo Censo 2000, pode ser explicada pelas próprias condições de execução da pesquisa pelo IBGE: naquele ano, as condições de acesso ao meio rural estavam muito melhores em relação àquelas de 1996, permitindo que a contagem fosse feita com mais eficiência. Outro elemento a se considerar é o fato de que, a partir de 1997, houve realmente um fluxo migratório maior do município de Prainha para Monte Alegre, principalmente para a sede do município.

Em segundo lugar, o crescimento percentual maior da população do meio rural em relação à urbana pode ser explicado pelo maior incremento de investimentos em infraestrutura, principalmente energia elétrica, através do Programa Luz no Campo, educação, saúde e manutenção das estradas. Esses investimentos reduziram o fluxo migratório para a cidade.

Os números sobre a demografia municipal indicam que a população local vai continuar crescendo, ainda que não mais repetindo os índices anteriores. Como Monte Alegre não sedia nenhum grande projeto econômico, nem há perspectiva para que isso aconteça nos próximos dez anos, assim como não há mais terras públicas destinadas a novos assentamentos fundiários, é possível projetar um crescimento vegetativo da população municipal. Nos últimos dez anos, a média de crescimento anual da população é projetada em 2,6%. È o que dá para se inferir entre a população medida pelo IBGE em 1996 (49.602 habitantes) e aquela estimada pelo órgão para 2006 (67.467 habitantes). Mantida essa média, e sem a previsão de algum forte impacto migratório para os próximos anos, era possível projetar para 2006 (ano de aprovação da primeira versão do PDM), uma população de 85 mil habitantes em 2016. Mas isso não aconteceu.

Para isso, foi decisiva a contagem em separado que o IBGE fez da população que morava em uma faixa de cerca de dez quilômetros a oeste do rio Maicuru. Oficialmente integrando o território de Monte Alegre, a população daquela região sempre se viu e sempre foi tratada como integrante do município de Alenquer. Na verdade, o IBGE acabou mediando a solução de um conflito que já se arrastava há décadas. No final, aquela população passou a ser considerada, oficialmente, pelo IBGE, como integrante do município vizinho, pondo fim ao contestado. Assim, a população oficial de Monte Alegre teve uma redução de 12 mil habitantes, diferença esta entre a população estimada de 2006 e a aferida em 2010.

Em 2006, no texto do diagnóstico municipal elaborado para o PDM daquele ano, estimava-se que a evolução histórica das populações rural e urbana continuaria se reduzindo. E foi o que aconteceu. Naquele censo, o IBGE confirmou a tendência de urbanização da população: 56% da população já habitava a sede do Município, restando à sua zona rural o 44%.

E, em dez anos, a administração municipal não conseguiu evitar a ocupação desordenada que marcou os períodos anteriores de urbanização da população local. Não houve planejamento algum, as diretrizes e objetivos do PDM foram ignoradas e, mais uma

vez, predominou a ocupação urbana desordenada. Áreas que ainda restavam vazias nos bairros de Terra Amarela, Nova Olinda, Curaxi II, Pajuçara e Planalto foram todas ocupadas, acumulando problemas graves decorrentes da expansão urbana descontrolada.

Todos sofrem com problemas decorrentes da falta de infraestrutura urbana, como erosão, falta de drenagem e pavimentação, deficiência na distribuição de água, falta de coleta de lixo e de segurança pública, entre os mais graves. Nos bairros da Serra Oriental, Serra Ocidental, Turu e Camarazinho, a falta de planejamento e de controle no uso do solo urbano causaram ocupação e desmatamento de áreas protegidas, como as encostas de serra, e ainda a degradação de poços de água natural e a construção de casas em locais impróprios e perigosos. Nos bairros Planalto e Pajuçara, com a predominância da desordem na ocupação, os lotes passaram a ser objeto de apropriação indébita e especulação imobiliária. Vários ocupantes tomaram conta de vários lotes, que passaram a ser comercializados de forma especulativa, sem qualquer intervenção do Poder Público.

Construída sobre relevo acidentado e solo arenoso, a cidade de Monte Alegre sofre com as erosões causadas pelas águas pluviais. A ocupação e uso desordenados do solo urbano só agravam as condições de moradia da população que habita em locais ainda não beneficiados por redes de drenagem e pavimentação asfáltica. Os exemplos mais calamitosos são os bairros Planalto e Pajuçara. Nestes, nos últimos quatro anos, a enxurrada provocada pelas fortes chuvas do inverno causam erosões e destruição de imóveis e prejuízos ás famílias. Nestes, obras de infraestrutura urbana são urgentes.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	TAXAS DE CRESC
1960	--	--	--	--	19.033	--
1970	6.007	21	22.372	79	28.379	33 (3,3)
1980	10.682	28	27.217	72	37.899	25 (2,5)
1991	16.987	36	29.964	64	46.951	19 (1,7)
1996	18.838	38	30.875	62	49.713	5 (1,0)
2000	20.921	34	40.413	66	61.334	19 (4,75)
2006	24.299	36	43.168	64	67.467	8 (2,0)
2010	26.333	44	51.119	56	55.462	--
2017 *	--	--	--	--	56.466	--

Fonte: IBGE - * Estimativa

Nos bairros de Surubeju, Camarazinho, Papagaio e Curitanfã, áreas ambientalmente frágeis e impróprias para a habitação foram também invadidas por famílias de baixa renda, que hoje vivem em condições subumanas. No Pajuçara, a expansão descontrolada tomou conta até mesmo de um lago lá existente, e as águas pluviais que dele escoam já ameaçam o principal manancial de águas da cidade, localizado entre a cidade de Monte Alegre e a vila do Pariçó. Este mesmo manancial também está ameaçado – quiçá já não esteja contaminado – pelos dejetos de um matadouro localizado próximo à comunidade de Jurunduba e distante menos de um quilômetro dos poços de captação de água da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa).

Planalto e Pajuçara são bairros em crescente expansão, e ela segue descontrolada. No Pajuçara, a ocupação é tamanha que os moradores já criaram um bairro novo, por conta própria: Nova União. E clamam pelo reconhecimento oficial deste.

3.3.1.2. Estrutura viária

O sistema viário urbano de Monte Alegre recebeu investimentos consideráveis, no período de 1997 a 2012. Até meados dos anos 90, a maioria das ruas da cidade eram apenas empiçarradas, o que tornava o trânsito difícil, barulhento e poluidor. As ruas mais centrais tinham pavimentação em pedras, mas todas eram seriamente danificadas a cada ano pelas chuvas e erosões. Poucas eram dotadas de rede de drenagem para águas pluviais. A cidade passou a ver asfalto em suas ruas somente a partir de 1997.

A partir de 1997, o poder público passou a investir no melhoramento das vias públicas e, por conseguinte, tornou o sistema viário urbano melhor. As principais vias públicas dos bairros centrais da cidade receberam redes de drenagem e pavimentação asfáltica. Em 2006, a cidade já possuía 31 quilômetros de vias com pavimentadas asfáltica e 35 quilômetros de ruas drenadas. Hoje, são 45 km de vias asfaltadas e 90 km com redes de drenagem.

Mas o que foi visto, no início dos benefícios, como uma melhoria significativa na urbanização da cidade, passou a representar um problema dramático: muitos acidentes fatais foram registrados a partir do asfaltamento das vias públicas, e estes não apenas pela imprudência e irresponsabilidade dos motoristas, mas também pela ausência de sinalização de trânsito, ou simples ausência desta. Somente a partir de 2006 as ruas já pavimentadas receberam a sinalização de trânsito, e os acidentes diminuíram. Nos anos seguintes, progressivamente, implantou-se sinalização vertical e, aos poucos, motoristas e pedestres foram se adaptando às normas do trânsito local.

Com população de quase 30 mil habitantes, a cidade de Monte Alegre não tem transporte público urbano nem órgão próprio de gestão do sistema viário. Em contrapartida, cresce o número de mototaxistas

A cidade de Monte Alegre não possui transporte público coletivo. Nunca teve! Há dez anos, não mais que dois ônibus faziam o transporte escolar gratuito. Hoje, esse número aumentou, especialmente por conta do aumento de alunos de comunidades rurais próximas à cidade que veem à cidade para estudar. Sem ônibus para o transporte escolar, proliferou um número crescente de motocicletas, que passaram a fazer o transporte individual de passageiros, também de forma desordenada. A partir de 2010, a Prefeitura Municipal ainda tentou ordenar e legalizar esse serviço. De início, houve melhoras, duas entidades representativas dos mototaxistas foram criadas, mas o Município não conseguiu regularizar-se junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PA). O Departamento Municipal de Trânsito (Demutran), criado com a finalidade de cuidar da gestão do trânsito local, continua sem poder atuar como órgão de trânsito.

Com a expansão da cidade, as distâncias se ampliaram. O PDM aprovado em 2006 criou a política de acessibilidade em Monte Alegre, definindo-o como “a articulação e integração dos componentes estruturantes da mobilidade − trânsito, transporte, sistema viário, educação de trânsito e integração regional – de forma a assegurar o direito de ir e vir com sustentabilidade e segurança”, e também seu Sistema Municipal de Transporte Público. Mas

nada disso foi executado. A cidade continua sem transporte coletivo, vários ônibus fazem a ligação das centenas de comunidades rurais com a cidade, transportando cargas e passageiros, mas tudo sem qualquer controle do Poder Público. Outros fazem o transporte coletivo às cidades vizinhas de Santarém, Prainha e Alenquer, em iguais condições.

Entre os problemas estruturais do trânsito urbano, a acessibilidade limitada entre a Cidade Baixa e os demais bairros da cidade é um dos mais graves. A Rua Major Barata é quase que exclusivamente o único acesso entre a orla fluvial e todos os demais bairros da cidade. Os dois outros caminhos são os acessos através dos bairros de Curitanfã e Camarazinho, mas, por não disporem de infraestrutura viária adequada, não podem ser citados como alternativas. Assim, é pela Rua Major Barata, espremida entre as serras Ocidental e Oriental, que trafegam todos os veículos que precisam ir à orla fluvial da cidade: ônibus, caminhões de transporte de cargas, veículos de passeio, bicicletas e motocicletas, muitas motocicletas.

O trajeto em declive é o mais difícil, porque de acesso único para quem vai para a Avenida Presidente Vargas. Já o de aclive, para quem deixa a Cidade Baixa, dá-se pela Passagem Hermes da Fonseca, a principal, e pelas Travessas Coronel Joaquim da Costa e Prudente de Moraes e ainda pela Passagem Jaquara. A construção de um imóvel no cruzamento da Avenida Presidente Vargas com a Passagem Hermes da Fonseca tornou o local ainda mais estreito e perigoso. De qualquer forma, estas ruas em aclive entram no estrangulamento da Rua Major Barata. Os pedestres são os mais expostos a acidentes nesses locais. Uma solução precisará ser pensada para melhorar o trânsito nessa área.

A Avenida Presidente Vargas, através do acesso pelos bairros de Camarazinho e Surubeju, poderá ser uma alternativa aos os veículos pesados, principalmente àqueles de transporte de cargas. O acesso através dos bairros de Papagaio e Curintanfã é outra opção a ser pensada, principalmente aos ônibus. Estes dois acessos poderiam ser adequadamente estruturados para serem vias de integração viária entre a orla da cidade e os demais bairros. As serras Oriental e Ocidental impedem qualquer outro acesso.

O Bosque Dionísio Bentes, no coração da cidade, é um péssimo exemplo de desordem no sistema viário municipal e de caos social, misturando feira, terminal rodoviário e prostituição

Outra área de estrangulamento do sistema viário urbano é a do Bosque Dionísio Bentes e adjacências. O Bosque funciona como terminal rodoviário e central de descarga e comercialização de parte da produção agrícola do município. Todas as manhãs, e principalmente nos dias de segundas e sextas-feiras, é intensa a movimentação de ônibus, caminhões de carga e outros veículos, o que provoca congestionamento e transtorno a todos. Pela intensa movimentação de produtos e pelo grande fluxo de pessoas, proliferou e se consolidou nele e na sua área em torno um comércio ativo, forte, mas também descontrolado, que atrai e envolve centenas de pessoas. Nele se vende de tudo, de remédios a carne de

animais, de farinha a roupas. Nos horários de pique, o burburinho predomina. Esta é uma realidade que pouco ou nada se alterou nos últimos dez anos.

O poder público já tem projeto de reforma para o bosque, reordenando o espaço e procurando regularizar suas diversas atividades, mas faltam recursos para a execução das obras. O próprio Poder Público, no entanto, considera que o local já está inadequado para o funcionamento de atividades tão intensas. Com a expansão da cidade e de suas atividades econômicas, o município já precisa de um local mais amplo, melhor estruturado e mais adequado para funcionar como terminal rodoviário, de preferência afastado da região central da cidade e próximo das duas principais rodovias de acesso à sede do município. A mesma justificativa de aplica à necessidade de construção de um terminal de carga e comercialização de produtos agrícolas. Neste ano de 2017, a administração municipal interrompeu as atividades de comércio de pescado e hortifrutigranjeiros que funcionavam naquele local, derrubou o antigo "Casarão" e iniciou a construção de uma nova infraestrutura no local.

Equipamento mais importante do sistema viário fluvial, a Hidroviária Municipal mistura passageiros e cargas, principalmente parte da produção agrícola local

Também por movimentar grande quantidade de produtos agrícolas, e por movimentar cargas e passageiros, a área da orla da cidade próxima à Estação Hidroviária Municipal é outro local de congestionamento e estrangulamento do sistema viário local. A obra de reurbanização do local, que incluiu a construção da nova Estação Hidroviária e a revitalização de sua área em torno, deu-lhe nova dinâmica, aumentou a freqüência do público, reaqueceu as atividades comerciais de pequeno e médio portes e o volume de tráfego de veículos também ficou maior. Especialmente às sextas-feiras, a atracação maior de navios e barcos provoca grande fluxo de pessoas ao local. De um lado, passageiros que chegam e que saem; de outro, toneladas de produtos agrícolas embarcam para os mercados de Belém, Macapá, Santarém e Monte Dourado; as terças e quintas-feiras, igual produção é embarcada para o mercado de Manaus.

Nos períodos de inverno, quando o nível das águas do rio Gurupatuba cresce, o cais de arrimo à jusante e a montante da Estação Hidroviária é transformado em trapiche para dezenas de barcos de pequeno e médio portes. São barcos de pesca, de passageiros e cargas vindos de comunidades ribeirinhas locais e do município de Prainha, que movimentam a área, mas também causam transtornos, inclusive ambientais. Por conta dessa demanda crescente, a Prefeitura Municipal, em 2009, realizou obra de ampliação do píer do trapiche municipal, aumentando a área de acostamento para os barcos e navios. Pela mesma razão, a Prefeitura Municipal mandou construir cais de arrimo, à jusante da Estação Hidroviária, para facilitar o acostamento e atracação de barcos de médio e pequeno portes.

O poder público também não considera concluída a obra de revitalização da orla fluvial da cidade. A área a montante da Estação Hidroviária ainda abriga equipamentos públicos e privados que fecham as "janelas" de acesso ao rio e abriga atividades que funcionam de forma desordenada e perigosa. Com nível altimétrico abaixo daquele registrado em frente à Estação Hidroviária, a área tem sido inundada pelas águas do rio Gurupatuba a

cada inverno, o que exige novas intervenções do Poder Público, principalmente com o objetivo de ordenar e otimizar a ocupação e uso daquela área nobre da cidade.

Como se viu, o sistema viário municipal tem estrutura, ainda que não suficiente nem com funcionamento eficiente, para atender demandas dos transportes rodoviário e fluvial. O transporte rodoviário é feito por empresas locais, que oferecem linhas municipais, principalmente às regiões rurais, e também intermunicipais com os vizinhos Santarém, Prainha e Alenquer. Mas o serviço é precário, especialmente aquele que atende parte da população rural do município. Muitas comunidades rurais não são atendidas pelo serviço, pois as empresas somente se interessam por aquelas que dão retorno financeiro.

O transporte fluvial é igualmente municipal e intermunicipal, além de interestadual. Os primeiros ligam a sede do município a todas as principais comunidades ribeirinhas. O serviço se divide entre o comunitário e o prestado por terceiros. O intermunicipal faz linhas entre as cidades de Santarém, Almeirim, Monte Dourado e Prainha, todas através de empresas locais ou regionais. Já as linhas estaduais fazem conexão de Monte Alegre com as cidades de Belém, Manaus e Macapá. Para as linhas intermunicipais e interestaduais, a Estação Hidroviária é a base de operações de embarque e desembarque de cargas e passageiros. Apesar da fiscalização precária, o serviço é considerado bom.

Monte Alegre possui um aeródromo municipal, construído, em 2009, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Transporte (Setran), com pista de 1.425 metros. Instalado no meio da cidade, entre os bairros Cidade Alta, Pajuçara e Planalto, foi usado regularmente por uma única empresa de transporte aéreo e por um período muito curto. Ocioso quase que integralmente, ele é usado apenas esporadicamente por aeronaves de pequeno porte, quase exclusivamente para o resgate de pacientes para atendimento de urgência/emergência na cidade de Santarém e para o transporte de malotes do Banco do Brasil.

Há dez anos, quando das discussões para a elaboração do Plano Diretor Municipal, surgiram as primeiras propostas para a desativação do aeródromo, dando à área destinação pública, mas a proposta não foi em frente. No ano passado, durante a etapa de reuniões comunitárias do processo de revisão do PDM, a proposta voltou a ser apresentada. A proposta é que ele seja desativado, que um novo seja construído em área além do perímetro urbano, e que sua área seja destinada a equipamentos públicos de interesse do Poder Público e da população, como um centro administrativo municipal, ginásio de poliesportivo coberto, casa de cultura, entre outros.

3.3.1.3. Espaços Públicos e Privados de Uso Público

Entendidos como o conjunto de bens públicos administrados pelo Poder Público, como vias públicas e praças, parques, ruas e estradas, rios, lagos e igarapés, os espaços públicos em Monte Alegre são abundantes. Mesmo para uma cidade que surgiu e cresceu sem qualquer planejamento urbano, a sede do Município apresenta um conjunto de espaços públicos urbanos que servem à população. Por exemplo, são nove praças públicas, em quantidade inferior ao numero de bairros, dezenas de escolas municipais e estaduais e unidades de saúde, entre tantos prédios públicos, e quase 400 quilômetros de rodovias e estradas vicinais. Há os mercados públicos, as feiras de comercialização de produtos agrícolas, como a Feira do Produtor Rural, na orla fluvial da cidade, o Mercado Municipal, a Feira do Peixe e o Bosque Dionísio Bentes, na Cidade Alta. Espaço público também é o superlotado Cemitério Municipal de Santa Luzia, na Cidade Alta.

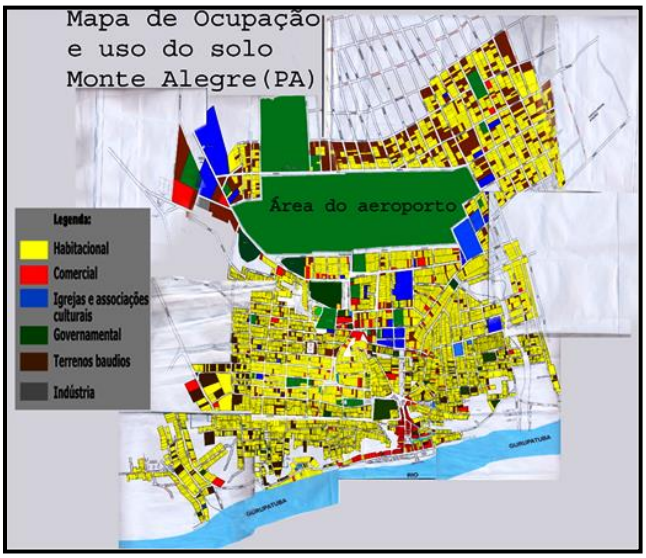
Os espaços privados pertencem às pessoas físicas, aos cidadãos, ou a pessoas jurídicas, como as empresas. São quatro supermercados e dezenas de pequenos comércios de produtos gerais, como farmácias, lojas de eletrodomésticos, tecidos e confecções, açougues, telefonia móvel e serviços de Internet, nos principais centros comerciais e nos bairros periféricos. São quatro unidades bancárias, duas loterias, empresas de ônibus de transporte intra e intermunicipal, lojas de manutenção de motocicletas, seis postos de venda de combustíveis, dois cartórios, clubes esportivos, boates e bares e restaurantes, além de hotéis.

3.3.1.4. Cheios e Vazios Urbanos

Os bairros mais centrais, como Cidade Alta, Centro, Serra Ocidental, Serra Oriental e Cidade Baixa, representam as áreas mais densamente ocupadas na cidade de Monte Alegre. Também neles estão localizados os dois principais centros comerciais, escolas públicas, agências bancárias, o cemitério municipal, as maiores praças públicas, os centros lotéricos, etc.

Os principais vazios urbanos estão localizados nos bairros Planalto, Pajuçara, Terra Amarela, Curaxi I e Curaxi II, que se formaram a partir de ocupações desordenadas. São os locais mais carentes em infraestrutura urbana e serviços públicos à população, principalmente água potável, drenagem e pavimentação asfáltica, coleta de lixo e iluminação pública. Nestes, muitos são os terrenos ociosos, sem qualquer benefício ou ocupação.

3.3.1.5. Usos e Ocupação do Solo Urbano



Mapa de uso e ocupação do solo urbano de Monte Alegre destaca, em vermelho, os dois principais centros comerciais (Cidade Baixa e Bosque Dionísio Bentes). Os terrenos vazios são mais frequentes nas áreas de expansão da cidade

O Mapa de Ocupação demonstra, apesar de ainda incompleto, demonstra bem como de seu o processo de ocupação e uso do solo urbano de Monte Alegre. Os bairros Cidade Baixa, Centro e Cidade Alta são os mais antigos, com imóveis que fazem parte do processo histórico da cidade, mas não preservados, infelizmente. Na Cidade Baixa, predominam os imóveis para uso comercial, com tamanhos irregulares. No Centro, também entre os mais antigos, predominam os lotes de uso familiar, habitações, também muito irregulares no tamanho, fugindo do padrão 10mx30m.

O mesmo se observa na Cidade Alta, um bairro marcadamente residencial, apesar da existência do maior centro comercial da cidade (Bosque Dionísio Bentes), Cemitério Municipal e de grande quantidade de empresas formais e informais de prestação de serviços gerais. Nos demais bairros da cidade, todos marcados por ocupações desordenadas e com pouca intervenção do Poder Público, predomina o uso do solo para fins residenciais.

3.3.1.6. Tipologia Arquitetônica

Em 2010, o IBGE identificou quase 14 mil domicílios, 6,2 mil deles na sede do Município. As demais 7,4 mil unidades estavam localizadas na zona rural de Monte Alegre.

Estes domicílios eram, há sete anos, predominantemente revestidos com madeira aparelhada (7,6 mil), a maioria destes na zona rural. Outros 3,9 mil domicílios foram construídos cem alvenaria com revestimentos, além de outros 1,3 mil em alvenaria sem revestimentos. O restante era construído em madeira aproveitada e palha.

Na cidade, os mais de seis domicílios identificados não apresentavam uma padronização por bairro ou quadras (quarteirões) que vá além do tamanho dos lotes: 10mx30m. Na verdade, a tipologia arquitetônica não segue padrão qualquer definido em planejamento.

Como já referido antes, o município de Monte Alegre estabeleceu em sua Lei Orgânica (Art. 152 e seguintes) a Política de Desenvolvimento Urbana a ser formulada no âmbito de um processo de planejamento municipal, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e, consequentemente, o bem estar de seus habitantes. Com a criação de seu Plano Diretor Municipal (2006), Monte Alegre passou a dispor de um instrumento básico de política urbana. Mas este, infelizmente, ficou engavetado, sem a execução de quaisquer de seus objetivos, diretrizes ou ações estratégicas.

A legislação anterior definiu o perímetro urbano do município e a consequente zona de expansão (lei nº 1.574/73), dispôs sobre o zoneamento da área urbana (lei Municipal nº 1.576/73) e instituiu o Código de Edificação (lei nº 1.577/1973). A Lei Municipal nº 1.575/1973 dispôs sobre os loteamentos urbanos, instituiu a área urbana, as áreas de expansão urbana e a área rural. Já a lei nº 1.639/1976 disciplinou a utilização das terras do patrimônio municipal e a cobrança da renda imobiliária patrimonial. O Código de Postura do Município, de 1990 (lei 3.573), trata dos dispositivos e medidas de polícia administrativa, em matéria de higiene pública, do bem-estar social, da localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, relacionando juridicamente o Poder Público ao munícipe. Como referido anteriormente, toda essa legislação não foi atualizada, passados dez anos do primeiro Plano Diretor Municipal. Mesmo essa legislação arcaica não é respeitada.

No bairro Cidade Baixa, onde se localizam muitos imóveis com arquitetura antiga, alguns prédios históricos, o que poderia ser visto como uma identidade arquitetônico foi todo desfigurado com intervenções de comerciantes nos imóveis, e não apenas em suas fachadas, que descaracterizaram os imóveis antigos. Alguns simplesmente foram largados à ação do tempo.

Nos demais bairros, não há qualquer tipologia arquitetônica que os caracterize. Nestes, seus ocupantes preservaram apenas o alinhamento daquilo que seriam depois vias públicas e o padrão dos lotes.

3.3.2. Habitação

O Censo Populacional de 2010 informou que o município de Monte Alegre tinha, naquele ano, 55.462 mil habitantes. Para este ano de 2017, a estimativa é de 56.466.

O Município não possui uma política voltada à promoção da moradia popular, apesar de ter feito adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2007, e criado o fundo correspondente (FNHIS), em 2010. Apesar destes dois passos importantes, ainda faltam a criação do Conselho (CMHIS) e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS).

Por não possuir uma política municipal específica, ao mesmo tempo em que evitando pressão social por demandas, o Município se omitindo nos momentos de ocupações desordenadas de terras públicas. Estas aconteceram sem qualquer controle do Poder Público, especialmente em áreas dos bairros Pajuçara, Planalto e Curaxi II. No Planalto, o Município apenas fez o alinhamento e arruamento na área. Sem qualquer controle na ocupação da área, a maioria dos lotes foi ocupada para especulação imobiliária. Nestas ocupações, anos se passaram para que o Poder Público promovesse a implantação de serviços públicos, como água e energia elétrica – esta, aliás, continua hoje incompleta.

Informações da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab), referentes ao ano de 2010, dão conta de um déficit de pouco menos de 2 mil moradias, um dos menores em relação aos maiores municípios da sub-região da Calha Norte e o menor índice percentual quando comparado à sua população, a segunda maior na mesma sub-região.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB	
ESPECIFICAÇÕES	
1. POPULAÇÃO	55.462
2. IDHM	0,589
3. IPS MORADIA	66,56
4. INADEQUAÇÃO	
4.1. Adensamento próprio	1.623
4.2. Carência de infraestrutura	12.648
4.3. Inadequação fundiária	8
4.4. Carência de banheiro	8.263
5. DÉFICIT HABITACIONAL	1.935
5.1. Domicílios precários	829
5.2. Coabitação	940
5.3. Excedente de aluguel	118
5.4. Adensamento aluguel	78
6. SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (SNHIS)	
6.1. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Concluído
6.2. Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social	Pendente
6.3. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	Pendente

Fonte: Cohab/PA

Em contrapartida, é na infraestrutura urbana que o município apresenta o mais grave quadro. De acordo com os mesmos dados apresentados pela Cohab, quase treze mil habitações se encontram instadas em áreas com enorme carência de infraestrutura. As causas desse quadro já foram citadas acima: ocupação desordenada, omissão do Poder Público, demora na instalação de equipamentos e construção de obras públicas, principalmente nos bairros Planalto, Pajuçara e Curaxi II. Nestes, quase sete anos após os dados compilados pela Cohab, estes bairros seguem sem a infraestrutura urbana adequada.

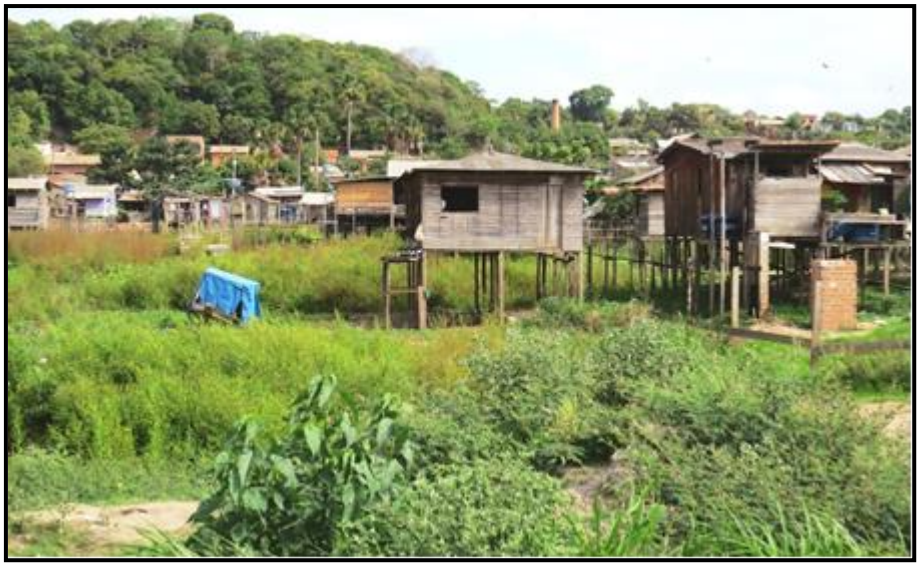
Com o Município em estado de inadimplência com a União, a Caixa Econômica Federal, atendendo apelos de agentes políticos locais e estaduais, liberou recursos para a construção de 170 moradias populares no bairro Planalto, através do programa “Minha Casa Minha Vida”, em 2013. Ao Município coube apenas a seleção das famílias beneficiadas.

O padrão dos lotes urbanos é de 10mx30m, e ele é verificado nos bairros em expansão, o que permite às famílias mais pobres construir suas casas em um ambiente aberto, destinando as sobras de área para outras finalidades, como o plantio de árvores frutíferas e hortaliças. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja famílias vivendo em condições subumanas.

Nessas áreas, a maior demanda têm sido as obras de drenagem e pavimentação. A cidade está construída sobre um terreno acidentado, de solo arenoso. A erosão, por essa

razão, nos períodos de inverno, torna-se uma ameaça real a dezenas de famílias, principalmente àquelas que vivem em áreas próximas a voçorocas ou naquelas que não têm obras de contenção à erosão. A Defesa Civil é muito acionada nessas ocasiões.

O que mais degrada a qualidade de vida dessas famílias, na avaliação delas próprias e também do poder público, é a precariedade do serviço de água. Principalmente nos bairros do Pajuçara, Curaxi I e Curaxi II, Curintanfã e Papagaio, a água chega às residências durante poucas horas e em dias não contínuos. A empresa concessionária do serviço, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), não consegue produzir nem 1/3 da demanda da cidade. A partir de 2001, a Prefeitura Municipal resolveu entrar no serviço e hoje já fornece quase a metade da necessidade diária. Ainda assim, a produção conjunta não consegue satisfazer às necessidades de água da população. Nos bairros em expansão, essa necessidade é ainda maior, tornando-se o componente essencial que mais compromete a qualidade de vida das famílias.



Em bairros periféricos, como Papagaio e Curintanfã, onde predominam as áreas inundáveis, são péssimas as condições de moradia para a maioria dos moradores, inclusive pelo risco de erosão e falta de obras de infraestrutura

A moradia é ainda mais imprópria em duas áreas: nas encostas de serra e na orla fluvial. São áreas de risco onde dezenas de famílias construíram casas ao longo dos últimos anos, sem que o poder público tomasse alguma iniciativa para impedi-las. Nas encostas de serra, a ocupação irregular causou desmatamento e degradação ambiental, principalmente pelo acúmulo de lixo doméstico e entulhos de construção, além de comprometer as fontes naturais de água existentes ao longo das duas principais serras da cidade, a Oriental e a Ocidental. O desmatamento é o principal causador da formação de erosões e queda de barreiras ao longo das áreas.

Na orla da cidade, o quadro já era preocupante no bairro do Camarazinho, onde dezenas de moradores – a maioria de pescadores – construíram casas ao longo do rio, em área inundável a cada inverno. A cada ano, quase todas as casas ficam inundadas com a subida das águas do paraná Gurupatuba. Desde 2004, o quadro se agravou ainda mais com a invasão de uma área inundável à jusante da Estação Hidroviária Municipal, entre os bairros do Papagaio e do Curintanfã. As condições de moradia são degradantes às famílias que realmente habitam. Sem água potável e com energia elétrica adquirida de forma irregular, as condições são deploráveis. O remanejamento das famílias dessas áreas de risco se torna uma ação imperiosa do Poder Público.

Nas áreas de expansão urbana (Planalto, Pajuçara e Curaxi II), todas através de ocupação desordenada, as condições de moradia são precárias, especialmente pela precariedade no fornecimento de água, falta de drenagem de águas pluviais, o que causa erosão, precariedade no fornecimento de energia elétrica. A inexistência de iluminação

pública é um elemento que muito contribui para a insegurança pública e proliferação da criminalidade.

Monte Alegre precisa com urgência de uma política de moradia popular. Essa ação se justifica pelo simples fato de existirem na cidade, principalmente nas áreas em expansão, centenas de famílias que precisam melhorar suas condições de moradia, e a casa é o quesito principal dessa necessidade.

3.3.3. Patrimônio Histórico-Cultural

Monte Alegre tem destaque histórico e cultural por dois aspectos importantes: é considerado o berço das civilizações amazônicas pré-cabralinas e por ser um dos povoamentos humanos mais antigos da região amazônica, antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses.

Criado em 2001, o Parque Estadual Monte Alegre guarda algumas das marcas mais antigas da presença do Sapiens na região amazônica, como importantes pinturas rupestres, objeto de pesquisas científicas. Falta política para desenvolver o turismo

Estudos realizados pela antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, confirmaram a região de Monte Alegre como palco de civilizações que lá habitaram há mais de 11 mil anos. Os abundantes sítios arqueológicos estudados por apresentam as provas da existência dessas civilizações. Anna Roosevelt os chamou de “paleoíndios” americanos. Ainda hoje, pinturas rupestres se espalham por diversas áreas do hoje Parque Estadual Monte Alegre (Pema), ciado em 2001. Mas foram nas cavernas nele existentes que a antropóloga norte-americana encontrou as provas mais antigas daqueles povos, como fragmentos fossilizados de utensílios por eles usados.

Os achados, estudos e conclusões de Anna Roosevelt obrigaram a comunidade científica a reescrever a história de ocupação do continente americano. Os paleoíndios de Monte Alegre, pelas mediações de idade com o uso de Carbono 14, seriam contemporâneos da civilização norte-americana conhecida como “Cultura Clóvis”, localizada no estado do Novo México, há cerca de 13 mil anos. Infelizmente, todos os principais achados e objetos de estudo da antropóloga norte-americana foram levados e nunca mais devolvidos ao seu local de origem.

Um dos projetos almejados pelo Poder Público de Monte Alegre é a construção de um museu de história municipal, onde os elementos principais dessa história pré-cabralina poderiam ser mais bem protegidos e expostos à visitação pública. Mas não apenas isso.

A primeira visita dos colonizadores portugueses se deu em 1639, com a presença do comandante Pedro Teixeira, quando aportaram no local onde hoje se encontra a cidade de Monte Alegre, então habitada pelo povo Gurupatuba. A partir de então, uma missão religiosa

foi iniciada no local, com a criação de um núcleo populacional primário do que seria a sede do Município.

Monte Alegre também foi palco de intensas lutas do período cabano, inicialmente como foco de resistência à Revolução Cabana. O poderio cabano levou à submissão da cidade e da sua população, em fevereiro de 1836. O primeiro presidente cabano, Félix Antônio Clemente Malcher, era filho de Monte Alegre.

Outro período de grande importância para história de Monte Alegre corresponde ao ciclo da balata no município, durante a primeira metade do século passado, até os anos 1960. Foi um período de forte desenvolvimento econômico do Município. A produção de balata estimulou a criatividade do artesanato local, especialmente a partir do declínio da importância da balata como produto de exportação. Voltada às demandas nacional e local, os criativos artesãos montealegrenses passaram a replicar os animais da fauna regional com o uso do produto. Ainda hoje, com produção mais reduzida, os pequenos animais de balata ainda atraem a atenção de turistas.

3.3.4. Distritos e Povoados

Por ter seu território objeto de intensa política de reforma agrária, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – o mais antigo remontando à primeira metade do século passado –, a maioria da população municipal ainda habita sua zona rural (56%), espalhada em 25 projetos de assentamentos. Segundo cadastro da Prefeitura Municipal, seriam mais de duzentas as comunidades rurais.

Entre estas, destacam-se aquelas que foram transformadas em distritos administrativos, como a vila da Colônia Agrícola Nacional do Pará (Canp), Limão, São Diogo, Mulata e Pariçó. No distrito da rodovia PA-254, têm maior relevância as comunidades do Km 11 e do Km 35. No quadro abaixo, os distritos administrativos e suas principais comunidades.

DISTRITOS ADMINISTRATIVOS	COMUNIDADES
Canp	Canp, São Felipe, Balança, Cauçu A, Ferrugem
Limão	Limão, Perímetro, Novo Brasil, Água Branca do Paulino
Rodovia PA-254	Km 11, Km 28, Km 25, Três Marias (Maicuru)
São Diogo	São Diogo, Cuçaru, Nazaré, Umarizal
Mulata	Mulata, Ipepaqui, Açaizal
Lago Grande	Jacarecapá, Passagem, Jaquara, Piracaba, Aldeia
Maripá	Murumuru, Centro Grande, Bacabalzinho, Vai Quem Quer
Pariçó	Pariçó, Jurunduba, Juçarateua, Piafu

3.4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

3.4.1. Transporte e Mobilidade Urbana

Há onze anos, no seu primeiro Plano Diretor Municipal, o Município estabeleceu sua política de acessibilidade, mobilidade e de transporte público, definida como “a articulação e integração dos componentes estruturantes da mobilidade, de forma a assegurar o direito de ir e vir dos seus cidadãos, com sustentabilidade e segurança”. Mas, infelizmente, nenhum dos seus instrumentos deixou as letras da lei.

O Sistema de Transporte Público Municipal, formado pelo transporte coletivo urbano, pelo transporte coletivo hidroviário intra e intermunicipal, pelo transporte individual em automóveis, pelo transporte coletivo interdistrital e pelo serviço de transporte escolar, não deu

um passo novo à sua materialização. Concebida como o órgão executor e gestor da política para o setor, a secretaria municipal de transporte também não ganhou vida. Exatamente o que não estava previsto, o serviço de transporte público individual, foi a única mudança efetivamente notado no ambiente urbano de Monte Alegre. Hoje, centenas de motocicletas fazem o serviço de mototaxismo na cidade. Como o município não tem gestão própria no setor, a desordem predomina no trânsito municipal, tanto no urbano quanto no rural.

Apesar de notadamente necessário, o Município não efetivou o sistema de transporte coletivo. Os únicos ônibus que transitam pela cidade e no meio rural de Monte Alegre são aquelas que fazem o transporte escolar e o transporte de passageiros e carga entre a cidade e as comunidades rurais – este, sem qualquer fiscalização e controle do Poder Público.

O asfaltamento e sinalização da rodovia PA-255, em 2016, que liga a cidade de Monte Alegre ao porto de Santana do Tapará, em Santarém, representa a maior conquista local em transporte rodoviário. É por ela que escoa grande parte da produção agropecuária de Monte Alegre e Alenquer aos mercados regionais, principalmente com Santarém. O mesmo não se vê com as demais rodovias estaduais que cruzam o território pinta-cuia: todas passam sem manutenção praticamente todos os 365 dias do ano, no inverno e no verão, o que representa perda de parte da produção e enormes dificuldades à parte que os agricultores e criadores locais conseguem salvar. O mesmo grau de dificuldades e prejuízos aos agricultores se vê na malha rodoviária municipal. Nesta, são quase 400 quilômetros de vicinais igualmente abandonados durante a maior parte do ano.

3.4.2. Comunicações

Monte Alegre vive o impacto positivo das mudanças advindas com a Internet. Aqui, como no resto do mundo, o conceito de “aldeia global”, criado por Marshall McLuhan, na década de 60, ganha corpo à medida que o serviço de Internet se amplia e a qualidade se expande. Todas as principais operadoras de telefonia celular estão instaladas no município e, com elas, os serviços de Internet. Empresas locais favorecem a expansão desses serviços, que já estão presentes em todos os principais núcleos urbanos na zona rural do Município, ainda que o sinal careça de melhorias. Hoje, além das redes sociais mais comuns (Facebook, Twitter, Whatsapp), prolifera uma quantidade considerável de sites e blog locais ou regionais que promovem a circulação de informações diversas sobre Monte Alegre.

Três emissoras de rádio têm sede do Município, todas de frequência modulada (FM), sendo uma comercial (Mirante) e duas comunitárias (Gurupatuba e Maxirazinho). Mas não apenas estas têm ouvintes no Município: todas as principais emissoras comerciais de Santarém potencializaram seus sinais, e estes alcançam Monte Alegre com excelente sinal.

O serviço de televisão analógica ainda carece de muita melhoria. Entre as redes nacionais, apenas a Bandeirantes e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) têm retransmissoras locais, ambas com sinal analógico e de péssima qualidade. O sinal da Rede Globo chega ao Município através TV Tapajós, em Santarém. Também com sinal analógico, a programação da TV Cultura chega a Monte Alegre através de antena de retransmissão local.

As transmissões de TV inda são analógicas e apenas uma gera imagens locais. Já a telefonia móvel e Internet avançam ao interior

Não há, hoje, nenhum jornal editado e impresso em Monte Alegre, mas aqui chegam edições que são produzidas na cidade de Santarém, com destaque para o Jornal de Santarém, que tem circulação semanal. Os demais semanários de Santarém chegam apenas esporadicamente.

Apesar das limitações ainda existentes nas comunicações através das emissoras de TV e rádio, é inegável que a comunicação deu saltos consideráveis, democratizando as informações e ampliando o acesso às notícias geradas local, regional e nacionalmente.

3.4.3. Energia Elétrica e Iluminação Pública

A maior expectativa para a solução dos problemas limitadores da geração e distribuição de energia elétrica à população de Monte Alegre continua sendo uma decepção. A energia elétrica constante e segura da Hidrelétrica de Tucuruí, prometida há décadas, continua uma promessa à população local. A linha de transmissão já está concluída, passa sobre o território montealegrense, nas imediações da rodovia estadual PA-254, mas ainda não chega a nenhuma residência, comércio ou pequena indústria de Monte Alegre. Sem o rebaixamento da tensão elétrica de 500 Kv (Quilovolt) do linhão, a energia não poderá ser consumida localmente. Parte do projeto já está executada com o rebaixamento na cidade de Oriximiná, mas falta essa energia chegar à rede de distribuição. A última previsão de conclusão da obra foi agosto de 2017. Nada disso aconteceu. Os problemas na geração e distribuição de energia elétrica em Monte Alegre é uma história antiga.

Somente a partir de 1997, o fornecimento de energia elétrica aos consumidores passou a ser 24 horas. Antes, o sistema era precário, gerado por motores a diesel, como ainda hoje, e a distribuição era realizada através de uma rede de baixa tensão (220/127V) ligada diretamente à usina, sem subestação elevadora. De 1968 a 1972, o fornecimento disponibilizado à população era de seis horas diárias. A partir daquele ano, foi estendido para 18 horas e, no final de 1997, passou a atender a sede municipal de forma constante.

A transposição do linhão de UH Tucuruí para a margem esquerda do Amazonas já é uma realidade. O linhão passa sobre as casas das pessoas, mas ainda não as beneficia

Desde 1998, a geração de energia é de responsabilidade da empresa Guascor do Brasil. A usina da empresa está instalada na saída da cidade, no km 3 da PA-255. Atualmente, a geração é feita por um conjunto de nove grupos geradores. Em abril de 2006, a usina gerou 1,68 megawatts de energia. Hoje, a usina tem 12 megawatts de potência instalada, suficiente para atender a demanda local, mas distribui apenas 8,4 megawatts. Ainda assim, sem uma explicação plausível, ainda são constantes as quedas, parciais ou totais, no fornecimento de energia elétrica à população.

O aumento na capacidade de geração e de consumo se explica pela ampliação na rede de distribuição de energia à população rural de Monte Alegre, especialmente com a criação do programa Luz Para Todos, a partir de 2003. Hoje, o fornecimento d energia elétrica 24h já chega às principais comunidades de todas as regiões rurais de Monte Alegre.

Se é possível afirmar que a geração e a distribuição de energia elétrica melhoraram significativamente, o mesmo não se pode dizer quanto à iluminação pública. Esse, na verdade, é um problema persistente, alternando quadros de piora e de melhora. Este está entre os problemas que causam mais reclamações à população.

O Plano Diretor Municipal prevê a criação de um programa de iluminação pública, "garantindo a iluminação das vias, logradouros e equipamentos públicos", assim como a publicidade dos seus resultados, inclusive os valores da arrecadação. Mas, infelizmente, estes dados não estão disponibilizados à população.

Em 2010, eram 3.479 pontos de iluminação pública na cidade e na zona rural. Atualmente, são 5.889 pontos de iluminação pública no município, ao longo de aproximadamente 90 km de extensão, serviço esse que é mantido pelos consumidores de energia elétrica locais. São 19,2 mil as unidades consumidoras de energia elétrica no município, sendo 11 mil unidades urbanas. Mas nem todos pagam as taxas da Contribuição de Iluminação Pública (CIP): somente aqueles que têm consumo superior a 79 kw/h.

3.4.4. Saneamento Ambiental

3.4.4.1. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Até o ano de 1975, o sistema de abastecimento de água da cidade de Monte Alegre foi administrado pela FSESP – Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública, através do SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos, autarquia municipal criada pela Lei nº. 876/61, através de convênio entre a Prefeitura Municipal e a FSESP. Desde aquele ano, o serviço está sob a responsabilidade da COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará, que passou a ter a concessão do serviço.

A Cosanpa ampliou a rede de distribuição de água, mas o novo sistema ainda não funciona a contento. O Município complementa a distribuição com microssistemas em vários bairros da cidade

Desde então, a Cosanpa mantém um serviço muito precário e deficiente à população da sede do Município. Ao longo desse tempo, o serviço se manteve precário por falta de investimentos, até que, em 2009, a empresa iniciou obras para a expansão do sistema de captação e da rede de distribuição, com recursos vindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), no total de R$ 7,8 milhões. Mas, ao invés de representar uma solução para o grave problema de quase desabastecimento na cidade, as obras se arrastam por todos esses anos. Para a implantação da nova rede de distribuição de água, a empresa contratada rasgou vários quilômetros de ruas asfaltadas, sem que, até hoje, tenha retificado os estragos nem pago pelos prejuízos ao Município.

Em 2010, o Censo do IBGE informou que havia 1.384 domicílios com fornecimento regular de água pela Cosanpa, além de 2.720 outros que não estavam ligados a nenhuma rede de distribuição constante de água. Neste ano, a Cosanpa reconheceu que ainda não conseguiu resolver o problema. Segundo ela, 2.590 imóveis estão ligados a sua rede de distribuição. Ela calcula que a demanda reprimida seja de 3.692 imóveis.

A empresa informa que, hoje, seu sistema de captação de água, localizado na área de captação, na região conhecida por São Tomé, na estrada que liga a cidade à vila de

Pariçó, é formado por 40 poços. Destes, apenas 20 estão em atividade. Dos 20 restantes, dez estão em manutenção e os demais, parados. A capacidade de armazenamento de água, segundo ela, chega a 2,6 milhões de litros de água.

Em 2001, diante do agravamento da crise de abastecimento de água na cidade, a Prefeitura de Monte Alegre (PMMA) resolveu implantar microssistemas de captação e distribuição de água à população, contando, principalmente, com o repasse de recursos do Orçamento da União. O primeiro foi implantado no bairro de Pajuçara. Este é um poço do tipo artesiano, com 250m de profundidade e vazão média de 60m³/hora. A produção, no entanto, é insuficiente à demanda. Outros dois poços de características semelhantes foram perfurados, nos bairros do Surubeju e Terra Amarela.

Os bairros da Serra Oriental e Serra Ocidental são abastecidos por dois poços de profundidade e vazão menores. Os cinco microssistemas da PMMA abastecem parcial ou totalmente os bairros da Terra Amarela, Nova Olinda, Turu, Serra Ocidental, Serra Oriental, Planalto e Pajuçara. Segundo a secretaria Municipal de Obras (Semob), as redes de abastecimento desses microssistemas se estendem por 74 vias públicas desses bairros, beneficiando 2.661 imóveis. A água distribuída não recebe nenhum tratamento químico. O problema de desabastecimento existe, mas não por falta de água.

A PMMA construiu e mantém cinco microssistemas de água, que abastecem seis bairros da cidade, cobrindo parcialmente a insuficiência da captação e distribuição da concessionária Cosanpa

Segundo a CPRM, a cidade de Monte Alegre está assentada sobre uma unidade aquífera da formação Alter-do-Chão, cujo comportamento hidrogeológico apresenta bons índices de produtividade. Esse fato permite que seja apresentado projeto de poço profundo semelhante aos que foram perfurados em Santarém, nos anos 90, e pela PMMA, mais recentemente, que apresentam vazão média de 60mil/l/hora e que hoje abastecem três de seus microssistemas.

Considerando-se o consumo médio de 200 litros por habitante/dia e, ainda, a população urbana atual de Monte Alegre, estimada em 25 mil habitantes, pode-se projetar uma necessidade de produção diária de 5.000m³ de água. Considerando-se, também, que o escritório local da Cosanpa não informou a produção diária de água de seu sistema de captação, pode-se, com segurança, projetar um quadro de produção com base na atual capacidade dos microssistemas da PMMA. Estes, hoje, têm capacidade máxima de produzir até 4.320m³, no caso de funcionamento ininterrupto. Mas essa capacidade máxima atende à necessidade plena atual, e ainda há que se considerar o crescimento da população nos próximos anos – estimada em quase 90 mil no ano de 2016. A necessidade de interrupção no fornecimento para manutenção preventiva, ou mesmo os casos de acidentes, obriga o Poder Público a prever a necessidade de uma produção diária superior à atual.

Dessa forma, e considerando-se o modelo e a capacidade dos microssistemas já implantados pela PMMA na cidade, pode-se dizer com segurança que são necessários, de imediato, a construção de duas novas unidades semelhantes nos dois próximos anos. Com isso, a capacidade total de produção de água dos cinco microssistemas da PMMA seria de 6.000m³, superando a atual demanda em 1.000m³. A Cosanpa mantém a promessa de

concluir as obras de expansão dos seus sistemas de captação e de distribuição de água. Enquanto isso não acontece, e o município sem margem de investimento, parece não haver, a curto prazo, solução a vista.

Há que se considerar, também, a necessidade de análise periódica da água dos microssistemas. Ainda que a margem de segurança da qualidade dessa água seja grande, é mister que ações preventivas sejam tomadas, para se evitar, por exemplo, o risco a que estão expostos os poços de captação da Cosanpa.

Em 1998, quando realizou análise de águas subterrâneas captadas em Monte alegre, a CPRM pode constatar que parte daquela água tinha teores de nitrato bem acima do valor máximo permissível, que é de 10mg/l. Este fato, segundo a empresa estatal, deve estar relacionado à falta de saneamento básico e/ou proximidades de fossas negras, podendo causar na população consumidora, principalmente em crianças, o estado mórbido denominado cianose ou methemoglobinemia (redução na oxigenação do sangue). Esses exames não foram repetidos nos últimos anos.

No meio rural, todas as principais comunidades dos distritos administrativos têm microssistemas de captação de água, mas não de tratamento.

3.4.4.2. Drenagem Pluvial

O saneamento em Monte Alegre ainda é precário, mas triplicou nos últimos onze anos. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Obras e Terras Patrimoniais (Semob), a sede Municipal conta com 90 quilômetros de rede de drenagem pluvial, com captação superficial e galerias subterrâneas. Elas se estendem por 71 vias públicas dos bairros da Cidade Alta, Cidade Baixa, Centro, Serra Oriental, Serra Ocidental, Curaxi, Papagaio, Terra Amarela, Surubeju, Planalto e Pajuçara. Os dados do Censo de 2010 indicaram que 1.453 imóveis eram atendidos por redes de captação de águas pluviais, mas a maioria dos imóveis (2.651) não tinha esse benefício.

Erguida sobre terreno acidentado e solo arenoso, a cidade de Monte Alegre enfrenta graves problemas de erosão. Construção de obras de drenagem e pavimentação não reclamadas pela população

Erguida sobre relevo acidentado e solo arenoso, a cidade de Monte Alegre tem na erosão um de seus maiores problemas. Vias públicas sem captação e drenagem de águas pluviais estão sujeitas à erosão. Essa é a razão de a construção de redes de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica estarem entre as mais frequentes reivindicações da população. Em 2010, o IBGE identificou 1.571 domicílios localizados em vias públicas com pavimentação asfáltica, mas outros 2.533 não dispunham desse benefício.

3.4.4.3. Limpeza Pública e Resíduos Sólidos

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Terras Públicas (Semob), o serviço de limpeza pública municipal cobre 100% da cidade de Monte Alegre, em todos os bairros, fazendo roteiros diferentes a cada dia. São 45 km em vias asfaltadas e 67 km em vias de areia. Dispondo de apenas um caminhão compactador, a Semob reconhece que o serviço é irregular e precário, principalmente no período invernoso.

Mas está otimista com a previsão de chegada de outros dois caminhões, ainda neste mês de outubro.

A PMMA distribuiu coletores plásticos para o recolhimento do lixo, mas em quantidade insuficiente. Com o tempo, os caixotes de madeira voltam às ruas

No período de 2005 a 2008, a Prefeitura adquiriu containers plásticos e distribuiu na maioria das vias públicas, buscando o melhor acondicionamento do lixo doméstico e facilitando a coleta. Mas, aos poucos, eles foram quebrando ou sumindo, o que fez voltar o uso de coletores de madeira, sem cobertura, o que deixava o lixo exposto à ação de cães e cavalos que perambulavam pelas ruas. Hoje, a maioria dos coletores é de madeira. A PMMA afirma que vai adquirir novos coletores plásticos para distribuição na cidade.

Em 2010, o IBGE identificou 3.333 domicílios que eram atendidos com o serviço de limpeza pública, enquanto outros 771 deixavam o lixo doméstico acumular na via pública. O Município não tem meio de pesagem do lixo recolhido, mas tem base para estimar. Em 2006, cerca de 30 toneladas/dia de lixo eram recolhidos na cidade. Hoje, essa coleta é de 14 toneladas ao dia. A Semob não faz coleta seletiva do lixo, nem incentiva a reciclagem. O lixo hospitalar, estimado em 280 kg/dia, é coletado separado junto com o lixo doméstico e o lixo verde e destinado a um lixão próprio. O lixo hospitalar não é incinerado. Hoje, a PMMA continua despejando o lixo urbano em lixões abertos, sem qualquer tratamento. Localizados na região conhecida por Murixituba, um deles, distante 5 km da cidade, recebe rejeitos do matadouro municipal; o outro, distante 3,5 km, recebe o lixo doméstico, lixo verde e o lixo hospitalar.

Outro problema que a Semob reconhece ser grave é a destinação do lixo. Desde sempre, o lixo é despejado em lixão aberto. Até 2002, este funcionava em área ao longo da PA-255, próxima à cidade, mas causava transtorno à aviação civil por causa da presença de urubus próximos à cabeceira da pista de pouso. Por causa desse problema, a Semob passou a usar uma área mais afastada, a 14 km da cidade, próximo à comunidade de Terra Preta, com acesso pela Rodovia PA-423. No local, o lixo era despejado sobre o solo, não recebendo nenhum tratamento. Não se tratava de aterro sanitário, apenas um lixão. Pessoas carentes faziam nele coleta de material reciclável.

Mas a preocupação não é apenas por razões ambientais, mas também sociais. O lixo acumulado produz o chorume, que representa uma ameaça real aos lençóis freáticos da área onde está localizado. A Semob reconhece que precisa criar e desenvolver programas que tornem eficiente a coleta do lixo, inclusive a coleta seletiva e a reciclagem, evitando danos ao meio ambiente e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Em estudo realizado para o Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (Primaz), a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energias, apresentou proposta com o objetivo de dar solução ao problema do lixo da cidade de Monte Alegre. Esta consistia justamente de um sistema de coleta seletiva e de um pequeno complexo de tratamento do lixo (recepção, reciclagem, incineração, compostagem e aterramento). Mas a Prefeitura Municipal nunca deu viabilidade à proposta.

4. ASPECTOS SOCIAIS

4.1. ASPECTOS GERAIS

Há dez anos, quando da elaboração do PDM, Monte Alegre apresentava um quadro social de relativa estabilidade, sem contrastes sociais relevantes e graves, mesmo com o processo de urbanização da sua população e apesar do processo de expansão da área urbana da cidade. A interiorização e melhorias de vários serviços públicos relevantes, como saúde, educação e eletrificação rural não estancaram esse processo.

4.2. DINÂMICA POPULACIONAL

A população de Monte Alegre tem evoluído de forma crescente nos últimos anos, mas em índices cada vez menores. As maiores médias de crescimento anual se deram nas décadas de 70 e 80 do século passado, coincidindo com a implantação de projetos de assentamento de milhares de famílias de agricultores, a maioria deles vinda de outros estados da federação. Esses movimentos migratórios causaram impactos na população local: em vinte anos, esta quase dobrou.

Apesar do forte crescimento da população, a taxa média anual continuou diminuindo até meados dos anos 90, quando chegou a 1%. Mas voltou a subir na segunda metade daquela década – ela chegou a 4,75% -, provavelmente motivada pelo deslocamento de moradores do município vizinho de Prainha. A expansão repentina e sem qualquer planejamento urbano de bairros como Pajuçara, Curaxi e Terra Amarela aconteceu justamente a partir de 1997.

O surgimento e expansão descontrolada dos bairros Planalto, Pajuçara e Terra Amarela, ao longo dos últimos anos, reflete o êxodo de parte da população rural para a cidade

Os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o município não ficou imune ao processo mundial de urbanização da população. Apesar disso, Monte Alegre ainda mantém a grande maioria de sua população no meio rural. Nos anos 70, a população da sede do município era de pouco mais de 20%, o que dava uma proporção de um morador urbano para cada quatro do meio rural. Com o passar dos anos, parcelas significativas da população rural passaram a se deslocar para a cidade. O Censo de 2000 (IBGE) registrou essa tendência urbanizante: naquele ano, 34% da população municipal já estavam morando na cidade, diminuindo a proporção entre as duas populações. O último censo registrou um morador urbano para cada dois rurais. Até a primeira metade da década de 90, no entanto, essa proporção era ainda menor: em 1996, 38% da população municipal já estavam morando na cidade de Monte Alegre. Mas esse índice logo caiu para 34%, em 2000.

Os números parecem contraditórios, por causa de mudanças expressivas na média anual de crescimento da população, assim como a proporção percentual entre as populações da cidade e do meio rural. Na verdade, os números são explicáveis. A elevação da média de crescimento anual verificada na segunda metade dos anos 90, e constatada pelo Censo 2000, pode ser explicada pelas próprias condições de execução da pesquisa pelo IBGE: naquele ano, as condições de acesso ao meio rural estavam muito melhores em relação àquelas de

1996, permitindo que a contagem fosse feita com mais eficiência. Outro elemento a se considerar é o fato de que, a partir de 1997, houve realmente um fluxo migratório maior do município de Prainha para Monte Alegre, principalmente para a sede do município.

Em segundo lugar, o crescimento percentual maior da população do meio rural em relação à urbana pode ser explicado pelo maior incremento de investimentos em infraestrutura, principalmente energia elétrica, através do Programa Luz no Campo, educação, saúde e manutenção das estradas. Esses investimentos reduziram o fluxo migratório para a cidade.

Os números sobre a demografia municipal indicam que a população local vai continuar crescendo, ainda que não mais repetisse os índices anteriores. Como Monte Alegre não sedia nenhum grande projeto econômico, nem há perspectiva para que isso aconteça nos próximos dez anos, assim como não há mais terras públicas destinadas a novos assentamentos fundiários, é possível projetar um crescimento vegetativo da população municipal. Nos últimos dez anos, a média de crescimento anual da população é projetada em 2,6%. È o que dá para se inferir entre a população medida pelo IBGE em 1996 (49.602 habitantes) e aquela estimada pelo órgão para 2006 (67.467 habitantes). Mantida essa média, e sem a previsão de algum forte impacto migratório para os próximos anos, era possível projetar para 2006 (ano de aprovação da primeira versão do PDM), uma população de 85 mil habitantes em 2016. Mas isso não aconteceu.

Para isso, foi decisiva a contagem em separado que o IBGE fez da população que morava em uma faixa de cerca de oito quilômetros a oeste do rio Maicuru, nas imediações da rodovia PA-254. Oficialmente integrando o território de Monte Alegre, a população daquela região sempre se viu e sempre foi tratada como integrante do município de Alenquer. Na verdade, o IBGE acabou mediando a solução de um conflito que já se arrastava há décadas. No final, aquela população passou a ser considerada, oficialmente, pelo IBGE, como integrante do município vizinho, pondo fim ao contestado. Assim, a população oficial de Monte Alegre teve uma redução de 12 mil habitantes, diferença esta entre a população estimada de 2006 e a aferida em 2010.

Em 2006, no texto do diagnóstico municipal elaborado para o PDM daquele ano, estimava-se que a evolução histórica das populações rural e urbana continuaria se reduzindo. E foi o que aconteceu. Naquele censo, o IBGE confirmou a tendência de urbanização da população: 56% da população já habitava a sede do Município, restando à sua zona rural o 44%.

4.3. CULTURA

Monte Alegre nunca teve uma política pública efetivamente ativa na promoção de suas manifestações culturais, ainda que tenha apoiado vários desses eventos. O município é rico em manifestações culturais, algumas delas associadas às atividades econômicas tradicionais ou a eventos históricos.

O “Paytunaré” é um grupo folclórico dos mais conhecidos. Ele começou como escola de samba, rivalizando com a Escola de Samba Boêmios do Morro, depois se assumindo mais como uma organização folclorista. A lenda do Paytunaré, enquanto folclore, chegou às escolas públicas e passou a ser apresentada através de dramatizações. As belas vitórias-régias, planta aquática nativa do rio Amazonas, sempre gozou de destaque na lenda e nas representações do Paytunaré. Hoje, o festival organizado pelo grupo promove a preservação e divulgação da lenda como elemento cultural dos mais importantes de Monte Alegre.

Outros grupos folclóricos também foram destaques na cultura local, como os bois-bumbás o “Boi Caprichoso”, dirigido pelo senhor Ornitorrinco Aragão, boi “Prata Fina”, do

senhor Raimundo Martinez, e o "Boi Brilhante", coordenado pelo folclórico Mailô. Também havia os cordões de pássaros, como o "Beija-Flor", "A Garça", "O Carneiro", "A Curupira", "A Boiuna", "O Macaco", "O Frango d'Água" e "As Rosas", das senhoras Cotinha Zurita e Carmoza. Outro grupo importante era "As Formigas Cabeçudas", criação da senhora Joana Pantoja, que tinha enredo associado a uma espécie de formiga existente na região. Todas essas importantes manifestações folclóricas já estão extintas. Pior: além de desarticuladas, seus idealizadores, criadores e organizadores estão morrendo e, com eles, o conhecimento, a tradição e a memória. Uma pena! Não basta ter uma secretaria municipal ligada à cultura local: é necessário haver política pública voltada à sua promoção, preservação e divulgação.

Também no mês de junho, importantes quadrilhas se organizam para apresentações animadas e exuberantes, a maioria delas ligadas a escolas públicas. As quadrilhas "Fogo no Rabo" e "Baila Brasil" estão entre as mais famosas.

"Carnalegre do Monte", assim como outras manifestações culturais, já teve momentos de maior entusiasmo popular, com apoio da PMMA. Nos últimos anos, desmilinguiu

Dois outros eventos culturais ganham destaque entre as manifestações de Monte Alegre. O Carnaval local, conhecido como "Carnalegre do Monte", ganhou destaque nos anos 1990 e nos anos da década de 2000, mas depois, sem apoio oficial, desmilinguiu. No início dos anos 2000, viveu suas melhores edições, com escolas de samba e grupos carnavalescos e blocos de sujo, organizadas pela Prefeitura Municipal. Com financiamento às escolas e aos grupos participantes, com decoração da avenida-palco dos desfiles, a presença e participação do público foram intensas e muito animadas. Nos últimos anos, toda aquela euforia observada se esvaiu.

Mas nenhum evento cultural é tão popular quanto à programação da festa em homenagem ao padroeiro do município, São Francisco de Assis, realizada entre o final de setembro e o início de outubro. A programação cultural, do tipo profana, com a apresentação de bandas musicais e artistas locais, regionais e nacionais, já foi a atração principal. Nas noites finais da programação, todos os anos, cerca de 40 mil pessoas lotavam a Praça da Matriz, onde é montado o palco principal para as apresentações artísticas e culturais. Caravanas de brincantes vindas de outras cidades ajudam a dar excelente repercussão aos eventos da festa. Mas, nos últimos, a exemplo de outros eventos culturais locais, também a programação cultural da Festa de São Francisco de Assis foi desidratada pela falta de apoio oficial e patrocínio.

4.4. EDUCAÇÃO

O Ensino Fundamental está municipalizado, em Monte Alegre, desde 2000, quando o município passou a receber recursos diretamente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), sempre superiores àqueles então investidos pelo próprio município. Até 2006, o Município ainda não tinha seu Plano Municipal de Educação, mas apenas uma série de programas e projetos, todos de âmbito nacional, desenvolvidos sob

orientação do Ministério da Educação (MEC) e desarticulados de prioridades municipais calcadas em demandas próprias.

O PDM, aprovado naquele ano, já previa a elaboração do Plano Municipal de Educação, mas isso não aconteceu nos anos seguintes. Sem um instrumento básico de planejamento do setor, elaborado a partir de pesquisas e estudos criteriosos da realidade municipal, com participação democrática de todos os segmentos envolvidos com a educação pública, as ações podem estar acontecendo desfocadas dessa realidade e das demandas legítimas apontadas pelas carências da educação municipal. Apesar da entrada em vigor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de Base (Fundeb), a partir de 2007, os problemas relacionados à educação municipal, a maioria relacionados à falta de planejamento, não sofreram quase nenhuma alteração. E essa realidade começou a mudar a partir de 2015, quando a Secretaria Municipal de Educação (Semed) chamou a sociedade para elaborar esse planejamento.

RESULTADOS DO ENSINO INFANTIL, FUNAMENTAL E MÉDIO EM MONTE ALEGRE

	Escolas Municipais						Escolas Estaduais					
	2014	Aprov (%)	2015	Aprov (%)	2016	Aprov (%)	2014	Aprov (%)	2015	Aprov (%)	2016	Aprov (%)
Escolas			129		141		4		4		4	
Alunos							3.153	79	3.303	79	3.491	74
Ed. Infantil	2.804	--	2.907	--	2.933	--						
Ed. Fundamental	13.472	82	12.287	87	12.589	86						
EJA presencial	1.274	40	1.181	40	697	48	31	68	32	69	31	58
TOTAIS	**17.550**		**16.375**		**15.619**							

Fontes: Semed – 6ª URE – IBGE

A partir de 2003, a Semec adotou o sistema de centralização do atendimento das demandas regionais do meio rural do município, criando as escolas-polo, ao mesmo tempo em que desativou pequenas unidades. Foi um esforço para diminuir e acabar, por tabela, as turmas multisseriadas, de funcionamento complexo e resultados ineficientes, apostando na melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Para atender aos alunos que ficaram mais longe das escolas-polo, a Semec passou a fornecer transporte escolar.

Um ano antes (2005), a Semec passou a exigir de seu Departamento Pedagógico iniciativas que visassem melhorar a qualidade da educação municipal. Desde então, o órgão passou a ter uma equipe técnica formada por pedagogos, a quem cabe a responsabilidade de estudar, propor e implementar mudanças que minimizem os problemas e otimizem os resultados. Assim, as atividades inerentes ao processo ensino-aprendizagem passaram a ser desenvolvidas por essa equipe que, consciente do papel social da escola, busca preparar o aluno para o exercício da livre cidadania. Esse trabalho segue até hoje.

Mas os esforços não resultaram em avanços significativos, e os dados do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) demonstram isso. Naquele ano de 2006, o Ideb para a 4ª série/5º ano foi projetado em 2,7, um número muito baixo, mas, ainda, assim conseguiu ser um pouco melhor, 3.0. Ainda que baixo, o Ideb para essa série mostrou crescimento pequeno, mas progressivo. Em 2015, o último ano disponível, alcançou 4.2, a melhor nota até agora. A nota projetada para 2021 é 4.9.

Já as notas alcançadas para a série final do Ensino Fundamental têm sido ainda mais tímidas. Desde 2007 até 2015, as notas patinam em número menor que 4.0. O melhor ano foi 2015 (3.8), para o qual foi projetada a nota 4.6. Como se vê, uma nota muito aquém. Para 2021, a nota projetada é 5.4.

A rede física municipal possui 141 escolas, mas o número de matrículas caiu nos últimos dois anos. O Ideb municipal demonstra que a educação municipal precisa melhorar

Como o primeiro e único Plano Municipal de Educação foi elaborado em 2015, ainda não é possível avaliar os avanços se sua implementação, através de programas e projetos específicos, já tornou possível algum avanço expressivo. O que se sabe, com certeza, é que a população de Monte Alegre está insatisfeita com a qualidade do ensino municipal. Isso ficou bastante claro durante a etapa de consulta comunitária para a revisão do PDM. Foram 14 reuniões do tipo, realizadas em todas as principais comunidades de todos os distritos administrativos do Município. Nestas, as reclamações foram da falta de qualificação dos professores à precariedade da merenda escolar e queixas gerais sobre o transporte de estudantes, principalmente na zona rural. Líderes comunitários e pais de alunos também se queixaram de falta de quadras esportivas, de refeitórios, de água potável, de bibliotecas e de Internet nas escolas.

A Semed, antiga Semec (a pasta da Cultura se separou da educação e se juntou ao Lazer e Esportes, formando uma nova Secretaria), reconhece dificuldades no seu esforço de superar os problemas na área. Nos últimos três anos, caiu o número de matrículas, oscilando da faixa de 17 mil para 13 mil, mas, contraditoriamente, os recursos repassados pela União do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) cresceram. Em 2013, o repasse foi de R$ 36,3 milhões, subindo para R$ 42,7 no ano seguinte e fechou 2016 com o total de 55,3 milhões.

O Município também tem recebido com regularidade os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ainda que com oscilação. Nos últimos três anos, o total desses valores chegou a R$ 4 milhões, dinheiro este voltado às modalidades do programa (Básico, Qualidade, Estrutura e Mais Educação). Ainda faltam medir, nos próximos anos, os resultados dos programas e projetos constantes do Plano Municipal de Educação, em execução a partir do ano passado. Que ele se volte a atender às queixas e demandas apresentadas pela população.

O serviço de transporte escolar, em Monte Alegre, apresenta problemas nos últimos anos. Nas reuniões comunitárias, este serviço foi objeto de muitas queixas dos líderes comunitários e pais de alunos. Em 2017, o problema se agravou ainda mais, pela criação de exigências impróprias, a ponto de prejudicar gravemente o ano letivo dos estudantes de escolas rurais.

O Município possui quatro escolas de Ensino Médio, além de anexos que atendem estudantes de comunidades de todos os distritos administrativos de Monte Alegre. O número de matriculados se mantém estabilizado, na faixa de 3.300 alunos. Mas os estudantes de comunidades rurais estão sendo prejudicados pela precariedade do serviço de transporte escolar.

Com quatro escolas e uma rede de anexos no interior do município, o Ensino Médio mantém média superior a 3 mil alunos. É precário o serviço de transporte escolar para estes alunos, assim como aos do Ensino Fundamental na zona rural

Como definido em seu PDM, o Município mantem seus esforços pela implantação de mais unidades universitárias em Monte Alegre, ainda que esta seja uma bandeira que está fora da governabilidade local, que necessita de pactuação com os governos estadual e federal. O mesmo se pode dizer quanto ao Ensino Médio, de responsabilidade do governo estadual. Os números oficiais, principalmente os de oferta de vagas, ensejam que o Município puxe esse movimento.

4.5. ESPORTE E LAZER

São variadas as manifestações de esporte, principalmente de futebol, em Monte Alegre. Já as outras formas de lazer são mais restritas.

O Município avançou no sentido de assumir as atividades de esporte como política pública, agregando-o à Secretaria Municipal de Educação, assim como à Cultura. Dessa forma, em recente reforma administrativa, criou a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura. Se isso foi um avanço, este parou nisso. O Município não elaborou uma política pública para orientar sua atuação nessa no esporte, deixando de definir suas diretrizes, seus objetivos e suas ações estratégicas.

Espaços para a prática de futebol existem em todos os principais bairros da cidade e em praticamente em todas as comunidades rurais. Nos finais de semana, são intensas as atividades esportivas nesses locais, mas raramente o Município aparece como promotor, organizador ou apoiador. Sem apoio, os desportistas, principalmente os jovens, acumulam queixas à falta de investimento público. Nos campinhos existentes nos bairros e nas comunidades rurais, falta infraestrutura que crie condições mais adequadas à prática do futebol. A Liga Esportiva de Monte Alegre poderia ser uma parceria institucional importante na organização dos eventos, mas segue sem proposta nem convite.

Na cidade, também há quadras de esportes de uso público, mas são poucas: apenas dez. Elas estão localizadas nas escolas estaduais Carim Melem, Fernando Henrique Cardoso e na Escola de Ensino Técnico do Pará (Eetepa); nas escolas municipais Afrânio Lins, Rosália Simões, Gama Malcher e Imaculada Conceição, além de outras localizadas nas praças Álvaro Kzan, Curaxi e Surubeju e no bairro do Surubeju. Os bairros mais carentes de espaços para a prática de esportes são a Cidade Baixa, Curintanfã, Papagaio, Camarazinho, Terra Amarela, Nova Olinda, Planalto e Pajuçara.

No inverno e início do verão, em finais de semana, igarapés e cachoeiras se tornam excelentes opções de lazer à população local. Na imagem, a cachoeira das Pedras

No meio rural, os campos de futebol são mais comuns, transformando-se em praças de lazer nos finais de semana. Neles, as comunidades promovem torneios e copas intercomunitários, ou mesmo "peladas" entre os membros da comunidade. Nas datas comemorativas cívicas ou religiosas, as festas e torneios são eventos infalíveis.

O balneário de águas termal-sulfurosas, localizado há 12 quilômetros da cidade, foi importante espaço de lazer, há anos, mas está abandonado. Em anos anteriores, era uma excelente opção de banho e lazer, mas as últimas tentativas do poder público em mantê-lo funcionando com investimento do setor privado não deram certo. Cachoeiras e igarapés são boas alternativas, como as cachoeiras das Pedras e Ipixuna, assim como o balneário Paraíso, na vila de Pariçó, e praias fluviais no Lago Grande de Monte Alegre. Finalmente, no período do inverno, muitos igarapés são revitalizados pelas águas das chuvas e se tornam boa opção nos finais de semana.

4.6. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Não diferente dos demais municípios paraenses e do Brasil, o sistema de Justiça e Segurança Pública, em Monte Alegre, é alvo de muitas queixas e críticas.

A Comarca local dispõe de um único juiz, e só recentemente um segundo promotor de Justiça iniciou sua atuação. Não há um único defensor público, papel que está sendo feito por um advogado contratado pela Prefeitura Municipal. Não é difícil imaginar as dificuldades que tem o cidadão montealegrense quando necessidade demandar os serviços de prestação da Justiça. Todos os dias, dezenas de pessoas buscam atendimento no Fórum local, onde aguardam por longas horas. Em algumas das reuniões comunitárias, os cidadãos participantes reclamaram do longo tempo que leva a conclusão dos inquéritos e dos processos judiciais.

Por outro lado, o índice de violência disparou em Monte Alegre, especialmente os casos de assaltos e assassinatos. A capacidade de prevenção e repressão das forças policiais está limitada pela contingente limitado e pela insuficiência de equipamentos necessários.

O 18º Batalhão da Polícia Militar tem base em Monte Alegre, tendo sua atuação estendida ao município de Prainha. O efetivo do "Batalhão Gurupatuba", como é conhecido, é de apenas 184 soldados. Destes, apenas 85 estão destacados para atuar na sede do Município. Os demais atuam em dois postos no interior do Município, nas comunidades de Limão e Canp, além da cidade de Prainha e postos localizados nas comunidades de Boa Vista do Cuçari, Santa Maria do Uruará, Pacoval – estas na margem direita do rio Amazonas – e Cupim e Jatuarana, na colônia daquele Município. De acordo com a tenente-coronel Cintia Raquel, comandante do Batalhão Gurupatuba, esse contingente é insuficiente para atender às demandas nos dois municípios. São necessários pelo menos mais 96 policiais.

Para dar conta das demandas locais, o Batalhão Gurupatuba dispõe de onze viaturas e seis motocicletas, mas são necessárias, também segundo a comandante Cíntia Raquel, mais quatro viaturas.

Na Delegacia de Polícia Civil, as necessidades parecem ainda maiores, diante de um quadro que se aproxima do caos. Segundo o delegado Almir Alves, titular da unidade local, a carceragem da delegacia está interditada há mais de três anos, por causa da "situação caótica das estruturas físicas e hidráulica". Ele afirmou que todas as pessoas feitas presas são transferidas para o Sistema Penal, na cidade de Santarém.

A delegacia local dispõe de apenas um escrivão, impossível de atender a contento às demandas locais, quando são necessários pelo menos mais um profissional qualificado para essa função. Também segundo as informações do delegado Almir Alves, quatro investigadores estão lotados na unidade local, um quadro que deveria contar com pelo menos mais um investigador. Apenas uma viatura policial atende às demandas da delegacia, quando, segundo o delegado, mais uma deveria estar à disposição dos trabalhos policiais.

4.7. SAÚDE

A saúde municipal grita por socorro, e a média de leitos por habitantes expressa bem as reclamações da população local quanto à disponibilidade e qualidade dos serviços disponibilizados: um leito para cada 1,53 mil habitantes. Em 2015, quando se registrou esse dado, o Município voltou ao patamar de 2008. No período de 2010 a 2012, os serviços de saúde locais alcançaram as melhores médias, na faixa de um leito para cada dois mil habitantes. Os dados são do Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Ministério da Saúde.

O HMMA é a principal unidade de atendimento à população, mas a quantidade de leitos disponíveis é insuficiente para atender à população. O número de médicos também é um limitador que torna a saúde local um drama

Segundo dados do Datasus, o número de leitos no Hospital Municipal de Monte Alegre (HMMA), se manteve estável em 40 unidades no período de 2006 a 2009 e subiu, a partir do ano seguinte, para 54 unidades, com a inauguração de uma maternidade municipal, número que se mantém, hoje. No mesmo período, o número de leitos na rede privada local caiu de 52 para 27.

Os dados sobre as internações acompanham essas oscilações de disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde local. Nos últimos 15 anos, as estatísticas do Datasus demonstram que as oscilações foram decrescentes. Em 2015, último dado disponível, com um total de 81 leitos disponíveis (publico e privado), a rede municipal de saúde efetuou 3.722 internações, número bastante inferior, por exemplo, ao ano de 2011, que registrou o maior número de internações.

Leitos por Habitantes – 2007 - 2015

Leitos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número de Leitos - Hospitalares	92	92	92	106	106	109	84	82	82
Número de Leitos - Ambulatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de Leitos - Urgência	5	5	5	5	5	5	4	4	4
Total de leitos	97	97	97	111	111	114	88	86	86
Leitos/ Mil Habitantes	1,58	1,53	1,52	2,00	2,00	2,05	1,57	1,53	1,53

Fonte: Datasus/MS

Para atender à demanda local (e também de municípios vizinhos, como Alenquer e Prainha), o número de profissionais de saúde aumentou progressivamente: em 2006, a rede pública dispunha de 230 profissionais, entre médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, entre outros. A rede privada dispunha outros de outros 15 profissionais, que somavam 245 profissionais. Em 2015, este número pulou para 501 profissionais: 487 da rede pública e 14 da rede privada.

Mas é de médicos que Monte Alegre precisa. Em 2010, considerando-se aqueles das redes pública e da privada, a média era de um médico para 1.584 habitantes; em 2015, a média subiu 1.708. Quando se considera apenas aqueles da rede pública, esse número salta para 2.819. É um número muito alto, a ponto de se tornar uma denúncia. Dois mil e doze foi o pior dos últimos anos: um médico para 4.650 habitantes. Nas outras áreas de atendimento médico, a proporção é ainda alarmante: em 2015, apenas três odontólogos, quatro fisioterapeuta, um fonoaudiólogo e quatro farmacêuticos. O alto custo para a contratação de médicos tem sido a causa apresentada pela administração pública para justificar tamanha carência.

Além do Hospital Municipal e de uma maternidade, a rede municipal inclui trinta unidades básicas de saúde, espalhadas para atender uma população de mais de 56 mil habitantes

Mas as carências não se limitam ao número de médicos. A rede municipal de atendimento é demais limitada em sua capacidade física de atendimento. Em 2015, segundo relatório do Datasus, além do hospital geral (HMMA) e de uma maternidade, a rede pública local contava com apenas oito unidades básicas de saúde (UBS), 22 postos de saúde (estes eram 37, há dez anos), o que representa uma infraestrutura pequena demais para atender às demandas de uma população de 56,3 mil habitantes.

Os resultados negativos deste quadro foram apresentados pela população na etapa comunitária de reuniões do PDM. Em todas as 14 reuniões comunitárias realizadas, durante o mês de fevereiro de 2015, a população se queixou do tamanho da rede e do número reduzidos de profissionais para atender às demandas locais e também no HMMA. Mas não apenas isso: a falta de equipamentos e materiais hospitalares, essenciais para o atendimento aos pacientes nunca eram em quantidade suficiente. Mesmo os medicamentos mais básicos faltavam com regularidade no hospital geral e nas unidades básicas de atendimento.

O município tem seu Conselho Municipal de Saúde, o Fundo Municipal de Saúde, mas deixou de realizar várias conferências municipais de saúde. A última aconteceu em 2014. Também seu Plano Municipal de Saúde, elaborado em 1998, teve seu prazo de vigência encerrado e não foi ainda renovado, problemas que precisam ser urgentemente corrigidos.

Com todas essas limitações e dificuldades, a atenção básica de saúde inclui a assistência ao parto, à criança e ao adolescente, ao idoso e à saúde da mulher, objetivando a promoção, proteção, diagnóstico precoce, tratamento imediato e reabilitação da população, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma). As ações de atenção básica são diversas, do pré-natal e da triagem neonatal ao crescimento e desenvolvimento da criança e à saúde da mulher, passando pela prevenção ao câncer cérvico-uterino e pelos tratamentos da hipertensão e ao diabetes. Também incluem os atendimentos à saúde mental, ao tratamento da tuberculose, da hanseníase e às ações de saúde bucal. Ainda há os programas de Saúde da Família (PSF) e dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS), as ações de imunização, de assistência farmacêutica básica, terapia de reidratação oral e o planejamento familiar.

Essas ações, segundo a Sesma, perseguem objetivos diversos, como a redução das mortalidades materna, neonatal e infantil, a redução da gravidez precoce e do índice de acidentes. Elas também buscam a redução do câncer cérvico-uterino e de mama, identificação precoce dos casos de fenilcetonúria e hipotireoidismo, assim como a redução das doenças imunopreveníveis e das doenças diarréicas.

No HMMA, as filas são enormes, todos os dias, por pessoas que buscam de fichas para atendimento médico e outros serviços. Apesar do sistema de triagem criado pela direção da unidade, o fluxo não diminui. Mas esse fluxo de pacientes não é apenas de Monte Alegre: a cada dia aumenta o número de pacientes que vêm do município de Prainha, principalmente da margem direita do rio Amazonas, das comunidades de Pacoval, Itamucuri, Ipanema, Pracobal, Boa Vista do Cuçarí e Santa Maria. Na verdade, a relação da população dessas comunidades prainhenses é diretamente com Monte Alegre, e não apenas nas questões de saúde, mas também comerciais, educacionais e outras. Apesar do atendimento que faz à população vizinha, Monte Alegre não tem pactuação de saúde com Prainha.

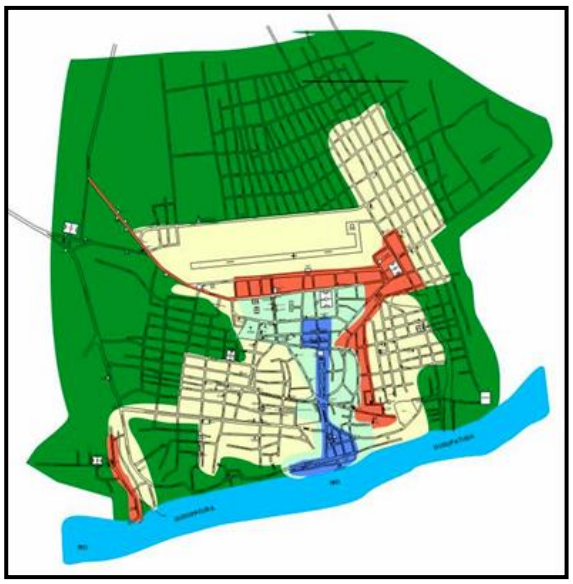
5. ASPÉCTOS INSTITUCIONAIS

5.1. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A partir de 1988, ano da Constituição Cidadã, o Município se viu obrigado a atualizar sua legislação, mas esta não foi pouco além da Lei Orgânica Municipal (LOM), revisada em 2015. Nesta, sintonizando-se com as disposições constitucionais relativas à questão da política urbana e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos habitantes das cidades (CF – Art. 182 e 183), o município de Monte Alegre estabeleceu em sua Lei Orgânica (Art. 152 e seguintes), a Política de Desenvolvimento Urbana a ser formulada no âmbito de um processo de planejamento municipal, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e, consequentemente, o bem estar de seus habitantes. Com a criação de seu Plano Diretor Municipal (2006), Monte Alegre passou a dispõe de um instrumento básico de política urbana. Mas este, infelizmente, ficou engavetado, sem a execução de quaisquer de seus objetivos, diretrizes ou ações estratégicas.

Detalhada na Lei nº 10.257 (Estatuto das Cidades), de 10 de julho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a LOM de Monte Alegre atende a todas as expectativas relacionadas ao tema, preconizando o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento básico, ao transporte e aos serviços públicos essenciais, além de trabalho e lazer.

A legislação anterior definiu o perímetro urbano do município e a consequente zona de expansão (lei nº 1.574/73), dispôs sobre o zoneamento da área urbana (lei Municipal nº 1.576/73) e instituiu o Código de Edificação (lei nº 1.577/1973). A Lei Municipal nº 1.575/1973 dispôs sobre os loteamentos urbanos, instituiu a área urbana, as áreas de expansão urbana e a área rural. Já a lei nº 1.639/1976 disciplinou a utilização das terras do patrimônio municipal e a cobrança da renda imobiliária patrimonial. O Código de Postura do Município, de 1990 (lei 3.573), trata dos dispositivos e medidas de polícia administrativa, em matéria de higiene pública, do bem-estar social, da localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, relacionando juridicamente o Poder Público ao munícipe. Toda essa legislação precisa ser atualizada com base nos dispositivos do Plano Diretor Municipal.



O PDM definiu o novo zoneamento urbano de Monte Alegre, inclusive suas áreas de expansão, mas a legislação sobre o tema, seu código de edificação, código de postura continuam de décadas atrás. Essa legislação ainda precisa ser atualizada

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2006-2009, disposto pela Lei Municipal nº 4.643, de 29 de setembro de 2005, atende ao art. 165, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo objetivos, ações, metas fiscais e financeiras da administração, bem como os programas de duração continuada. Por ser um plano de metas, cujo prazo de aplicação é médio, portanto, adentrando na vigência do PDM, sua adequação ao mesmo torna-se imperiosa. Foi o único PPA elaborado com ampla participação da população, nos termos estabelecidos no Estatuto das Cidades. A elaboração das leis de diretrizes orçamentárias (LDO's) e das leis orçamentárias anuais (LOA's) correspondentes àquele PPA se deu à margem da lei 10.257/2001, voltando a ser elaboradas em escritórios de contabilidade.

Passados dez anos de vigência do PDM de Monte Alegre, sem que quaisquer de seus dispositivos tenham sido colocados em prática, ou quaisquer de seus prazos respeitados, conclui-se que sua elaboração se deu tão somente para que o atendimento de uma exigência legal e para que seus gestores não fossem objeto de acusação de improbidade administrativa. Nesse período de dez anos, em nenhum momento, o PDM foi visto pelas administrações municipais como "instrumento global e estratégico de implementação da política municipal de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental" do Município de Monte Alegre. Aprovado e sancionado, foi mantido engavetado e distante dos olhos e das exigências da população, sob o olhar omisso e complacente do Ministério Público e da Câmara de Vereadores.

Como se vê, o município dispõe de um ordenamento jurídico compatível com sua prerrogativa constitucional, porém necessitando de urgente atualização. Isso começa com a revisão do atual PDM e deve prosseguir com a atualização da legislação que define as regras para o desenvolvimento municipal.

5.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Efetivamente, Monte Alegre não dispõe de um sistema de planejamento e gestão municipal, ainda que este exista no texto do atual Plano Diretor Municipal. Como dito antes, o sistema e seus instrumentos estão detalhadamente descritos no PDM, especificamente em seu Título IV, Capítulo IV. Neste estão definidas suas instâncias de participação popular na

política de planejamento e gestão do Município. Mas, repita-se, há dez anos, nenhum desses instrumentos foi utilizado pelo Poder Público.

5.3. FINANÇAS MUNICIPAIS

5.3.1. Análise de Receita

É enorme a dependência financeira do Município de Monte Alegre às transferências constitucionais do Estado e da União. Há dez (2007), a receita corrente do Município totalizou R$ 44,7 milhões. Desse total, apenas R$ 3,4 milhões (7,8%) vieram de arrecadação própria. No ano 2010, esse percentual caiu para 1,9%, um dos piores anos da composição da receita corrente. Em 2015, a arrecadação própria melhorou e o índice subiu para 13,7%, mas nada que alterasse a histórica dependência municipal.

Receitas Municipais 2011 – 2015

Receitas Municipais	2011	2013	2014	2015
Receita Corrente	78.567.800	90.540.446	104.490.928	118.054.369
Receita Tributária	1.174.348	3.169.239	4.399.905	3.640.052
Impostos	922.764	2.794.295	2.514.979	1.587.900
IPTU	97.160	160.915	335.034	158.314
ISSQN(1)	630.930	1.195.024	-	856.104
ITBI	47.423	22.261	8.682	-
IRRF	147.251	1.416.095	308.367	566.182
Taxas	251.584	374.944	1.884.926	2.052.152
Outras Receitas Próprias	706.843	82.087	290.665	142.149
Receitas Transferidas	2.363.468	81.810.122	91.873.905	101.860.989

Fonte: STN

A limitada arrecadação própria decorre de omissão da administração municipal, ou negligência. A começar pela legislação tributária, totalmente desatualizada, precisa de revisão urgente. Até o ano 2000, o Município fazia esforço zero para arrecadar um dos principais tributos locais, o IPTU. Até aquele ano, a arrecadação era zero. A partir de 2001, a PMMA iniciou campanha que incentivava os munícipes ao pagamento do imposto, mediante sorteio de prêmios. Logo no primeiro ano, a arrecadação com o IPTU alcançou o valor de R$ 88,9 mil, passando a ser crescente ano após ano, apesar de algumas oscilações. No ano de 2014, com campanha de incentivo aos contribuintes, a arrecadação chegou a R$ 335 mil, para depois cair à metade no ano seguinte, sem campanha.

Receitas Municipais – 2000 – 2004

Receitas Municipais	2000	2001	2002	2003	2004
Receita Corrente	**12.825.894,34**	**15.666.871,38**	**18.580.805,88**	**22.478.682,32**	**26.006.526,16**
Receita Tributária	157.327,10	345.422,85	444.988,19	552.327,88	534.819,75
Impostos	79.921,15	191.676,95	302.458,89	415.779,54	364.774,03
IPTU	-	88.998,90	101.426,16	115.079,71	141.793,86
ISS	77.671,15	99.529,05	116.943,07	111.547,20	114.090,96
ITBI	2.250,00	3.149,00	2.771,74	4.912,82	18.742,00
IRRF	-	-	81.317,92	184.239,81	90.147,21
Taxas	77.405,95	153.745,90	142.529,30	136.548,34	170.045,72
Outras Receitas Próprias	724.621	129.915	373.023,71	444.837,38	1.102.462,33
Receitas Transferidas	11.943.945,95	15.191.533,29	8.847.411,27	21.481.517,06	24.369.244,08

Fonte: STN

Entre as transferências constitucionais, aquelas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Desenvolvimento a Educação Básica (Fundeb) são as mais importantes. Em 2010, juntas, elas representaram 89,1% do total das transferências. Cinco anos depois (2015), esse percentual mantém importância destacada na composição da receita corrente do Município.

5.3.2. Análise de Despesa

(O Município não forneceu as informações)

5.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Inexiste, na administração municipal, qualquer meio de consulta ou outra forma de participação social nas decisões e/ou acompanhamento das políticas públicas, ainda que estas estejam previstas no Plano Diretor Municipal e na lei 10.257/2001. As únicas exceções são os fóruns setoriais de políticas públicas, como o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Assistência Social e outros.

6. DINÂMICA ECONÔMICA

6.1. ASPÉCTOS GERAIS

O melhor instrumento de análise sobre o desenvolvimento municipal é o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB p*er capita*. São dados que demonstram o processo de evolução de sua produção econômica, em todos os seus segmentos, e o seu reflexo no desenvolvimento social do Município. Isto é, o quanto o crescimento econômico impacta a qualidade de vida dos cidadãos. No caso de Monte Alegre, a avaliação geral é positiva. Veja o quadro abaixo, com o PIB do período entre 2002 a 2014:

Produto Interno Bruto (PIB)
Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor – 2002 – 2014

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A
2002	49.445	6.643	79.548	135.636
2003	70.316	7.124	85.962	163.403
2004	73.885	10.827	100.937	185.650
2005	67.659	9.812	110.655	188.126
2006	80.230	13.196	122.491	215.917
2007	89.520	20.767	138.889	249.176
2008	97.277	45.843	163.398	306.518
2009	92.561	16.742	179.868	289.171
2010	154.540	42.081	186.124	382.745
2011	131.943	20.699	206.111	358.754
2012	168.404	22.411	212.854	403.669
2013	265.577	26.293	247.661	539.531
2014	217.485	30.746	295.961	544.192

Fonte: Fapespa/IBGE

Note-se que entre os anos de 2002 e 2010, o PIB saltou de R$ 135,6 milhões para 382,7 milhões. Isso representou um crescimento de 64,5% no período, fazendo o PIB municipal deixar a 34ª posição, entre os demais municípios do Pará, e assumir o 30º posto, a melhor posição já alcançada pelo município. A partir de 2011 até 2014, o crescimento foi de R$ 161,4 milhões, representando um salto de 29,6%. Com isso, o PIB de Monte Alegre recuou para o 33º lugar, uma oscilação comum no quadro geral do ranking dos municípios paraenses, mas mantendo-o em uma situação intermediária. O PIB *per capita* acompanhou essa evolução.

PIB Per Capita Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente – 2002 – 2014

Ano	PIB			PIB PER CAPITA	
	Valor (R$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R$)	Ranking no Estado
2002	140.115	0,53	34	2.220	85
2003	169.261	0,56	29	2.617	70
2004	192.189	0,52	32	2.891	79
2005	195.316	0,48	36	2.880	82
2006	224.892	0,49	33	3.242	81
2007	258.629	0,50	31	4.216	70
2008	317.743	0,52	28	5.000	54
2009	300.268	0,49	32	4.696	72
2010	394.236	0,48	30	7.109	41
2011	371.138	0,38	40	6.671	61
2012	414.857	0,39	37	7.434	56
2013	555.744	0,46	31	9.898	48
2014	564.751	0,45	33	10.043	49

Fonte: Fapespa/IBGE

Observe que, também no período de 2002 a 2010, o PIB *per capita* saltou de R$ 2.220,00 para R$ 7.109,00, um crescimento de 68,7%, levando Monte Alegre a alcançar sua melhor posição entre os municípios do Estado (41º) Já no período seguinte, de 2011 a 2014, o crescimento do PIB *per capita* foi de 33,5% - o 49º melhor do Pará. Nos dois exemplos, percentuais de crescimento superiores às médias brasileira e estadual.

6.2. AGRICULTURA E PECUÁRIA

O setor primário sempre teve papel de destaque na formação do PIB municipal. A caracterização fundiária, com predominância de minifúndios, garantiu que a agricultura familiar desse um perfil próprio à produção municipal. A presença, em Monte alegre, desde meados do século passado, do órgão federal responsável pelas políticas de reforma agrária e de agricultura – primeiro através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e depois por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – foi determinante à caracterização fundiária que ainda hoje predomina no município. O órgão foi responsável pela implantação inicial de quatro projetos de assentamento e colonização em Monte Alegre: Inglês de Souza, Mulata, Major Barata e Campos do Popó. Nestes, 3.834 famílias foram assentadas. Em 2006, implantou o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul, na região central do município, onde mais 261 famílias foram assentadas.

Lavouras temporárias – Área colhida, Quantidade produzida e Valor dos principais produtos

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida			Valor (Mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Abacaxi (mil frutos)	38	25	25	836	550	550	669	619	1.155
Amendoim (casca)	15	15	15	22	22	22	33	44	110
Arroz (em casca)	300	250	270	540	450	486	257	293	313
Cana-de-Açúcar	10	10	10	240	240	240	24	26	29
Feijão (em grão)	3.920	3.920	4.000	2.402	2.402	2.400	6.677	6.408	3.996
Mandioca	6.000	6.000	6.000	102.000	102.000	102.000	54.162	39.117	30.600
Melancia	80	80	100	2.200	2.200	2.750	1.716	1.100	2.750
Milho (em grão)	15.000	12.000	13.000	33.750	27.000	29.250	17.381	18.630	13.309
Tomate	80	80	110	2.400	2.400	3.300	5.748	5.760	4.983

Fonte: Fapespa/IBGE

Esse perfil fundiário e produtivo é o responsável pelo destaque que tem o município no cenário regional, ainda que tenha vivido um período de queda, após 2013. Há dez anos, Monte Alegre tinha a décima maior produção agropecuária do Pará, apesar de sua agricultura ainda ser marcadamente rudimentar, sem uso de tecnologias e equipamentos da agricultura

moderna. Predomina, no município, o roçado de toco, para praticamente todas as culturas. A mecanização ainda é incipiente, com iniciativas localizadas, praticada por poucos agricultores de portes médio e alto. Segundo a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), o Índice de Desenvolvimento, Monte Alegre é de 24,26, o que o coloca na 20ª posição no ranking dos municípios paraenses.

Entre as culturas temporárias, a mandioca e o milho continuam como destaques da produção agrícola local

Na agricultura municipal, entre as culturas temporárias, ganham destaque o milho, o feijão e a mandioca. O milho, que sempre teve destaque entre os produtos agrícolas temporários, entrou em declínio a partir de 2009, mas ainda se mantém entre os mais importantes. Em 2015, alcançou uma área colhida de 13 mil/ha, com resultado de quase 30 mil/ton. A mandioca, apesar do preço de mercado decrescente, manteve uma produção constante, nos últimos três anos: 6 mil/ha para uma produção de 102 mil/ton. A melancia e o tomate viveram oscilações nos últimos dez anos (Veja quadro abaixo).

Entre os produtos agrícolas de culturas permanentes, a banana readquiriu o destaque que havia perdido, nos anos 1980-90, pela ação danosa do Mal do Panamá, uma praga que praticamente destruiu a cultura em Monte Alegre. Em 2015, sua área colhida foi de 750 hectares, um crescimento surpreendente em ralação ao ano de 2013 (110ha). O salto na produção foi igualmente fabuloso: de 1,6 mil/ton para 8,2 mil/ton, gerando uma receita de mais de R$ 25 milhões aos produtores locais. O limão é outro produto que teve crescimento fantástico. De quase inexpressivo em 2013, com área colhida de 42 hectares, deu um salto para 900 há, em 2015, fazendo sua produção sair de 924 toneladas para quase 17 mil/ton. Em 2016, a área plantada chegou a 1.488 hectares. Mamão, laranja e coco-da-baía são outros três produtos importantes na agricultura local.

Culturas permanentes – Área colhida, Quantidade produzida e Valor da produção

Produtos	Área Colhida (há)			Quant. Produzida			Valor (Mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Banana	110	600	750	1.650	6.600	8.250	1.122	5.214	25.369
Borracha (látex coa)	-	20	20	-	8	8	-	24	20
Cacau (amêndoa)	-	63	123	-	41	98	-	232	588
Coco-da-Baía (mil frutos)	30	100	100	255	1.500	1.500	204	1.290	1.200
Laranja	64	90	90	1.536	2.160	2.160	1.229	2.095	2.117
Limão	42	810	900	924	15.214	16.905	462	12.475	20.286
Mamão	36	40	50	540	560	700	810	1.022	1.138
Maracujá	60	15	15	540	102	102	1.080	209	41
Pimenta-do-reino	40	27	57	100	22	46	1.200	394	1.012
Tangerina	20	5	15	290	60	180	290	72	162
Urucum (semente)	5	7	7	4	11	11	11	28	66

Fonte: Fapespa/IBGE

Até o final dos anos 90, a maior parte da produção agrícola era destinada ao consumo próprio das famílias. O excedente (principalmente milho, mandioca e pimenta-do-reino) era comercializado na própria cidade de Monte Alegre e nos municípios próximos. A partir do início do atual década, a exportação aumentou, na avaliação da Secretaria Municipal de Agricultura e da Emater, ainda que os números dessa comercialização sejam imprecisos. Há

dez, o porto de Santana do Tapará, no limite com o município de Santarém, era a principal porta de saída da produção agrícola de Monte Alegre. Os números não são precisos, mas estima-se que 70% dessa comercialização escoam por esse porto. Hoje, o próprio terminal hidroviário municipal é o entreposto por sai grande parte dessa produção, destinada, principalmente, aos mercados de Santarém, Manaus, Macapá, Monte Dourado e Belém.

Até o início dos anos 2000, a atividade pecuária desenvolvida em Monte Alegre era de pouca expressão na economia do município, centrada na criação de gado bovino. Mas, a partir de meados daquela década, o quadro foi positivamente alterado, especialmente pela ação organizada da Associação dos Criadores de Monte Alegre e, depois, pelo Sindicato Rural Patronal (Sinpruma). Esse grupo passou a investir no melhoramento genético dos rebanhos, através de treinamentos de inseminação artificial com alguns produtores, o que vem melhorando a qualidade e o tamanho do rebanho local. Em 1997, por exemplo, o rebanho bovino era de inexpressivos 85 mil animais, mas, em 2015, esse número já era de quase 222 mil reses. Segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) informa que o índice de vacinação no município é de 99,56%. Todos os anos, o Sinpruma realiza a Exposição Feira Agropecuária de Monte Alegre (Expofama), quando os produtores locais apresentam e comercializam o que há de melhor no setor.

O rebanho bovino de Monte Alegre é o maior do Baixo-Amazonas, mas sua qualidade genética ainda carece de melhoramento. No verão, em busca de pasto, os rebanhos são levados para as áreas de várzea. Depois, voltam

Apesar desses números, o rebanho bovino local continua visto com atenção, principalmente pelo registro, em 2003, de um foco de febre aftosa em uma fazenda localizada na região do lago Grande de Monte Alegre, que alcançou grande repercussão nacional e internacional. Desde então, os rebanhos da região, e não apenas os de Monte Alegre, têm sido acompanhados com atenção. A tuberculose, a brucelose, o carbúnculo sintomático e as verminoses são doenças que também rondam os rebanhos locais.

Apesar da polêmica que causa, principalmente pelos impactos ambientais de que é acusada, a criação de bubalinos cresceu muito nos últimos anos. Em comparação ao ano de 2004, o rebanho atual mais que triplicou, segundo a Adepará. O mesmo não aconteceu com o rebanho de suínos e também com o plantel de aves. O número de equinos e ovinos também aumentou de forma significativa desde primeiros anos deste século, o que mostra que a diversidade da pecuária municipal se consolidada de forma mais consistentes.

Principais rebanhos existentes – 2013 - 2015

Rebanho	Efetivos		
	2013	2014	2015
Bovino	214.596	219.112	221.942
Equino	7.079	8.678	12.147
Bubalino	5.591	5.845	5.906
Suíno - Total	13.982	14.190	14.560
Suíno - Matrizes de Suínos	3.472	3.541	3.633
Caprino	447	850	2.785
Ovino	3.071	4.786	7.524
Galináceos - Total	129.369	128.722	129.230
Galináceos - galinhas	59.420	60.310	60.702
Vacas Ordenhadas	3.219	3.287	3.329

Fonte: IBGE/PPM

6.2.1 Assistência Técnica e Financeira Existente

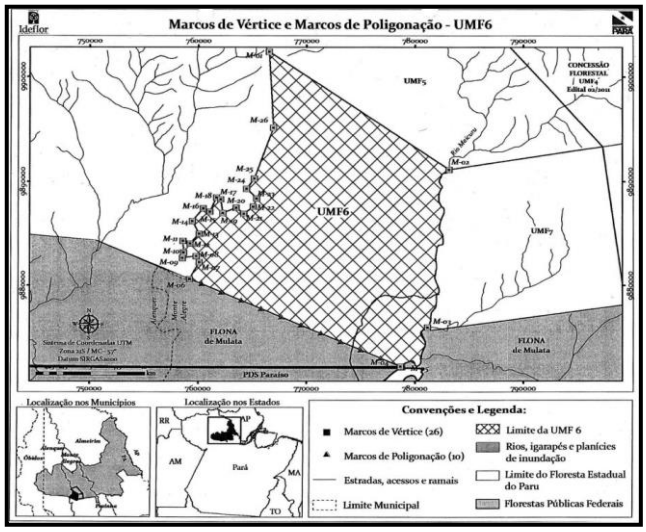
A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) é o principal órgão de apoio ao agricultor, tanto pela assistência técnica que disponibiliza o produtor rural quanto pela assistência social que o trabalho dos técnicos inclui. Mas o trabalho da Emater não alcança todas as principais regiões produtoras de Monte Alegre. Hoje, ela atua nas regiões da rodovia PA-254, Canp, Pariçó, Região das Pedras, várzea, Mulata e Maripá. Toda a extensa área do Lago Grande não é atendida pela empresa. Suas principais atividades são o assessoramento a associações de produtores, assistência técnica a agricultores, distribuição de sementes, realização de cursos de capacitação, elaboração e acompanhamento de projetos com financiamento do FNO e Pronaf.

Nas áreas de culturas permanentes, a Emater cita a ausência de viveiros, a falta de sistemas de irrigação e o controle inapropriado ao combate às pragas entre os principais problemas enfrentados pelos agricultores. Mas é otimista, e cita a instalação de agroindústrias para a verticalização da produção primária, a manutenção das rodovias e estradas vicinais e a mecanização agrícola como os caminhos necessários e viáveis às culturas. No caso das culturas temporárias, o órgão de assistência apresenta a baixa produtividade, o uso excessivo e indiscriminado de agrotóxicos e a falta de organização dos produtores para a produção e comercialização como fatores que prejudicam as culturas. E aponta soluções: incentivo à mecanização, o uso de variedades produtivas resistentes a pragas e doenças e a organização dos produtores.

6.3. ATIVIDADES EXTRATIVAS

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura, a prática do extrativismo vegetal no município continua incipiente, abrangendo algumas poucas espécies, como o açaí, a lenha, a madeira de lei (em pequenas quantidades), o carvão vegetal e essências florestais, como a andiroba e a copaíba, sem que isso represente incremento significativo na economia municipal. No período colonial, o município se destacou pela produção de madeira de lei, a ponto de abrigar uma madeireira do próprio Império para produzir para o mercado europeu, e pela coleta de cacau nativo.

Mas o extrativismo vegetal ganhou considerável importância com o início de concessões de manejo florestal pelo Governo do Estado, através do Ideflor-Bio, em áreas da Floresta Estadual (Flota) do Paru, uma unidade de conservação para uso sustentável criada no final de 2006. Esta unidade, com extensão de 3,6 milhões de hectares, engloba 720 mil/há dentro do território montealegrense, correspondendo a 1/3 do seu total.



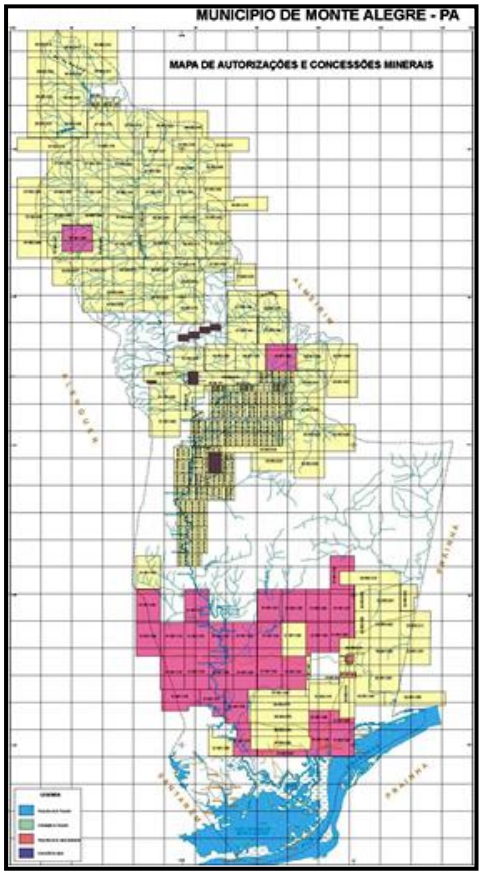
Na Floresta Estadual Paru, sete unidades de manejo florestal, totalizando 244,7 mil/ha, estão liberadas para exploração sustentável, mas o retorno ao Município é mínimo

Para início da exploração da Flota Paru, o Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor), lançou edital de licitação do tipo concorrência (nº 01/2013) disponibilizando 108,5 mil hectares para a exploração sustentável de madeira, distribuídos em três unidades de manejo florestal (UMF's), todas em Monte Alegre, conforme previsão contida no Plano Anual de

Outorga Florestal (POAF). Dois anos antes (2011), também através de licitação do tipo concorrência, outras quatro UMF's já haviam sido contratadas com a mesma finalidade, de acordo com informações fornecidas pelo Ideflor. Ao todo, em território de Monte Alegre, sete UMF's estão liberadas para exploração florestal sustentável, totalizando 244,7 mil hectares.

A expectativa da população e do Poder Público locais era de que a exploração sustentável dos recursos florestais da Flota Paru pudesse ser instrumento indutor de desenvolvimento local, com a geração de empregos, renda e receita ao Município, além de estimular a criação de cadeia produtiva associada à madeira, mas isso não aconteceu. Milhares de toras de madeira foram cortadas nas áreas de manejo florestal – não se sabe exatamente o quanto – e levadas para outros municípios para beneficiamento, lá gerando os empregos esperados pela população de Monte Alegre. O único benefício que se tem notícia é fiscal, com o repasse de valores do ICMS Verde, em valores irrisórios.

De acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energias, é "imenso (o) potencial mineral existente no Município de Monte Alegre". Em função de seu contexto, a geologia do município é favorável à mineralização de sulfetos de metais-base e urânio, calcário para a indústria cimenteira e/ou para corretivo de solos, pedras ornamentais, cantaria e brita, materiais de emprego imediato na construção civil e, principalmente, fosfato para insumo agrícola, a partir das imensas reservas de minério fosfatado. A empresa também registrou ocorrência de molibdênio, estanho, argila, quartzo, ametista, ouro, enxofre, cobre, titânio, cassiterita e chumbo. Ainda em 1997, dados da CPRM confirmaram a alta favorabilidade mineral do subsolo montealegrense (CPRM/Primaz – 1979). Para facilitar a localização espacial desses recursos minerais no município, a CPRM dividiu o território em sete áreas, que chamou de "domínio".



A CPRM afirma ter Monte Alegre uma geologia favorável à mineralização de sulfetos de metais-base e urânio, calcário, molibdênio, estanho, argila, quartzo, ametista, ouro, enxofre, cobre, titânio, cassiterita e chumbo

O Domínio 1 está localizado na porção nordeste de Monte alegre, na divisa com o vizinho município de Almeirim, nas cabeceiras do igarapé Barreirinha, afluente da margem esquerda do rio Maicuru. Possui uma superfície aproximada de 50 Km² e corresponde à área de ocorrência mineral do complexo que caracteriza a serra do Maicuru. As pesquisas nele realizadas mostraram que o intemperismo das rochas do complexo levou à formação de lateritos fosfáticos e titaníferos, sendo que os primeiros representam o maior depósito de fosfatos já descoberto na Amazônia, estimado em 200 milhões de toneladas. Além de fosfato, existem também grandes reservas de Titânio, avaliadas em cerca de 5 bilhões de toneladas.

A jazida de fosfato do Maicuru está localizada em uma área de difícil acesso, distante cerca de 200 km ao norte da cidade de Monte Alegre. Apesar da precariedade da infraestrutura viária, 40% dessa distância podem ser percorridos por via rodoviária, partindo de Monte Alegre, através da PA-423 (48 km) e, em seguida, pelos ramais do Perímetro (32 km) ou do Setor 2 (36 km), que partem da PA-254. Os 60% restantes, sem nenhuma via de acesso, estão situados em área totalmente despovoada, densamente florestada, cujo relevo

varia de fortemente ondulado a suavemente ondulado. O acesso fluvial é impraticável, uma vez que a jazida dista cerca de 40 km da margem esquerda do rio Maicuru, em seu alto curso, onde o rio só pode ser navegado por pequenas embarcações.

Os solos predominantes em Monte Alegre são representados por Latossolos e Podzólicos Vermelho-Amarelo Distróficos, solos de fertilidade natural baixa a muito baixa, onde o fósforo constitui o principal elemento carente. Segundo a CPRM, a utilização dos minérios de Maicuru para a produção de fertilizante já foi amplamente discutida, o que demonstra a viabilidade da utilização daquelas matérias-primas para a produção de fertilizantes termofosfatados, com elevada eficiência agronômica, superior ao superfosfato triplo. Além das jazidas já mencionadas, o Domínio 1 apresenta grande potencial para mineralizações de cobre e nióbio, bem como para carbonatos. Esses minérios seguem intocáveis e sem exploração.

O Domínio 2 se situa a oeste da PA-423, incluindo o flanco norte da serra de Itauajuri e a região da Mulata, estendendo-se para nordeste, até atingir o início do ramal do Perímetro. Essa área, situada na porção sudeste do Município, possui uma superfície com cerca de 50 Km², contendo duas jazidas de calcário, além de várias ocorrências no ramal do Perímetro. A segunda área deste Domínio está localizada na porção sudoeste, entre o baixo curso do rio Maicuru e a divisa com o município de Alenquer, ocupando uma superfície aproximada de 200 Km². Nesta região, a CPRM registrou oito ocorrências de calcário.

O calcário de Monte Alegre tem sido objeto de estudos, desde a década de 50. A localização geográfica privilegiada dos dois principais depósitos (Mulata e Itauajuri), distantes cerca de 40 km da sede municipal, deu ensejo a que inúmeras empresas de mineração realizassem pesquisas na região.

O calcário de Monte Alegre é objeto de estudo desde a década de 1950. Sua exploração começou a partir dos anos 1960, com a produção de seixo. Desde 2005, outra empresa assumiu a concessão. A produção é vendida principalmente para o mercado de Santarém

Na região da Mulata, segundo a CPRM, duas empresas de mineração divulgaram os primeiros resultados de seus trabalhos, no final da década de 50. Em 1958, a Companhia Siderúrgica da Amazônia - Siderama - apresentou relatório mostrando uma reserva disponível de 13,6 milhões de toneladas de calcário. No ano seguinte, a Companhia Brasileira de Equipamentos concluiu relatório apresentando uma reserva medida de 34,7 milhões de toneladas do produto. Em 1993, a Siderama apresentou outro documento, indicando uma reserva medida de 11,3 milhões de toneladas do mineral. Desde os anos 60, a Companhia de Aeroportos da Amazônia – Comara explorou a mina de calcário localizada na Mulata, de onde extraiu calcário para a produção de brita. Desde 2005, a empresa Cal Pará explora afloramento da mesma mina de calcário, com acesso pela PA-423, para a produção de brita e material para uso agronômico.

O calcário da serra de Itauajuri vem sendo pesquisado desde a década de 70, inicialmente pela Mineração Santa Patrícia e, posteriormente, pela Mineração Guanambi. Esta última, no ano de 1973, apresentou relatório revelando uma reserva medida de 10,9 milhões de toneladas de calcário, elevada, posteriormente, para 12 milhões. De uma maneira geral, as

reservas de calcário atualmente conhecidas são da ordem de 58 milhões de toneladas, classificado como calcário calcítico, destinado à produção de cimento do tipo *portland*.

A primeira área do Domínio 3 está localizada ao norte da PA-254, entre os Setores 2 e 6, nas cabeceiras de igarapé Açu, cobrindo uma superfície aproximada de 37 Km2. A porção sudeste dessa área, notadamente ao longo do Setor 2, às proximidades do Sítio do Navegante, apresenta alta favorabilidade para rochas ornamentais, pedra de cantaria e brita, a partir da presença abundante de diabásio porfirítico, ocorrendo na forma de depósitos residuais. O restante da área apresenta favorabilidade para pedreiras.

A segunda área integrante do Domínio 3 se situa na porção centro-sul do Município, no baixo-médio curso do igarapé Açu, incluindo as vilas de Canguçu, Açu da Santa Helena e Cumaru, entre outras, com uma superfície aproximada de 135 Km2. Nessa área, notadamente ao longo do ramal do Setor 11, entre as vilas de Canguçu e Açu de Santa Helena, são frequentes e quase contínuas as ocorrências de diabásio, com favorabilidade para pedreiras.

O Domínio de número 4 está localizado na porção central do domo de Monte Alegre, compreendendo parte da região conhecida como Planície do Ererê ou Campo do Desterro, cobrindo uma superfície com cerca de 50Km². Os siltitos são extremamente duros, exibindo nítidos efeitos de recristalização por ação termometamórfica, como consequência do intenso magmatismo básico, gerador da estrutura dômica. Em geral, apresentam-se fraturados, partindo-se segundo prismas regulares. Cada banco tem espessura média de 20 a 30 cm, separados, uns dos outros, por delgadas intercalações de folhelho. Esses siltitos constituem matéria-prima de aplicação imediata na construção civil, mais precisamente como pedra de talhe, passível de ser utilizada na pavimentação de ruas, construção de muros, revestimento de paredes, etc. As melhores exposições estão localizadas próximo à estrada que liga as vilas de Ererê e Desterro, na PA-255, na bacia do igarapé Menino Deus, onde existem várias pedreiras. Os siltitos são geralmente subaflorantes, capeados por delgada cobertura de solo.

Esses depósitos já vêm sendo lavrados há algum tempo, embora sem nenhuma orientação técnica. Como consequência da lavra predatória, ocorreu degradação paisagística de parte da planície do Ererê. Como fator limitante à utilização desses depósitos, deve ser destacada a situação topográfica, uma vez que os campos do Desterro caracterizam uma região plana, onde se desenvolve solo litólico. Em adição, devem ser ressaltadas as anomalias de primeira ordem de Urânio, em sedimentos de corrente, detectadas pela Nuclebras, em áreas de influência desses siltitos.

O Domínio 5 compreende duas regiões, sendo que a primeira está localizada na área de influência da rodovia PA-254, numa direção aproximadamente Este-Oeste, a partir dos setores 3 e 4, estendendo-se para oeste, até o limite com o vizinho Município de Alenquer, cobrindo uma superfície com cerca de 530 Km2. A Segunda área está localizada no domo de Monte Alegre, numa faixa de direção norte-sul e superfície aproximada de 50 Km², englobando as vilas de Santa Helena, Inglês de Souza e Maxirá, entre outras. Esse Domínio apresenta favorabilidade para mineralizações de cobre e zinco, principalmente.

Os sulfetos de cobre e zinco têm concreções calcárias (calcopirita, esfalerita e pirita), associadas a concreções calcárias. A pirita é o metálico dominante, a esfarelita ocorre em pequenas placas e a calcopirita forma diminutos cristais, sempre associados à esfalerita. Na área localizada ao longo da PA-254, foram localizadas três regiões onde ocorrem concreções mineralizadas com sulfetos de cobre e zinco, duas ocorrências de pirita e uma de pirita associada à barita.

Três regiões principais formam o Domínio 6. A primeira, a de maior expressão geográfica, está localizada na porção sudeste do Município, entre a PA-423 e a divisa com o

Município de Prainha, a sul da rodovia PA-254, possuindo uma superfície aproximada de 460 Km2. A segunda se situa na porção sudoeste, entre a PA-255 e o limite com o Município de Alenquer, englobando, entre outras, as vilas de Centro Grande e Vai-Quem-Quer, cobrindo uma superfície de 245 Km2. Finalmente, a terceira região está situada a oeste da sede municipal, numa distância máxima de 20 km daquele núcleo urbano, apresentando uma superfície aproximada de 50 Km².

Neste Domínio predominam arenitos quartzosos, em geral com matriz argilosa, granulometria fina a grossa, às vezes conglomerática. Normalmente, formam elevações de topo plano, com desníveis de até 150m em relação ao rio Amazonas. Ele apresenta favorabilidade para materiais de emprego imediato na construção civil, com destaque para os arenitos friáveis, com matriz argilosa, passíveis de serem utilizados na produção de argamassa, além dos níveis conglomeráticos, cujos seixos podem ser utilizados com agregado graúdo, em substituição à brita. Todavia, convém ressaltar que a lavra desses materiais, na cidade de Monte Alegre, está sendo efetuada de forma inadequada, sem nenhuma orientação técnica. A extração de areia é realizada na parte inferior de elevações com encostas abruptas, causando um solapamento acentuado, responsável por desmoronamentos, colocando em risco a segurança de pessoas residentes às proximidades das áreas de extração.

Deve ser ressaltado também a potencialidade do Domínio 6 para os recursos hídricos subterrâneos. Os estudos realizados pela CPRM permitiram a caracterização dos sistemas aquíferos da Formação Alter-do-Chão, considerando-a como de alta favorabilidade para a captação de água subterrânea, capaz de atender às grandes demandas que são exigidas para o abastecimento público.

Segundo a CPRM, é alta a favorabilidade para a captação de água subterrânea em Monte Alegre, como parte do sistema aquífero da formação Alter do Chão

Já o Domínio 7 compreende parte dos aluviões recentes distribuídos ao longo da planície de inundação dos rios Amazonas e Maicuru. Esse Domínio está bem caracterizado em três áreas principais, sendo que aquela de maior expressão geográfica está localizada no extremo sudeste do município, cobrindo uma superfície aproximada de 175 Km2. A segunda corresponde à planície de inundação do rio Maicuru, em seu baixo curso, (cerca de 150 Km²), enquanto o que a terceira área está representada pela planície aluvionar do igarapé Menino Deus, a oeste da sede municipal, cobrindo uma superfície aproximada de 9 Km².

Em todo o Domínio, ocorrem sedimentos atuais, representados pelas argilas das planícies de inundação e dos lagos, além dos cascalhos e das areias de leitos ativos de paleocanais. Ele apresenta favorabilidade para materiais de emprego imediato na construção civil, além de argilas, ocorrentes nas planícies aluviais, que poderão ser utilizadas na cerâmica vermelha, dependendo da realização de trabalhos de prospecção/pesquisa e ensaios tecnológicos. Os depósitos de areia e/ou cascalho, segundo a CPRM, ainda devem ser objeto de pesquisa, visando suas futuras utilizações na construção civil.

Na porção sudeste do Município, onde está localizada a maior área integrante do Domínio 7, existem extensas ocorrências de cascalho, entre as vilas de Pariçó e Piafu. Em contrapartida, os depósitos relacionados aos leitos ativos não devem ser utilizados, uma vez que suas lavras podem causar sérios problemas ambientais, estando sujeitas à legislação

ambiental específica. Apesar da recomendação, pequenos empreendimentos se instalaram no local para a exploração do produto, especialmente seixo.

A CPRM recomenda a realização de estudos detalhados que favoreçam a agricultura regional, incluindo as expectativas de demanda para fertilizantes e corretivos de solo. Também sugere estudos sobre as alternativas de geração de energia, as vias de escoamento e os meios de transporte, além de outros instrumentos essenciais para a alavancagem do desenvolvimento sustentável de toda a região, onde deverá estar incluído, brevemente, o imenso potencial mineral existente no Município de Monte Alegre.

6.4. PESCA

A pesca é outra dentre as várias atividades econômicas desenvolvidas em Monte Alegre que merece destaque, pela sua significativa influência na economia do município. Uma das regiões mais atuantes na atividade pesqueira é o Lago Grande de Monte Alegre, com 42 km de largura na direção Leste-Oeste, no auge do inverno. Ele está distante aproximadamente 65 km da cidade de Santarém.

Trata-se de um lago típico de várzea permanente, que sofre influência das águas dos rios Amazonas, Paytuna e Maicuru, estando, como tal, sujeito as oscilações de níveis de águas. Desse modo, sua área inundada aumenta de acordo com as enchentes do rio Amazonas e das chuvas no inverno. É uma região pródiga em peixes de varias espécies e em atividades decorrentes da captura dos mesmos.

O lago Grande de Monte Alegre é a principal região pesqueira do Município, mas seus recursos estão ficando escassos, principalmente pela pesca predatória. Os pescadores das comunidades da região denunciam a ação de geleiras e propõem a suspensão da atividade por um tempo, para revitalização de seus recursos Na cidade, o peixe ofertado à população ainda é abundante

A região do Lago Grande foi alvo de grande trabalho (Projeto Iara), realizado pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, na primeira metade da década de 1990, com famílias de pescadores residentes nas 31 comunidades localizadas às margens do lago e com outras residentes um pouco mais distantes, porém desenvolvendo atividades pesqueiras.

Nessas comunidades, em épocas remotas, a mulher participa ativamente das atividades de pesca. Atualmente, a mesma é predominantemente desenvolvida por homens (a não ser em casos de muita necessidade, ocasião em que as mulheres saem para pescar de caniço). É uma atividade diária, inclusive na época das cheias, quando o peixe se toma mais escasso, obrigando o pescador a dedicar mais tempo às pescarias.

Essa situação é comum na comunidade de Curicaca, onde o pescado destina-se exclusivamente à subsistência da população ribeirinha e é consumido fresco, no mesmo dia

de sua captura. Essa é a modalidade denominada pesca de subsistência, que visa principalmente, mas não exclusivamente, o abastecimento e o consumo dos pescadores e seus familiares, mas quando ocorrem pequenos excedentes de produção, os mesmos são comercializados. A chegada da energia elétrica 24h favoreceu a conservação do excedente pescado.

A prática de salga ou secagem de peixe não é costumeira, a não ser no caso do pirarucu, por ocasião das safras. Além da pesca de subsistência, que, via de regra, é praticada nos lagos de várzea, inclusive durante o verão, a região do Lago Grande de Monte Alegre conta com outra modalidade: a comercial. Esta é praticada fundamentalmente no período de seca, parte da produção é vendida para compradores que dispõem de embarcações providas de caixas de gelo, denominadas "geleiras" e a outra parte do peixe capturado é comercializada nos grandes centros urbanos, como Santarém, Macapá e Belém.

O Lago Grande de Monte Alegre abriga grande variedade de espécies de peixes. As pesquisas realizadas pelo Projeto Iara, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), registraram aproximadamente 30 categorias de peixes e uma de camarão, destacando-se o curimatã (*Prochilodus migricans*), o acari (*Hposarcus pardahs*) e a pescada (*Plagioscium spp*), seguidos pelo tambaqui (*Colossoma maeropomum*) e o surubim (*Pseudo platystoma spp*). Não há números oficiais disponíveis, mas a Colônia de Pescadores Z-11 estima que essa produção seja de 38 toneladas. Na avaliação da entidade, essa redução se deve à ação da pesca predatória e sem fiscalização dos últimos anos, principalmente na região do Lago Grande.

A falta de energia elétrica abundante e segura inibe a instalação de frigoríficos que façam o beneficiamento dessa produção. Dessa forma, o peixe de Monte Alegre é exportado *in natura* e vai gerar emprego e renda em outras cidades e estados para onde é vendido.

O município tem uma das maiores colônias de pescadores da região, a Colônia Z-11: são 6.000 profissionais. Desse universo, 4.200 são filiados à entidade. Em 2016, 4.200,00 deles foram beneficiados pelo Programa Seguro-Desemprego do Pescador, recebendo cada um o valor de R$ 3.520,00.

No período do defeso, de novembro a fevereiro, nove espécies de peixe são protegidas. Estima-se em seis mil os pescadores locais. Destes, 4.200 são filiados à Colônia local

As espécies protegidas são o tambaqui, jutuarana, pirapitinga, mapará, peixe-galinha, aracu, pacu, acari e a branquinha, nos meses de novembro a fevereiro.

Na etapa de reuniões comunitárias para a revisão do PDM, pescadores e suas famílias apontaram problemas graves decorrentes das atividades predatórias da pesca, especialmente na região do Lago Grande. É tão grave a situação que, no esforço de minimizar seus efeitos danosos, eles sugerem a interdição da pesca comercial por um período necessário à recomposição do lago e seus afluentes. Segundo as denúncias dos pescadores, a pesca predatória está ameaçando as principais espécies, que estariam com seus cardumes reduzidos. Propõem a moratória como medida para a revitalização do Lago Grande, inclusive com ações de repovoamento artificial; ou seja, com lançamento de alevinos das principais

espécies nas principais áreas que funcionam como berçários das espécies. Também sugerem a proibição da criação de búfalos justamente nos locais de berçários.

6.5. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O setor secundário sempre teve posição tímida, com pouco ou nenhum destaque na produção municipal. A falta de energia elétrica abundante e segura é apontada pelo Poder Público e empresários locais como a principal razão para a pouca atividade industrial em Monte Alegre, apesar da grande produção primária e de recursos naturais de valor inestimável existentes no município. Entre os anos de 2010 e 2014, a participação do setor na composição do PIB local foi decrescente: de 11% para 5,6%. Uma fábrica de produção de pré-moldados de cimento – hoje, com atividades reduzidas –, a construção civil, movelarias e pequenas olarias são as únicas a merecer destaque.

Ao contrário da indústria, o setor terciário sempre teve posição de destaque na economia municipal, ocupando historicamente a primeira posição na formação do PIB municipal, um quadro que se mantém inalterado desde o início dos anos 2000. De 2002 a 2010, a contribuição do setor para o PIB municipal foi expressivo: de 58,6% a 48,6%, uma redução que não afetou sua liderança. Quatro anos depois, o setor se recompôs e subiu para 54,3%.

Na cidade de Monte Alegre, o comércio tem força por causa da relação direta que tem com os produtores rurais. As lojas se concentram justamente no entorno do Bosque Dionísio Bentes, no bairro da Cidade Alta, que funciona como terminal de cargas e passageiros e central de comercialização, e na Avenida Presidente Vargas, no bairro da Cidade Baixa, por onde sai parte significativa da produção agrícola local.

As atividades comerciais desenvolvidas em Monte Alegre são bastante diversificadas e incluem a prestação de serviços. Segundo a Associação Comercial e Empresarial de Monte Alegre, o município tem cerca de 600 estabelecimentos comerciais, dentre os quais 541 são de pequeno porte e 59, de médio porte. Do total citado, elas se dividem pela metade entre aquelas legalmente constituídas e as que trabalham na informalidade.

A zona urbana, também de acordo coma entidade, abriga cerca de 70% desses estabelecimentos e a zona rural, 30%. O município utiliza transações comerciais nas modalidades de vendas no varejo e atacado, a vista e a prazo. A comercialização inclui, dentre outros produtos, gêneros alimentícios, artigos de vestuário, farmácia, perfumaria, armarinho, calçado, higiene e limpeza, livraria, papelaria, material de construção, eletroeletrônico, etc.

No que diz respeito ao comércio de prestação de serviços, o município é servido por quatro agências bancárias - Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará (Banpará), Bradesco e Banco da Amazônia (Basa), seis escritórios de contabilidade, nove hotéis e pousadas, cartórios de 1º e 2º ofícios, uma agência dos Correios e Telégrafos, e representações da concessionária de energia elétrica Celpa e da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), concessionária do serviço de água, além de barbearias, costureiras, salões de beleza, etc.

6.6. POTENCIALIDADE TURÍSTICA

Apesar de possuir um patrimônio natural e cultural rico e diversificado, Monte Alegre ainda não conseguiu transformar esses recursos em fonte de atração turística e em

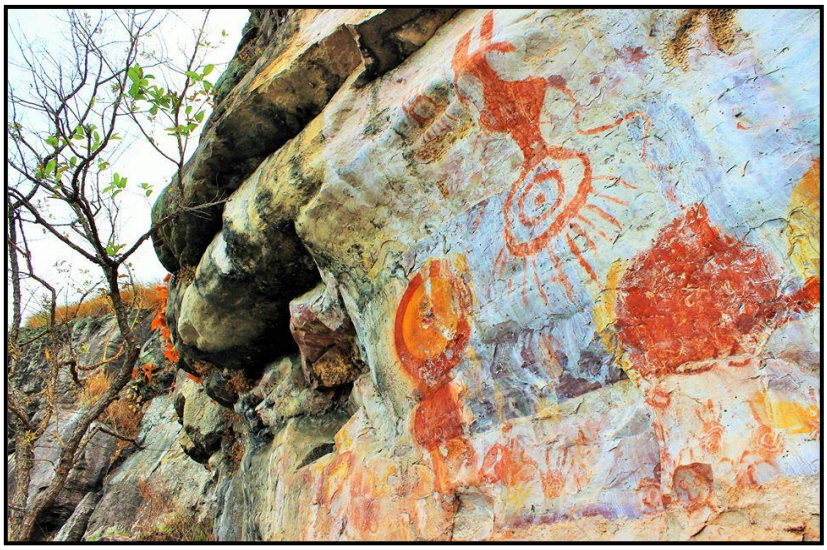
alternativa ao seu desenvolvimento. Aqui, o turismo ainda é incipiente, sem política pública voltada ao seu desenvolvimento e sem órgão público gestor efetivo.

O município de Monte Alegre é extremamente rico em recursos naturais, que constituem áreas de grande beleza cênica. Entre outros, destacam-se as florestas e savanas, os rios e lagos piscosos, os igarapés de águas frias, as belas cachoeiras e mirantes naturais, além das áreas de várzea, com suas exuberantes fauna e flora, constituindo ecossistemas bem preservados. Em adição, merecem também destaque o clima saudável, o artesanato diversificado, o rico folclore e a deliciosa cozinha regional.

Todavia, o maior potencial do município, com relação ao setor turístico, está representado pelas fontes termais sulfurosas da região do Ererê e, principalmente, pelo complexo de serras (Ererê, Aroxi e Paytuna), que abriga sítios arqueológicos com impressões da arte rupestre, registros cientificamente comprovados da mais remota ocupação humana na Amazônia e, possivelmente, nas Américas. Nesse contexto, a própria sede municipal e o seu entorno possuem inúmeros atrativos que podem ser aproveitados em prol da atividade turística, em função de suas importâncias histórico-cultural, contemplativa, científica ou de puro lazer.

Os recursos naturais disponíveis no município de Monte Alegre são classificados como atrativos histórico-culturais, físicos e biológicos, de acordo com suas respectivas potencialidades como fatores indutores de fluxo. Merecem, ainda, destaque as inúmeras manifestações culturais, representadas por festas populares, cívicas, religiosas, folclóricas e gastronômicas, além do artesanato e das comidas típicas.

Dentre os inúmeros atrativos histórico-culturais, merecem destaque os sítios arqueológicos e as pinturas rupestres, testemunhos da mais remota ocupação humana na Amazônia, quiçá, nas Américas. Os sítios mais conhecidos estão localizados na porção centro-sul do município, bem caracterizados no complexo constituído pelas serras da Lua, do Ererê, do Paytuna e do Aroxi, que formam, desde 2001, o Parque Estadual Monte Alegre, uma unidade de conservação de uso sustentável criada pelo governo do Estado.



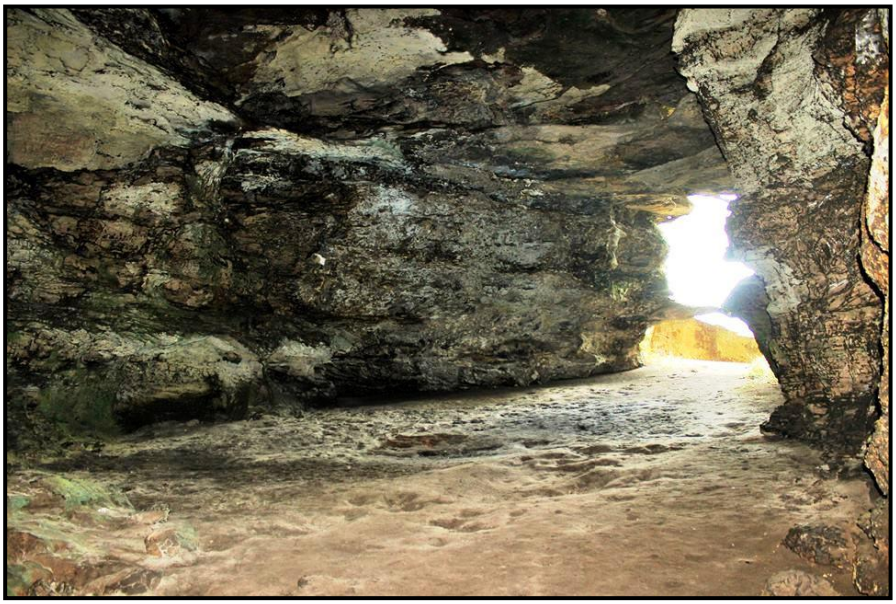
No Pema, criado em 2001, estão os sítios arqueológicos mais importantes da região, com marcas deixadas pelos mais antigos moradores da Amazônia, comprovadas por estudos arqueológicos

As áreas que contêm os sítios arqueológicos estão relacionadas a uma das mais proeminentes estruturas geológicas da bacia sedimentar do Médio-Baixo Amazonas, denominada Domo de Monte Alegre, localizado na porção centro-sul do município, a noroeste da sede municipal. A porção central do Domo, conhecida como Planície do Ererê, apresenta um relevo plano, coberto por vegetação tipo savana, circundada por um anel de serras, onde estão situadas as grutas com pinturas rupestres.

As rochas que compõem o Domo são do Período Paleozoico, representadas pelas formações Ererê, Curuá, Faro e Monte Alegre, com idades estimadas entre 380 e 350 milhões de anos, além da Formação Alter-do-Chão, do Período Terciário, iniciado há 65 milhões de anos. Os seis principais sítios arqueológicos estão associados às serras do Ererê, Lua,

Paytuna e Aroxi, localizadas a oeste-sudoeste da sede municipal, em distâncias que variam entre 12 a 15 km, em linha reta, cujo acesso é efetuado por via rodoviária, através da PA-255, que dá aceso à Colônia Agrícola Nacional do Pará (Canp), complementado por estradas vicinais e ramais.

Alguns dos atrativos histórico-culturais do município estão relacionados à serra do Ererê, um dos mais importantes acidentes geográficos da região. A serra do Ererê está localizada na porção centro-sul do município, a oeste da cidade de Monte Alegre, distante 12 km da mesma, em linha reta. Na serra do Ererê propriamente, os atrativos histórico-culturais, conhecidos, está representado pela gruta Itatupaoca ou gruta da Capela, localizada no lado sudeste da serra, a uma altitude aproximada de 215 m.



A caverna Itatupaoca ("Pedra da casa de Deus") é um dos importantes sítios arqueológicos do Pema, objeto de estudo da antropóloga Anna Roosevelt

A gruta Itatupaoca tem, em destaque, um grande salão abobadado, com 36m de extensão. Em 1991, a antropóloga norte-americana Anna Roosevelt encontrou no interior dessa gruta alguns fragmentos de cerâmica, relacionada a estágios culturais cerâmicos recentes, e descobertos alguns desenhos pintados e parcialmente recobertos por vegetação.

A serra da Lua é parte da serra do Ererê, estando localizada na extremidade sudoeste desta última. Nela, existem magníficos exemplos de pinturas policromas, a céu-aberto e no interior das grutas. As pinturas representam uma grande variedade de motivos, reproduzidos geralmente nas cores vermelha e amarela, mais raramente em marrom e branca. Entre os vários painéis a céu aberto, destaca-se um grande painel de pinturas rupestres, mostrando, entre outros, o desenho de um círculo com cerca de um metro de diâmetro, apresentando um núcleo amarelo-ocre e uma porção periférica vermelha. Esse desenho, que segundo os habitantes da região simboliza a lua, é responsável pela consagrada denominação de serra da Lua. Nesse painel, podem ser observados outros desenhos bastante nítidos, mostrando círculos concêntricos, com raios ou caudas, ou simples impressões de mãos, todos em pintura vermelha. Esse painel está localizado em um paredão, a cerca de 100m de desnível em relação à base da serra, sendo acossado através de um caminho bastante íngreme.

A serra do Paytuna está situada 2 km ao sul da serra do Ererê, com cerca de 3 km de extensão, largura média de l km e, aproximadamente, 200 m de altitude. É constituída por arenitos da Formação Ererê, apresentando encostas íngremes e declives acentuados; essas rochas acham-se freqüentemente fraturadas, sendo que as principais fraturas são responsáveis pelo controle de inúmeras grutas ou cavernas, as quais estão estruturadas segundo extensas e profundas fendas, que seccionam os arenitos que compõem a serra do Paytuna. A serra contém alguns dos mais importantes sítios arqueológicos da região, representados tanto nas grutas como em outras formas naturais, esculpidas pela erosão eólica, constituindo blocos líricos que recebem denominações diversas, distribuídos ao longo

das encostas e no topo da serra. Dentre as grutas encontradas na serra do Paytuna, destacam-se as grutas do Miritiepé, do Labirinto e da Pedra Pintada, enquanto os principais sítios líticos estão representados pela Pedra do Pilão, Pedra do Cogumelo e Pedra da Tartaruga, esta última localizada entre a serra do Paytuna e a serra do Ererê.

Dentre todos esses atrativos, somente a caverna da Pedra Pintada e a pedra do Pilão são consideradas como atrativos histórico-culturais, devido à presença de painéis com pinturas rupestres.

A caverna da Pedra Pintada é, inegavelmente, o mais importante atrativo histórico-cultural já identificado na região. Ela vem sendo objeto de estudo de inúmeros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, os quais, no entanto, sempre procuraram enfocar o registro, a localização e a descrição das pinturas rupestres, na referida gruta. A gruta está localizada no extremo sudeste da serra do Paytuna, com cerca de 120 m de altura em relação ao rio Amazonas. Apresenta-se sempre fresca e ventilada, bem iluminada, com acesso relativamente fácil, através de um ramal de estrada que leva diretamente à entrada principal.

A pedra do Pilão é parte integrante da serra do Paytuna. Ela representa uma monumental escultura natural. É uma das mais belas formas erosivas identificadas na região

A partir de 1991, a gruta foi alvo de estudos específicos da antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, que realizou escavações e estudos arqueobiológicos, complementados por datações radiocarbônicas. Esses trabalhos permitiram à pesquisadora documentar as principais fases ocupacionais hipotéticas para a região, possibilitando um melhor entendimento da evolução das culturas que aqui se desenvolveram, desde a chegada dos primeiros habitantes até aos dias atuais. Os fragmentos por ela encontrados foram datados com idades que variaram entre 500 anos e 11.100 anos.

Assim, de acordo com a descoberta arqueológica Anna Roosevelt, em Monte Alegre estão documentadas as melhores evidências acerca dos povos mais antigos que habitaram a região, provavelmente no final do Pleistoceno e início do Holoceno (épocas geológicas que compõem o Período Quaternário): os Paleoíndios Amazônicos.

A pedra do Pilão é parte integrante da serra do Paytuna. Ela representa uma monumental escultura natural, localizada na porção sul da referida serra, com cerca de 120 m acima do topo da mesma. É uma das mais belas formas erosivas identificadas na região, resultado de um processo de erosão eólica, aluando sobre os arenitos da Formação Ererê. A partir desse mirante natural, é possível uma visão panorâmica de toda a região, destacando-se, ao sul, o esplendor da área de várzea, com seus inúmeros lagos e, ao fundo, o rio Amazonas. Às proximidades desta, na encosta da serra do Paytuna, existe um grande painel, com magnífico exemplo de arte rupestre de Monte Alegre. Esse painel apresenta uma grande variedade de desenhos e figuras geométricas, com destaque para um conjunto de quadrados que se interceptam, lembrando um calendário do tempo.

Os sítios líticos representam aqueles locais onde são encontrados restos de artefatos indígenas, confeccionados em rochas e/ou minerais. Em Monte Alegre, merece destaque o

sítio identificado e estudado pela antropóloga Anna Roosevelt, na gruta da Pedra Pintada (Serra da Lua), onde foram encontrados, durante as escavações estratigráficas, objetos confeccionados em quartzo e calcedônia, representados, principalmente, por pontas de flechas e lâminas.

O Parque Estadual Monte Alegre foi, a partir de 2002, destino certo dos aventureiros do *Rallye Transamazone*, organizado por um clube europeu, com apoio dos governos estadual e municipal. Durante oito anos, eles visitaram Monte Alegre. Além deles, também todos os anos, outras dezenas de turistas visitam Monte Alegre.

Os sítios cerâmicos os locais onde ocorrem restos de cerâmica indígena, estando bem representados, entre outros, na serra do Ererê, onde foram descobertos fragmentos de cerâmica representativa de estágios culturais cerâmicos recentes. Na sede municipal, foram localizados sítios cerâmicos na Praça da Matriz e no morro do Surubeju, os quais, todavia, ainda não foram objeto de estudos específicos.

Os sítios com petróglifos, locais onde existem rochas com desenhos em baixo-relevo executados por primitivos habitantes da região, estão registrados em rochas na cachoeira da Muíra, no rio Maicuru.

Em Monte Alegre, entre os atrativos físicos, as bacias hidrográficas merecem destaque. No município, a rede hidrográfica é integrada por três grandes bacias, cujos principais cursos d'água são os rios Amazonas, Maicuru e Jauari, destaca-se como um dos mais importantes atrativos físicos do município de Monte Alegre. Além de grandes e belos rios, essas bacias possuem igarapés de águas frias e cristalinas, bem como lagos piscosos e de acentuada beleza cênica, com seus ecossistemas bem preservados.

Em Monte Alegre, além do potencial para diversos segmentos do ecoturismo, a bacia hidrográfica do Amazonas representa, também, um importante componente na economia do município e de toda a região, por sua contribuição significativa na produção de pescado. Já a bacia do Maicuru ocupa 75% de toda a área do município, distribuindo-se pelas porções norte e oeste, na divisa com Alenquer. O rio constitui o principal curso d'água, estando sua bacia confinada, integralmente, ao município de Monte Alegre. O médio e o alto cursos do rio Maicuru são praticamente inacessíveis à visitação, pela presença de inúmeras cachoeiras e corredeiras, obstáculos naturais à navegação. O seu baixo curso, ao contrário, pode ser facilmente acessado por embarcações de pequeno porte, a partir da sede municipal, através do Lago Grande de Monte Alegre, local onde o rio Maicuru deságua. No seu baixo curso, merece destaque a presença de inúmeros lagos de grande beleza cênica, ricos em peixes e propícios à observação de pássaros. Em 2015, um grupo de aventureiros percorreu essa região do Maicuru, em caiaques, como parte da Expedição Maicuru – Canoagem e Trekking no Coração da Amazônia. A bacia do rio Jauari está situada na porção leste do município, na divisa com Prainha, ocupando cerca de 10% da área total de Monte Alegre. O extremo norte dessa bacia (Serra do Jauari) é de difícil acesso, caracterizando uma região plana e elevada, com altitudes próximas dos 200 metros. Nela, além da beleza cênica, destaca-se a riqueza da fauna e da flora.

Além do potencial paisagístico, os lagos de Monte Alegre constituem locais propícios à prática da pesca esportiva, "camping", observação de pássaros e/ou vitória-régia. Cada um apresenta seu atrativo específico.

Localizado na porção centro sul do município, o Lago Grande ocupa uma posição de destaque em relação aos demais, sobretudo por suas excepcionais dimensões, chegando a atingir uma extensão de 40 km. Como um típico lago de várzea, mostra-se pouco profundo e com margens mal definidas, apresentando variações de forma e superfície, dependendo da época do ano. Tem como característica marcante a presença de águas de colorações

diferentes, sendo esbranquiçadas, barrentas, na porção sul, fornecidas pelo rio Amazonas, e límpidas na porção norte, recebidas do rio Maicuru. Além da presença abundante de peixes, destaca-se a grande quantidade de aves multicoloridas, em suas margens.

Outros lagos, que também constituem importantes atrativos ecoturísticos, são o Paracari, o Jacarecapá, o Branco, o Taxipá, o São João, o Jereriteua e o Maruim, na bacia do Amazonas, além dos lagos Maripá, Turará, Cojubim e Bom Jardim, na bacia do Maicuru, em seu baixo curso. Durante o período das enchentes, alguns lagos da bacia do Amazonas são invadidos completamente pelas águas do "grande rio", não mais podendo ser individualizado, a exemplo do que ocorre com os lagos Jereriteua e Maruim.

As cachoeiras representam, em Monte Alegre, acidentes geográficos de grande beleza cênica, com potencial para o ecoturismo. Aqui existem dezenas de cachoeiras, na bacia do Maicuru, notadamente ao longo do rio principal, em seus médio e alto cursos, em áreas de difícil acesso, sem ligação por via rodoviária. As cachoeiras Muíra e Pancada Grande, localizadas no baixo-médio curso, constituem, no entanto, exceções, podendo ser acessadas com relativa facilidade, por vias fluvial e terrestre.

A cachoeira do Ipixuna, no final da vicinal do Setor 2 da PA-254, é bela e um atrativo natural muito apreciado pelos moradores locais

Na região da serra do Itauajuri, ao norte da sede municipal, existem duas cachoeiras bastante conhecidas na região, com acesso relativamente fácil, que são as cachoeiras do Açu das Pedras e do Igarapé Anaí.

A mais conhecida cachoeira de toda a região é, inegavelmente, a cachoeira do Paraíso, localizada no vale homônimo, podendo ser considerada, inclusive, como um "produto ecoturístico", uma vez que o local já dispõe de uma incipiente infraestrutura, sendo visitado, todos os anos, por inúmeros turistas brasileiros e estrangeiros.

O vale do Paraíso está localizado na porção centro-oeste do município de Monte Alegre. Pertence à bacia do igarapé Ambrosinho, afluente do igarapé Ambrósio II, o qual, por sua vez, deságua no rio Maicuru. Muito embora geograficamente localizado no município de Monte Alegre, o vale do Paraíso recebe toda a sua infraestrutura turística a partir da cidade de Alenquer, vizinha a Monte Alegre. Na região do vale do Paraíso existem inúmeras cachoeiras, destacando-se, entre outras, as cachoeiras Véu de Noiva, Preciosa e Paraíso (a partir do Censo 2010, em acordo intermediado pelo IBGE, esta região passou a ser oficialmente reconhecida como do território de Alenquer).

Entre as formações rochosas existentes no município, merecem referência as grutas e os monólitos. As grutas do Labirinto e de Miritiepé estão localizadas na serra do Paytuna, a sudoeste da sede municipal, distante cerca de 40 km, por via rodoviária.

A gruta do Labirinto se situa no flanco oeste da serra, às proximidades da Pedra do Pilão. Destaca-se por sua beleza e mistério: seu piso superior apresenta um belo portal, a cerca de 30m, na encosta da serra, bem como um exótico salão, com meio teto iluminado por uma tênue luz azulada. A gruta do Miritiepé se situa no flanco noroeste da serra do Paytuna. Ela possui um corredor a céu aberto, entradas e salões. As duas grutas representam importantes atrativos para alguns segmentos do ecoturismo, principalmente aos aficionados da Espeleologia.

Os monólitos da região de Monte Alegre representam formas rochosas com aparências exóticas, resultantes de um processo de erosão eólica, atuando sobre os arenitos

da Formação Ererê. As formas esculpidas lembram figuras que se assemelham a animais ou plantas que, em função dessas semelhanças, receberam denominações que acabaram consagradas pelo uso. No município de Monte Alegre, entre os monólitos mais conhecidos, destacam-se a Pedra da Tartaruga, localizada entre as serras do Ererê, do Paytuna, e a Pedra do Cogumelo, no flanco oeste da serra do Paytuna. Ambas representam, inegavelmente, curiosidades geológicas que constituem excelentes atrativos para o turismo contemplativo.

Monte Alegre, também conhecida como Terra dos Mirantes, tem como característica a extrema beleza paisagística de seu meio físico, representado pelos rios, lagos, serras, florestas, savanas, etc. Toda essa beleza natural pode ser observada, às vezes em conjunto, a partir de locais privilegiados, geralmente situados em pontos elevados, genericamente denominados de mirantes naturais. Entre estes, destacam-se a Pedra do Mirante, a Serra de Itauajuri, o Bar do Mirante, a Serra Oriental e a Serra Ocidental, os três últimos situados na sede do município.

A Serra de Itauajuri está localizada ao Norte da cidade de Monte Alegre, distante cerca de 15 km (em linha reta), sendo facilmente acessada através da rodovia PA-423. Representa uma das mais expressivas feições topográficas da região, com altitudes que alcançam 400m. Do alto da serra pode ser contemplada toda a exuberante paisagem da região, o que a toma um importante atrativo para o turismo contemplativo. Deve ser ressaltada, também, a presença de belas cachoeiras na região da serra do Itauajuri, como a do igarapé Anaí e do igarapé Açu das Pedras, já antes mencionadas.

Completando o elenco de atrativos físicos disponíveis no município de Monte Alegre, merecem destaque especial as fontes termais sulfurosas, localizadas na planície do Ererê, porção central do Domo de Monte Alegre, distante cerca de 13 km a noroeste da sede municipal, com fácil acesso através da rodovia PA-255. Em 1957, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) publicou o resultado da análise realizada em uma amostra de água, procedente da fonte sulfurosa do Menino Deus, em Monte Alegre. Ela foi classificada como "água mineral alcalinobicarbonatada, sulfurosa e isotermal", de acordo com o Código de Águas Minerais, vigente àquela época, sendo ressaltadas, ainda, suas propriedades terapêuticas e sua temperatura fixa, de 36°.

A par de suas propriedades físicas, físico-químicas e químicas, determinadas, principalmente, através das análises efetuadas pelo DNPM, as águas termais sulfurosas de Monte Alegre poderiam ser aproveitadas em balneoterapia, desde que aqueles resultados fossem confirmados por análises mais completas e rigorosas (incluindo radioatividade), complementadas por orientações de médicos especialistas. Deve ser ressaltada, também, a necessidade de estudos técnicos sobre vazões, captações adequadas, natureza das fontes e extensão das áreas mineralizadas, a fim de definir o real potencial das fontes termais sulfurosas, visando o futuro aproveitamento comercial das mesmas, em larga escala.

Apesar de ser um importante atrativo turístico municipal, as fontes termal-sulfurosas do Menino Deus estão abandonadas. As tentativas de parceria do Poder Público com empresários locais, com o intuito de transformá-las em oportunidade de atração de turistas, não deram certo. Ainda hoje aguardam investimentos privados, ou públicos.

Finalmente, entre os atrativos biológicos estão as várzeas, as savanas e as florestas. As várzeas são as áreas submetidas às inundações temporárias do rio Amazonas e afluentes, bem caracterizadas na porção sul do município, cobrindo uma superfície aproximada de 800 km, tendo como principais características o relevo plano e rebaixado, os solos férteis e a acentuada beleza natural. De uma maneira geral, a várzea é constituída pela justaposição de ilhas, cordões fluviais e diques marginais, entrecortados por lagos, rios, furos e igarapés, que

se interligam, compondo um cenário de excepcional beleza cênica, com seu ecossistema ainda bem preservado. Por se tratar de um ecossistema frágil, as questões ambientais assumem uma importância fundamental, nas áreas de várzea, a fim de que seja evitada a sua degradação. A vegetação típica está representada por gramíneas, que compõem os campos naturais, secundadas pela floresta aluvial ou "mata-de-várzea". A fauna, bastante rica e diversificada, é composta por grande variedade de pássaros, primatas e répteis, entre outros. A várzea, além da beleza cênica, é detentora de uma porção considerável da biodiversidade regional, apresentando grande potencial para o turismo contemplativo (observação de pássaros, botos e tabuleiros de quelônios), pesca esportiva e “camping", entre outros segmentos do ecoturismo.

A vegetação de savana predomina na região conhecida por Desterro, próximo ao complexo de serras Ererê-Paytuna. É uma bela atração natural

As savanas compreendem áreas recobertas por vegetação de porte médio, com alturas variando entre 4 a 7m, onde predominam tipos tortuosos, arbustivos, dispersos sobre uma cobertura contínua de gramíneas. Embora se desenvolva em várias regiões do município, a mais típica área de ocorrência de savana situa-se na porção central do domo de Monte Alegre, conhecida como planície do Ererê ou campo do Desterro, próximo à sede municipal, com fácil acesso através da PA-255 e estradas vicinais. Trata-se de uma região de topografia plana, com solos pouco desenvolvidos, assentados diretamente sobre rocha fresca. O binômio relevo-vegetação é responsável pela incrível beleza cênica do campo do Desterro, com destaque para as diferentes tonalidades do verde, notadamente na estação chuvosa quando as gramíneas cobrem o campo com um verdadeiro "tapete verde". Complementando a paisagem, destacam-se, no entorno do cerrado da região do Ererê, as serras que compõem a porção externa do domo de Monte Alegre. Além da beleza cênica, a savana representa um ecossistema bem preservado, constituindo um atrativo para diversos segmentos do ecoturismo.

As áreas de floresta ocupam cerca de 60% do espaço físico de Monte Alegre, distribuídas, principalmente, nas porções central e setentrional do município. A Floresta Tropical Densa é o ecossistema dominante, com suas fauna e flora exuberantes. Considerando que a floresta se desenvolve notadamente em áreas ínvias, sem nenhuma infraestrutura de acesso, toma-se impraticável para a visitação de turistas.

Os garçais - habitat natural das garças, aves que se destacam entre os mais belos representantes da fauna regional – representam importantes atrativos biológicos para o turismo contemplativo, estando distribuídos em várias áreas do município, notadamente na porção sul, nas margens dos lagos, rios e furos que integram a região da várzea. Entre outros, destacam-se os garçais das regiões do rio Paytuna (outra denominação empregada para o rio Maicuru, em seu baixo curso) e dos lagos Jereriteua, Maruim e Grande. Um dos mais conhecidos garçais de Monte Alegre está localizado na própria sede municipal, próximo

às margens do paraná do Gurupatuba, mais precisamente na serra Ocidental. Ali, diariamente, ao entardecer, centenas de garças chegam em revoada, pousando sobre a serra, a fim de passar a noite naquele ninhal. Ao alvorecer, elas partem novamente em bandos, numa repetição do espetáculo anterior. Mas, sem o controle e a fiscalização do Poder Público, houve avanço na ocupação humana, ocasionando a redução no número de pássaros.

A presença de botos também se constitui em um forte atrativo ao turismo contemplativo. Esses grandes mamíferos aquáticos podem ser observados diariamente, a qualquer hora, ao longo de todo o paraná do Gurupatuba, que passa em frente à cidade de Monte Alegre.

No município de Monte Alegre, dentre os inúmeros atrativos passíveis de serem utilizados para as atividades esportivas, destacam-se as áreas para pesca, montanhismo, rapel e canoagem, entre outras. A presença de rios e lagos piscosos é indicativo do grande potencial do município para o desenvolvimento da pesca esportiva, inegavelmente um importante segmento do ecoturismo. Dentre os espécimes mais importantes, destacam-se o tucunaré, o tambaqui, o surubim e a pescada branca, além de peixes de grande porte, como o pirarucu e a pirarara.

Algumas das serras anteriormente citadas como atrativos histórico-culturais ou atrativos físicos também podem ser consideradas para a prática de montanhismo e rapel, com destaque para a serra do Ererê, que atinge altitudes máximas de 220m, com encostas abruptas, às vezes formando paredões de até 100m de altura. A serra do Paytuna também oferece condições para a prática dos referidos esportes, apresentando altura aproximada de 200m, com encostas íngremes e declives acentuados. Da mesma maneira, deve ser considerada a serra de Itauajuri, que atinge altitudes de até 400 m, com destaque para as bordas sul e oeste, fortemente escarpadas.

Notadamente na época de verão, o rio Maicuru apresenta alguns trechos de difícil navegabilidade, devido à presença de inúmeras corredeiras e cachoeiras. Um desses trechos, localizado em uma área que pode ser alcançada através da PA-254, situa-se às proximidades da referida rodovia, entre os igarapés Fartura e Ipixuna, onde existem as corredeiras Fartura, Panacum e Lontra, entre outras. Por sua relativa proximidade em relação à sede municipal, esse trecho do rio Maicuru poderia ser aproveitado para a prática da canoagem, pelos adeptos desse esporte radical.

Em 2015, um grupo de aventureiros percorreu parte do rio Maicuru em caiaques. A Expedição Maicuru foi o primeiro evento do tipo, comprovando mais uma opção para o turismo e os esportes radicais em Monte Alegre

Finalmente, entre os atrativos turísticos, também devem ser citadas as inúmeras festas religiosas promovidas em Monte Alegre, como a tradicional a Festa de São João, na vila do Airi, e ainda as festas de Santa Maria, na vila do Pariçó, de Santo Antônio, em várias comunidades, de São Pedro e a de Nossa Senhora do Livramento, no bairro do Surubeju, e a de São Raimundo Nonato, na vila da Canp. Mas a maior de todas é aquela realizada em homenagem a São Francisco de Assis, padroeiro de Monte Alegre.

O artesanato de Monte Alegre, rico e diversificado, inclui atividades de tecelagem de palha, reciclagem de esteira, trabalhos em balata, argila, taboca e crochê, além das famosas cuias pintadas, uma tradição que remonta ao século XVII. Na sede municipal, o destaque é para o artesanato em balata, com a confecção de pequenos animais (macaco, cavalo, boi, cobra, boto, etc.) Na vila do Pariçó, destaca-se a confecção de cuias pintadas, esteiras de junco e taboa (um tipo de palmeira da região), trabalhos em argila vermelha (panelinhas, vasos, caretas, etc.), em raízes e palhas, plantas desidratadas, reciclagem com a utilização de envira (fibra vegetal): chapéus, bolsas e roupas, além de trabalhos em crochê. Nas vilas de Jurunduba e Juçarateua, próximas ao Pariçó, destacam-se o artesanato em palha (cestas, bolsas e chapéus) e em taboca (vasos, cinzeiros, etc.). Na vila do Airi, além da produção de farinha-de-mandioca, destaca-se o artesanato com telas e cipós, produzindo paneiros e peneiras, em geral sob encomenda. Na região da várzea, com destaque para o Lago Grande, o artesanato está representado, principalmente, pela confecção de redes de pesca.

A cidade tem oito hotéis, com capacidade para 41 camas, e onze restaurantes e churrascarias. É dotada de terminal hidroviário e aeroporto, mas ainda não possui agência de turismo, apenas guias.

Este é o retrato mais atualizado do Município de Monte Alegre, considerado o berço das civilizações da Amazônia

Monte Alegre (PA), setembro de 2017.

PARTE II – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

1. CENÁRIOS ALTERNATIVOS

1.1. CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Três elementos são fundamentais e decisivos à construção de cenários alternativos ao Município de Monte Alegre: energia elétrica da Hidrelétrica de Tucuruí, exploração dos recursos minerais e exploração dos recursos florestais.

1.2. CENÁRIOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

1.2.1. Energia da Hidrelétrica de Tucuruí:

O rebaixamento da tensão elétrica da linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Tucuruí, uma promessa que se aproxima de uma década ainda sem realização, será capaz de causar impactos altamente positivos ao Município de Monte Alegre.

O linhão de transmissão já é uma realidade: ele passa sobre o território montealegrense, ao longo da rodovia estadual PA-254, mas ainda não chega a nenhuma residência, comércio ou pequena indústria de Monte Alegre. Sem o rebaixamento da tensão elétrica de 500kv (Quilovolt) do linhão, a energia não poderá ser consumida localmente. Essa tensão elétrica precisa ser rebaixada para 138kv, o que já acontece na cidade de Oriximiná, onde a usina de rebaixamento foi construída, mas ainda não distribuída aos demais municípios na margem esquerda do rio Amazonas. A última previsão de conclusão da obra foi agosto de 2017. Nada disso aconteceu. Os problemas na geração e distribuição de energia elétrica em Monte Alegre é uma história antiga.

A chegada da energia elétrica de Tucuruí provocaria as mudanças impressionantes que se vê nas cidades onde isso já aconteceu. Santarém e Itaituba, sob os efeitos do projeto Tramoeste, que levou a energia de Tucuruí para as regiões da rodovia Transamazônica e do rio Tapajós, na etapa final da década de 1990, viveram os impactos positivos da energia segura e constante. O que se espera para Monte Alegre é que essa mesma energia elétrica seja a indutora do desenvolvimento local. Com energia elétrica segura e constante, é possível a instalação e funcionamento de indústrias, especialmente aquelas associadas aos fartos produtos primários locais.

1.2.2. Exploração dos recursos minerais:

Como demonstro a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no final dos anos 1970, através do Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (CPRM/Primaz/1979), Monte Alegre tem um subsolo rico e diversificado em recursos minerais, como sulfetos de metais-base e urânio, calcário para a indústria cimenteira e/ou para corretivo de solos, pedras ornamentais, cantaria e brita, materiais de emprego imediato na construção civil e, principalmente, fosfato para insumo agrícola, a partir das imensas reservas de minério fosfatado. A empresa também registrou ocorrência de molibdênio, estanho, argila, quartzo, ametista, ouro, enxofre, cobre, titânio, cassiterita e chumbo. Mas as restrições no fornecimento de energia elétrica foram apontadas como elemento que desestimularam qualquer investimento na exploração desses recursos.

Na década passada, a Camargo Correia Cimentos Ltda. pretendeu instalar uma fábrica em Monte Alegre para explorar as reserva de calcário e produzir de cimento; a Companhia Agroindustrial de Monte Alegre (Caima) se instalou em Monte Alegre, nos anos 1980, com o mesmo objetivo, mas sem a garantia de energia segura, foram projetos que não saíram do papel. Com a chegada da energia de Tucuruí em Itaituba, a Caima se instalou naquele Município, onde hoje produz cimento.

Uma jazida de bauxita de 5,2 bilhões de toneladas, localiza em território limítrofe entre os municípios de Monte Alegre e Alenquer, foi alvo de disputa entre grandes mineradoras. Hoje, a concessão mineral para exploração está nas mãos da Rio Tinto, mineradora australiana.

Não há dúvidas de que a disponibilidade de energia elétrica alavancará o desenvolvimento municipal a partir da exploração dos recursos minerais locais. Este é um cenário exequível.

1.2.3 Exploração de recursos madeireiros:

A criação, pelo governo do Estado, em 2006, de um mosaico de unidades de conservação, com área de 12,8 milhões de hectares, representa a maior área de floresta tropical contínua do Planeta. Nesta, destaca-se a Floresta Estadual (Flota) Paru, uma unidade de uso sustentável de 3,6 milhões de hectares. Desse total, 720 mil/ha estão dentro do território de Monte Alegre.

Sendo uma unidade de uso sustentável, ela favorece o extrativismo vegetal. E é isso o que vem acontecendo. Para início da exploração da Flota Paru, o Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor), lançou edital de licitação do tipo concorrência, em 2013, disponibilizando 108,5 mil hectares para a exploração sustentável de madeira, distribuídos em três unidades de manejo florestal (UMF's), todas em Monte Alegre, conforme previsão contida no Plano Anual de Outorga Florestal (POAF). Dois anos antes (2011), também através de licitação do tipo concorrência, outras quatro UMF's já haviam sido contratadas com a mesma finalidade, de acordo com informações fornecidas pelo Ideflor. Ao todo, em território de Monte Alegre, sete UMF's estão liberadas para exploração florestal sustentável, totalizando 244,7 mil hectares.

Ate agora, no entanto, o impacto positivo dessa atividade foi próximo de zero. Milhares de árvores foram abatidas, transformadas em toras e levadas para outros municípios, deixando de gerar empregos, renda e receita ao Município de Monte Alegre, negando a promessa inicial. E a argumentação foi exatamente a de que o Município não dispõe de energia elétrica segura e abundante o suficiente para fazer funcionar as unidades de beneficiamento de toda a madeira cortada.

Com a energia elétrica de Tucuruí em Monte Alegre, estarão dadas todas as condições primárias para a instalação das unidades industriais necessárias ao beneficiamento da madeira cortada nas florestas da Flota Paru em território montealegrense. Não mais faltará madeira para as movelarias locais, que reclamam da dificuldade de conseguir matéria prima para suas produções, estimulando a criação de uma cadeia produtiva associada à produção de madeira em Monte Alegre.

PARTE III – PROPOSTAS

1. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:

- Geração de emprego e renda;
- Redução das desigualdades sociais e regionais;

- Qualidade e eficiência nos serviços de saúde e educação;
- Proteção ao meio ambiente;
- Direito à moradia, à segurança, à alimentação saudável e à cultura.

2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

2.1. POLÍTICA HABITACIONAL:

- Elaboração e implementação de um Plano Habitacional de Interesse Social, conforme estabelecido no artigo 12 da Lei 11.124/05, obedecendo aos seguintes procedimentos:

  a) criação de um fundo municipal, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a Política de Habitação de Interesse Social e a receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

  b) constituição de um conselho municipal composto por representantes da área de habitação da sociedade civil, de organismos públicos e privados.
- Definição de zonas especiais de interesse social (ZEIS), conforme Mapa de Zoneamento Urbano anexo a esta lei (Mapa nº. 05), para a promoção de habitação de interesse social, reurbanização e regularização fundiária de áreas com moradias precárias ocupadas por população de baixa renda;
- Garantia da função social da propriedade, com a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos nos artigos 2º e 4º da Lei 10.257;
- Remanejamento de habitações localizadas em áreas de risco, como encostas de serras, áreas alagáveis e adjacências de voçorocas, realocando-as em zonas especiais de interesse social;
- Estabelecimento de parâmetros físicos de moradia social, índices urbanísticos e de procedimentos de aprovação de projetos, de forma a facilitar a produção habitacional pela iniciativa privada;
- Otimização da infraestrutura e a redução dos custos de urbanização dos programas habitacionais;
- Estímulo à realização de parcerias com instituições governamentais e não governamentais e a iniciativa privada para desenvolvimento de alternativas de menor custo e maior qualidade e produtividade das edificações residenciais;
- Integração dos três níveis de governo para a formulação de um plano de ação conjunta para a promoção de Habitação de Interesse Social no Município.

2.2. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Proposição de convênio de cooperação técnica com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para a fixação do novo perímetro urbano da cidade de Monte Alegre, definição da nova légua patrimonial do Município e regularização não onerosa das terras pertencentes ao Estado;
- Proposição de convênio de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a fixação do novo perímetro urbano da cidade de Monte Alegre, definição da nova légua patrimonial e regularização não onerosa das terras pertencentes à União;

- Criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), permitindo a regularização fundiária de assentamentos espontâneos na zona urbana;
- Criação de formas de gestão e de participação da população nos processos de delimitação, implementação e manutenção das áreas com assentamentos espontâneos;
- Definição das normas de uso e ocupação do solo que orientarão o desenvolvimento urbano nas áreas de assentamento espontâneo;
- Demarcação do sistema viário das áreas caracterizadas como de assentamento espontâneo e elaboração do respectivo projeto de parcelamento do solo, observada a tipologia local;
- Promoção da regularização fundiária que objetive a titulação da propriedade aos ocupantes dos lotes resultantes do projeto de parcelamento do solo;
- Formas de participação da iniciativa privada, em especial dos proprietários de terrenos, cartórios do registro imobiliário e das associações de moradores na viabilização do processo;

2.3. POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL:

- Controle e a fiscalização dos processos de geração de resíduos sólidos, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas;
- Ampliação do sistema de coleta de resíduos sólidos para atender a região urbana e comunidades-polo;
- Promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos;
- Estímulo aos munícipes, por meio de processo educativo e de informação, para participarem na minimização dos resíduos e controle dos serviços;
- Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

2.4. TRANSPORTE, MOBILIDADE E TRÂNSITO:

- Redução da necessidade de deslocamentos;
- Garantia de fluidez no trânsito com os níveis de segurança definidos pela comunidade técnica;
- Garantia da universalidade do transporte público;
- Garantia de logística empresarial no sistema de mobilidade urbana, no transporte de cargas e mercadorias,
- Promoção da acessibilidade a pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida;
- Adaptação do sistema de transporte coletivo, garantindo eficiência operacional, segurança, conforto e qualidade ambiental;
- Qualificação da hierarquização urbana nos corredores de transporte coletivo;
- Reordenamento do tráfego de cargas perigosas e superdimensionadas;

- Promoção da integração do sistema de mobilidade urbana municipal às redes regionais de transporte, priorizando os modos rodoviário e hidroviário, intra e intermunicipais, que congregam o transporte coletivo nos seus modos mais importantes.

2.5. EDUCAÇÃO

- Elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação, com definição de programas, projetos e ações estratégicas para a execução da política de Educação;
- Garantia do direito ao ensino básico a todos os cidadãos, inclusive aos portadores de necessidades especiais, em igualdade de oportunidade e acesso;
- Melhoria permanente da qualidade do ensino municipal;
- Redução da evasão e da repetência escolar;
- Formação continuada aos docentes e corpo técnico administrativo da rede municipal de ensino;
- Ampliação e melhoria da infraestrutura física da educação municipal, com a instalação de equipamentos, recursos e materiais básicos necessários à prática do bom ensino, assim como às atividades esportivas, culturais e de lazer;
- Adequação da estrutura física das escolas para atender alunos com necessidades especiais (rampas, banheiros, etc.);
- Adoção de programa que estimule relação interativa da escola com a família e a comunidade, com a abertura para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos, palestras, integrando os moradores do bairro em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte;
- Modernização da gestão escolar, inclusive com a informatização das secretarias das escolas;
- Estímulo à produção e uso de material didático regionalizado, com conteúdo adaptado à dinâmica municipal e à realidade dos alunos;
- Estímulo a políticas públicas que levem à erradicação do analfabetismo no município;
- Democratização na gestão da educação.

2.6. SAÚDE

- Implementação do Plano Municipal de Saúde, com definição de programas, projetos e ações estratégicas para a execução da política de saúde;
- Descentralização dos serviços, com direção única da Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde;
- Atendimento integral à população, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- Participação da sociedade na elaboração, fiscalização e avaliação das estratégias e ações de saúde do Município, através de conferencias municipais de saúde;
- Adequação dos serviços sanitários às demandas epidemiológicas;
- Disponibilidade à população de serviços de saúde com qualidade progressiva, acesso fácil e em todos os níveis de atenção;

- Integração articulada das três esferas de governo no planejamento, financiamento e execução do Sistema Único de Saúde;
- Garantia de acesso gratuito aos serviços de saúde a todo cidadão.

2.7. ASSISTÊNCIA

- Adequação da Política de Assistência Social do Município ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Garantia de condições dignas de acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Articulação com outros níveis de governo ou com entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de Assistência Social;
- Desenvolvimento de ações para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Integração de ações conjuntas às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia e universalização dos direitos sociais e ao provimento de condições para atender às demandas sociais.

2.8. ECONOMIA

- Planejamento estratégico participativo de desenvolvimento socioeconômico, de forma articulada com as políticas econômicas e sociais das esferas estadual e nacional de governo;
- Adoção de políticas públicas cujas ações valorizem economicamente os produtos locais, os recursos naturais e humanos, as manifestações culturais e desportivas;
- Desconcentração espacial das atividades econômicas, para a localização estratégica e melhor distribuição dos empreendimentos produtivos no espaço municipal;
- Formação de parcerias e formalização de convênios de cooperação técnica e financeira com organismos nacionais e internacionais, instituições financeiras, iniciativa privada, organizações não governamentais, governos estadual e federal, que visem atrair investimentos e o financiamento de projetos prioritários;
- Promoção de mudanças na base produtiva para a diversificação e verticalização da produção, bem como para a redução da crescente pressão sobre os recursos naturais do Município e região;
- Incorporação e desenvolvimento de conhecimento científico, tecnológico e de técnicas modernas de gestão e produção de forma harmoniosa com aquelas tradicionalmente utilizadas no processo econômico local, viabilizando a socialização desse conhecimento junto às populações tradicionais;
- Pesquisa, conhecimento e organização das atividades econômicas dos mercados formal e informal;
- Modernização, informatização e manutenção do Sistema Tributário Municipal;
- Incentivo à implantação de políticas econômicas de investimentos, de incentivos fiscais e linhas de crédito;

- Desenvolvimento do Programa Desenvolvimento Econômico Comunitário, ou ação semelhante;
- Criação e/ou adoção de desenvolvimento de programas de certificação ambiental;
- Utilização econômica racional dos recursos naturais;
- Avaliação e monitoramento permanentes dos impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais gerados pelos setores da economia do Município.

3. LINHAS ESTRATÉGICAS (LE)

3.1. LE 1 – DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS

Sem prejuízo das atividades agropecuárias hoje predominantes, estimular e apoiar mecanismos que permitam a exploração e o uso sustentável dos recursos minerais e florestais disponíveis no Município, incentivando a criação de cadeias produtivas para favorecer a geração de emprego de mais renda aos trabalhadores e receitas à Municipalidade.

3.2. LE 2 – RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL

Criar mecanismos legais de incentivo à proteção e restauro dos casarões históricos ainda existentes na área histórica da cidade de Monte Alegre e promover o resgate das tradições folclóricas municipais, protegendo-as e incentivando sua divulgação.

3.3. LE 3 – CONDIÇÕES DIGNAS DE HABITABILDIADE PARA TODOS

Criar os instrumentos legais ainda pendentes junto ao Programa Nacional de Habitação de Interesse Social, permitindo ao Município regularizar-se para ter acesso às políticas de habitação digna para todos, com regularização fundiária dos assentamentos espontâneos e instalação dos equipamentos indispensáveis à habitabilidade de qualidade para todos.

3.4. LE 4 – ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO OU REQUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS

Atualização e execução da legislação municipal relativa ao uso e ocupação do solo urbano e às obras e edificação, constantes da lei 10.257/2001 e previstas do Plano Diretor Municipal, para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, assim como para o planejamento, controle e promoção do desenvolvimento urbano, com prioridade às áreas habitadas a partir de assentamento espontâneo.

3.5. LE 5 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO

Criar programas que levem às áreas urbanas mais carentes, especialmente os assentamentos espontâneos, obras de infraestrutura, como redes de drenagem pavimentação asfáltica e distribuição de água potável, e serviços essenciais ao bem estar da população.

3.6. LE 6 – PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

Criar programa de formação continuada aos professores da rede municipal de ensino, assim como mecanismos de avaliação dos resultados escolares, procurando aperfeiçoar a metodologia do ensino e as práticas pedagógicas comprovadamente positivas, com vista à promoção da do bom ensino e da qualidade da educação.

3.7. LE 7 – SERVIÇOS DE SAÚDE UNIVERSALIZADOS COM QUALIDADE

Buscar parcerias institucionais e recursos necessários à construção de um novo hospital municipal, aparelhado e com profissionais qualificados ao bom atendimento à população, assim como fortalecer e melhorar a qualidade dos serviços de saúde municipais na cidade e na zona rural, garantindo a todos saúde de qualidade.

3.8. LE 8 – ACESSO A OPORTUNIDADES DE CULTURA, ESPORTE, ENTRETENIMENTO E LAZER PARA TODOS

Criar política municipal que promova a cultura, o esporte e o lazer como práticas de promoção e inclusão social, inclusive a construção de equipamentos para a prática de atividades afins que possibilite entretenimento e diversão a todos.

LE 9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

Exercitar o sistema de planejamento e gestão municipal proposto pelo Plano Diretor Municipal, com estímulo à livre participação popular, buscando seu aperfeiçoamento permanente.

3.9. LE 10 – FORTALECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL – PARTICIPAÇÃO POPULAR

Estimular a população e suas entidades civis à participação em todas as instâncias e eventos voltados à discussão, elaboração e à avaliação das políticas públicas, muito especialmente naquelas associadas ao planejamento orçamentário e ao desenvolvimento municipal.

4. PROGRAMAS DE AÇÃO (PA)

PA 1 – Implantar o Sistema de Planejamento e Gestão

PA 2 – Apoiar a regulamentação, funcionamento, ou criar Conselho de Desenvolvimento Municipal para a implementação do Plano Diretor

PA 3 – Adequar a infraestrutura administrativa e os quadros de pessoal da Prefeitura Municipal ao Sistema de Planejamento e Gestão

PA 4 – Promover capacitação continuada das equipes da Administração Municipal para o cumprimento das funções propostas pelo Sistema de Planejamento e Gestão

PA 5 – Estruturar e manter atualizado o Sistema Municipal de Informações

PA 6 – Manter cadastros atualizados para facilitar a fiscalização

PA 7 – Definir unidades de planejamento territorial e ambiental do Município, com base nas microbacias hidrográficas;

PA 8 – Fortalecer e integrar as diferentes áreas da fiscalização municipal;

PA 9 – Ampliar a capacidade de arrecadação própria do Município;

PA 10 – Fomentar a regularização fundiária urbana e edilícia dos imóveis;

PA 11 – Fomentar a melhoria da infraestrutura e a capacitação do sistema policial;

PA 12 – Fomentar o fortalecimento da sociedade organizada em associação de moradores, produtores, cooperativas e associações, e sua participação no processo decisório por meio da prática do planejamento participativo;

PA 13 – Promover a descentralização da administração municipal para os diferentes núcleos urbanos;

PA 14 – Prover condições para o fortalecimento da atuação dos diversos conselhos municipais instituídos e regulamentados;

PA 15 – Fortalecer parcerias com os municípios vizinhos para o desenvolvimento conjunto de ações de interesse comum;

PA 6 – Garantir transparência na divulgação das ações da gestão municipal.

5. ORDENAMENTO TERRITORIAL

5.1. MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO

5.1.1. Macrozonas Urbanas:

A Macrozona de Estruturação Urbana será composta de:

- Área do Perímetro Histórico (APH);
- Área de Uso Consolidado (AUC);
- Área de Consolidação Urbana (ACU);
- Área de Urbanização Restrita (AUR);
- Área de Expansão Urbana (AEU).

A zona urbana de Monte Alegre mantém seus quinze bairros e a ela serão acrescidos dois outros. No prazo de dois anos, lei específica definirá os limites dos bairros criados ou ratificados.

5.1.2. Macrozona Rural

Além das macrozonas já definidas por legislações estadual e federal, correspondentes às unidades de conservação e terras indígenas, a zona rural será constituída de oito distritos administrativos. No prazo de dois anos, lei específica regularizará cada um dos distritos, com definição do limite de seu território, perímetro urbano, zoneamento ecológico-econômico, cadastro multifinalitário e poderá fazer a regulamentação fundiária em seu território.

5.1.3. Macrozonas de Povos e Comunidades Tradicionais

Há duas comunidades quilombolas em Monte Alegre: Piafu e Passagem, que também passarão por regularização.

5.1.4. Macrozona Ambiental

São áreas destinadas a proteger ocorrências ambientais isoladas, tais como remanescentes de vegetação significativa e paisagens naturais notáveis, áreas de reflorestamento, áreas de mananciais e de alto risco, que serão identificadas e protegidas.

5.2. PROPOSTA URBANÍSTICA PARA A CIDADE DESEJADA

Necessariamente, o processo para a construção da cidade desejada passa pelo seu ordenamento para o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e também da propriedade urbana, e para o planejamento, assim como para seu controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano. Isso inclui a criação, definição e implantação de suas macrozonas e suas zonas específicas. Estas são as de Interesse Social (Zeis), de preservação ambiental, de Uso residencial, de Uso misto, Comercial, de Uso industrial, Portuária, Aeroportuária, de Interesse Público e as zonas de Uso Paisagístico e Recreativo.

5.3. SISTEMA VIÁRIO URBANO:

- Tratamento urbanístico adequado das vias da rede estrutural e corredores de transportes, de modo a garantir a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio histórico, ambiental, cultural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico da cidade;
- II – pavimentação e manutenção de ramais, vicinais e similares entre a sede do município e a zona rural.

5.4. DIRETRIZES PARA O PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO:

- Planejamento do desenvolvimento, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a prevenir e a corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Ordenamento e controle do uso do solo, de forma a evitar:
  - ✓ a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
  - ✓ a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
  - ✓ o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
  - ✓ a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
  - ✓ a retenção especulativa de imóvel urbano que resulte na sua subutilização ou não utilização;
  - ✓ deterioração de áreas urbanizadas;
  - ✓ a poluição e a degradação ambiental.
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e outros serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- Adoção de padrões de produção e consumo compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- Distribuição justa dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural ou construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Gestão democrática por meio de participação da população;

5.5. IDENTIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE A SEREM UTILIZADOS

Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano, serão adotados os instrumentos previstos no Art. 4º da Lei Federal nº. 10.257/2001. O Município poderá, ainda, exigir que o proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal 10.257, que são: o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o imposto predial e territorial progressivo no tempo e a desapropriação.

Lei municipal específica, baseada neste Plano Diretor Municipal, delimitará as áreas onde incidirão os instrumentos previstos nos artigos 25, 28, 29, 32, 35 e 36 da Lei Federal 10.257, assim como os critérios para aplicação dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IBGE – Censo 2010/2017
2. Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais – CPRM/Primaz
3. Estatística Municipal/Monte Alegre – Fapespa/2016

ANEXOS

1. Mapa Urbano de Monte Alegre
2. Mapa Urbano – Limpeza Pública
3. Mapa de Evolução Urbana

4. Mapa Urbano – Energia elétrica
5. Mapa Urbano – Drenagem de águas pluviais
6. Mapa Urbano – Pavimentação asfáltica
7. Mapa Urbano – Coleta de lixo
8. Mapa Urbano – Áreas de risco
9. Mapa Urbano – Abastecimento de água
10. Mapa Urbano – Zonas Especiais
11. Mapa do Macrozoneamento de Monte Alegre
12. Mapa Geológico
13. Mapa de Zoneamento Agroecológico
14. Mapa de Ecoturismo
15. Mapa de Ocorrência Mineral
16. Mapa – Comunidades Polo
17. Mapa de Educação
18. Mapa da Malha Rodoviária
19. Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano